



Campanha Global para Educação

# Relatório Global de Resultados 2019–2022



# 84

declarações políticas,  
recomendações e  
posições políticas  
foram produzidas.



# Índice

Lista de Siglas .....	4
Mensagem do Coordenador Global.....	7
1. Introdução .....	8
1.1. Levantamento de histórias de sucesso e lições dos membros da CGE .....	8
2. Panorâmica da CGE.....	9
2.1. Missão, visão e princípios orientadores da CGE.....	9
2.2. Estrutura da CGE .....	10
2.3. Alcance Global.....	11
2.4. O Plano Estratégico e áreas de foco para 2019-2022 da CGE .....	12
3. Contexto Político e Socioeconómico.....	15
3.1. Contexto Global .....	15
3.2. Contexto Regional .....	17
4. Resumo das Realizações 2019-2022 .....	20
4.1. Fortalecimento do Movimento da CGE.....	20
4.2. Progresso a nível global rumo aos objectivos estratégicos da CGE .....	25
4.3. Realizações regionais.....	34
4.4. Destaque na região da África.....	35
4.5. Destaque na região da Ásia e o Pacífico .....	40
4.6. Destaque na região da América Latina e as Caraíbas .....	46
4.7. Destaque na região do Médio Oriente.....	52
4.8. Destaque na região da Europa e América do Norte.....	56
5. Ao Avançar .....	60
6. Referências.....	62
Anexo A: Documentos Revisados .....	63
Anexo B: Inquiridos .....	66
Anexo C: Participantes da Entrevista .....	68
Anexo D: Consultas por E-mail .....	69
Anexo E: Filiação da Campanha Global para Educação .....	70

# Lista de Siglas

AAI	ActionAid International
ACEA	Arab Campaign for Education for All
ADB	Africa Development Bank
ALE	Adult Education and Learning
ANCEFA	Africa Network Campaign for Education for All
ANLAE	Arab Network for Literacy and Adult Education
ASO-EPT	Coalition Nationale des Associations, Syndicats, Et ONG Pour La Campagne Ept
ASPBAE	Asia South Pacific Association for Basic and Adult Education
CAQ	Cost Of Quality Education Per Student
CDM	Civil Disobedience Movement
CLADE	Campaña Latinoamericana Por El Derecho a La Educación
CME	Campaña Mundial Por La Educación
CNDE	Campanha Nacional Pelo Direito À Educação
CoPs	Communities Of Practice
CSEF	Civil Society Education Fund
CSO	Civil Society Organization
E2030	Education 2030 Agenda
EFA	Education For All
EFO	Education Financing Observatory
EiE	Education In Emergencies
EOL	Education Out Loud
Fundeb	Fund For the Maintenance and Development of Basic Education
GCE	Global Campaign for Education
GCE-US	Global Campaign for Education-US
GCI	Gender at the Center Initiative
GEM	Global Education Monitoring
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH, Geman development agency
GPE / AME	Global Partnership for Education
IBE UNESCO	UNESCO International Bureau of Education
IQEC	International Quality Education Conference
KEL	Knowledge Exchange and Learning
LGBTIQ	Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer (Or Questioning), and Intersex
NFER	National Foundation for Educational Research



OC	EOL Operational Component
OECD	Organization For Economic Co-Operation and Development
OSF	Open Society Foundations
PARLACEN	Central American Parliament
QEC	Quality Education Conference
RWCT	Reading And Writing for Critical Thinking
SDG	Sustainable Development Goals
Sinaeb	National System for The Evaluation of Basic Education
TCF	Thinking Classroom Foundation
TEN/MET	Tanzania Education Network
UIS UNESCO	UNESCO Institute for Statistics
UNESCO	United Nations Education, Science and Culture Organization
UNGEI	United Nations Girls' Education Initiative
UNICEF	United Nations Children's Fund
WASH	Water, Sanitation and Hygiene
YAR	Youth-Led Action Research

---

# 900

peessoas  
participaram em  
eventos de  
partilha de  
conhecimento e  
aprendizado



# Mensagem do Coordenador Global



---

A CGE será sempre um Movimento que terá sucesso por causa da sua diversidade, dedicação e trabalho manual dos membros

No Secretariado, consideramos membros da CGE nosso fundamento. Guardamos e traçamos seu trabalho para que o mundo possa vê-lo e apreciá-lo. Nosso objectivo é otimizar esta relação simbiótica entre as várias partes interessadas. Este relatório representa muitos desses esforços e oportunidades. Quando apoiamos os nossos membros para terem sucesso, o Movimento CGE como um todo beneficia.

Embora a pandemia não tenha apresentado falta de desafios, deu-nos a oportunidade de nos concentrarmos na reconstrução e repensar o trabalho do Movimento. Acelerámos a aquisição de plataformas online para podermos continuar nosso envolvimento com os nossos membros e parceiros. Este processo criou uma experiência mais perfeita e eficiente para nossos membros e apresentou novas formas de inovar e expandir o nosso trabalho mesmo nestes tempos difíceis. Com estes enormes melhoramentos tecnológicos e capacidades, conseguimos superar os desafios encontrados durante este período e conseguimos os resultados apresentados aqui.

A CGE será sempre um Movimento que terá sucesso devido à diversidade, dedicação e trabalho árduo dos seus membros, aliado à perícia e competências do Conselho de Administração e do Secretariado no apoio ao trabalho do Movimento. Além disso, nossa forte convicção de que a educação é um direito humano básico e que todos têm o direito de uma educação pública gratuita, inclusiva e de qualidade, diferencia-nos e compromete cada um dos nossos membros ao curso do Movimento CGE.

No Secretariado, esforçamo-nos todos os dias por fazer a diferença no trabalho dos nossos membros, procurando ao mesmo tempo dar resposta às necessidades de todas as partes interessadas. Fazemo-lo defendendo os princípios duradouros de serviço, perícia e integridade. O Conselho de Administração da CGE exemplificou este tipo de liderança nos últimos anos. Estamos gratos pela sua compreensão, liderança, orientação, sabedoria e apoio duradouro.

Quero encerrar agradecendo nossos membros, parceiros e partes interessadas pela sua confiança inabalável no Movimento. Mesmo perante circunstâncias difíceis como as que se viveram nos últimos três anos, estou confiante de que continuaremos a celebrar juntos muitos grandes sucessos de advocacia e campanha. A sua confiança e apoio permitem-nos fazer o nosso trabalho e motivar-nos a lutar sempre por melhor.

Por último, gostaria de fazer um reconhecimento especial e agradecer aos nossos parceiros de financiamento por fornecerem continuamente os recursos tão necessários para podermos fazer o nosso trabalho.

---

Em Solidariedade  
Grant Kasowanjete

# 1 Introdução

Na preparação para o desenvolvimento do Plano Estratégico 2023-2027, a Campanha Global para a Educação (CGE) comissionou à Fundação Nacional de Investigação Educativa (NFER) a elaboração do Relatório de Resultados Globais para o período 2019-2022. Este relatório mostra as realizações, sucessos, desafios e lições aprendidas em todo o movimento CGE durante o período de estratégia e propõe um conjunto de recomendações para informar o planeamento futuro.

O relatório celebra os progressos realizados no sentido dos objectivos estratégicos da CGE a nível global, regional e nacional e destaca os esforços para reforçar a coordenação e a coerência em todo o movimento CGE, enquanto reconhece também o impacto dos factores e alterações contextuais externos. O relatório está dividido em cinco secções:

Secção 1 introduz o relatório, seu objectivo e o processo de recolha de histórias de sucesso, desafios e lições aprendidas.

Secção 2 fornece uma breve visão geral da CGE, a sua visão, objectivos, estrutura e Plano Estratégico 2019-2022.

Secção 3 discute os contextos globais e regionais que a CGE realizou durante 2019-2022.

Secção 4 reflecte as realizações do movimento CGE a todos os níveis, abrangendo: o alcance global da CGE, os esforços de reforço das redes, as actividades regionais e as realizações e os exemplos de impacto a nível nacional.

Secção 5 oferece reflexões, lições aprendidas e recomendações para informar a estratégia da CGE 2023-2027.

## 1.1 Levantamento de histórias de sucesso dos membros da CGE

Para reunir histórias notáveis de sucesso, realizações, desafios e lições aprendidas em todo o portfólio da CGE, analisámos uma série de fontes, incluindo:

1. Uma revisão de documentos nacionais, regionais e globais da CGE realizada entre Maio e Junho de 2022
2. Um inquérito de auto-avaliação online distribuído aos membros da CGE, incluindo coligações nacionais e regionais da CGE e organizações internacionais em Julho de 2022
3. Entrevistas semiestruturadas realizadas com as principais partes interessadas de organizações nacionais, regionais e globais entre Junho e Julho de 2022
4. Consultas por e-mail com organizações membros da CGE direccionadas em recolher informações adicionais, realizadas em Agosto de 2022

É apresentada uma selecção de exemplos regionais e nacionais com forte alinhamento com as áreas estratégicas da CGE, tendo em conta as prioridades regionais da CGE (ver ponto 4.2). Esta selecção fornece uma imagem ilustrativa do progresso da CGE de 2019-2022. No entanto, é de notar que este relatório não se destina a constituir uma avaliação completa e abrangente dos trabalhos da CGE e, como tal, não foi possível apresentar todos os exemplos pertinentes do trabalho dos membros da CGE. Os detalhes da revisão dos documentos, inquéritos, entrevistas e consultas de email são fornecidos no Anexo A à D.



# 2 Panorâmica da CGE

A CGE é um movimento da sociedade civil que promove e defende a educação como um direito humano básico. Representa os interesses de mais de 120 coligações regionais e nacionais de educação e organizações da sociedade civil internacional. A adesão é constituída por organizações independentes unidas pelo compromisso de alcançar o direito humano à educação, mobilizando efectivamente cidadãos e a sociedade civil. A adesão é constituída por muitas organizações nacionais, regionais e internacionais da sociedade civil, organizações de professores, associações de pais, grupos de mulheres, organizações de deficientes, grupos de jovens e estudantes, instituições académicas ou de investigação e activistas dos direitos das crianças. As coligações nacionais abrangem muitos milhares de organizações da sociedade civil e representam milhões de indivíduos em todo o mundo. Reconhece o papel essencial da sociedade civil na promoção da responsabilidade social para a entrega do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 4: "garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" (ODS4).

## 2.1 Missão, visão e princípios orientadores da CGE

A missão da CGE é promover e defender a educação de qualidade como um direito humano básico e mobilizar a pressão pública sobre os governos e a comunidade internacional para cumprirem seus compromissos de proporcionar educação pública gratuita, inclusiva e obrigatória a todas as pessoas, em particular às crianças, jovens, às mulheres e às comunidades excluídas.

A visão da CGE é de reforçar a capacidade da sociedade civil de agir a nível global, regional e nacional para influenciar os governos e a comunidade internacional para garantir uma educação pública gratuita, de qualidade, inclusiva e obrigatória, e aprendizagem ao longo da vida para todos.

A CGE opera dentro dos seguintes princípios fundamentais:



O Estado tem a responsabilidade primordial de prestar o direito humano à educação, e tanto os cidadãos como as organizações da sociedade civil (OC) têm o direito de responsabilizar o Estado, em todos os seus diferentes níveis.



A elaboração e a responsabilização de políticas eficazes e responsivas requerem uma participação organizada e alargada dos cidadãos e das OSC.



As discussões políticas globais /regionais devem informar e ser informadas pelas realidades nacionais e locais.

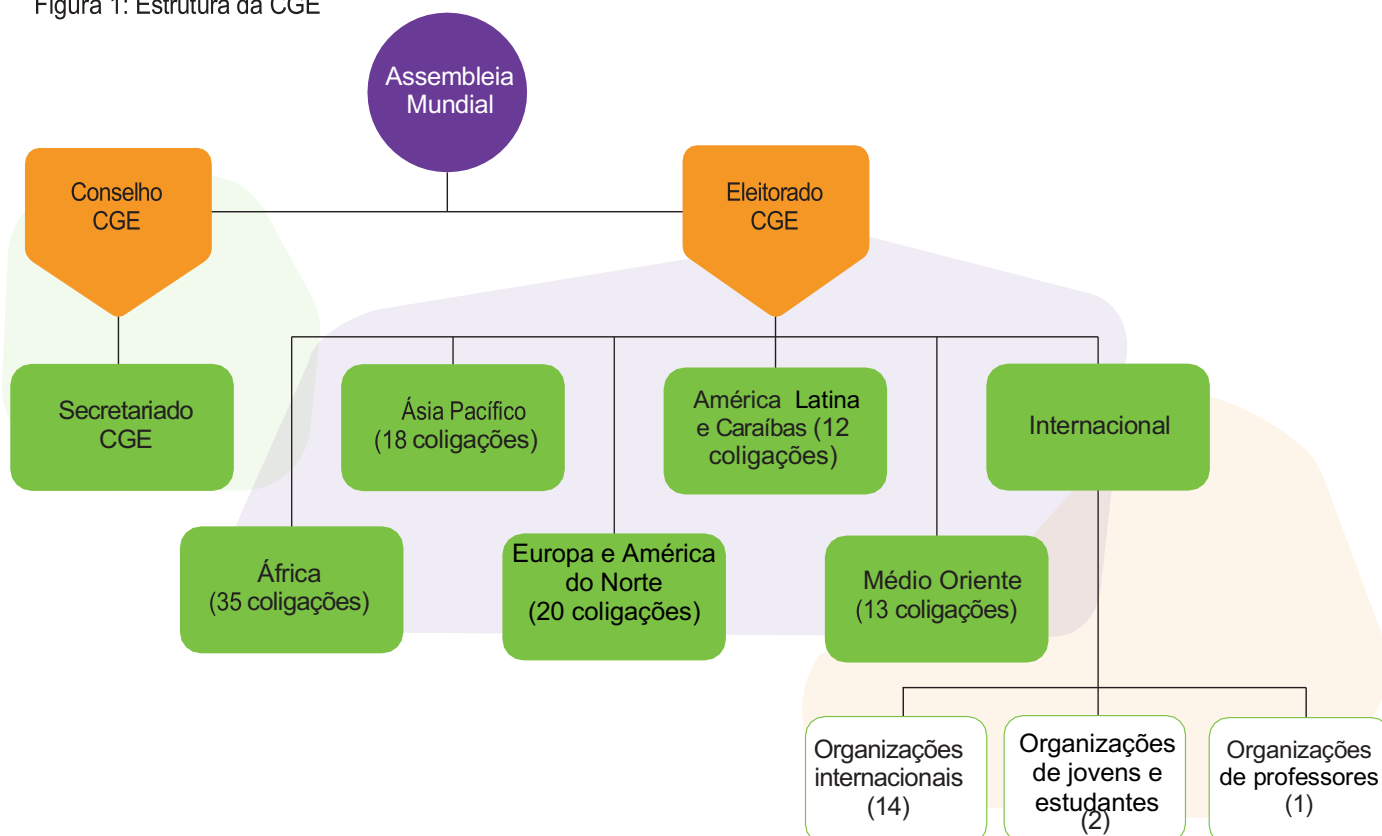
## 2.2 Estrutura da CGE

A CGE é uma rede alargada de organizações da sociedade civil centradas na educação que operam a nível nacional, regional e global. A sua força reside na estrutura integrada de três níveis, que beneficia mutuamente as organizações a cada nível (global, regional, nacional). Esta integração permite aos seus membros reforçar as suas capacidades, alinhar-se com os objectivos globais, e ter uma voz e uma presença em plataformas e espaços de defesa globais, regionais e nacionais. A CGE promove a colaboração, conectividade e a aprendizagem partilhada para progredir nos objectivos colectivos da sua adesão, para reforçar o impacto a nível nacional e regional e para influenciar quadros e debates internacionais.

- O nível global compreende: a *Assembleia Mundial* que actua como a autoridade suprema do CGE; o *Conselho de Administração da CGE*, representado por membros globais, regionais e nacionais, a fim de fornecer supervisão e orientação estratégica ao movimento, cujos membros são votados pela Assembleia Mundial; e o *Secretariado da CGE* que é responsável perante o Conselho de Administração da CGE e responsável pela implementação e coordenação da visão estratégica e facilitação do trabalho do movimento. As operações a nível global promovem uma compreensão e um alinhamento com estratégias e processos globais, incluindo planos e kits de ferramentas para se envolver com a ODS 4/ Agenda Educação 2030.

- A nível regional, a adesão à CGE é agrupada em cinco regiões eleitorais: (i) África; (ii) a Ásia e o Pacífico; (iii) Europa e América do Norte; (iv) América Latina e Caraíbas, e (v) o Médio Oriente. Coligações regionais, incluindo a *Africa Network Campaign for Education for All (ANCEFA)*, a *Asia South Pacific Association for Basic and Adult Education (ASPBAE)*, a *Campanha Árabe para a Educação para Todos (ACEA)*, a *Campanha Latinoamericana por el Derecho a la Educación (CLADE)* na América Latina e Caraíbas, e a *Europe & North America Campaign for Education (ENACE)* fornecem apoio e coordenação regionais transversais. Estas organizações desempenham um papel crucial no apoio a coligações nacionais com apoio personalizado e contextualizado para conceber e implementar estratégias que abordem os objectivos globais, mantendo-se relevantes para as questões locais. Para além dos círculos eleitorais regionais, existem três círculos eleitorais transversais que incluem: organizações internacionais; organizações juvenis e estudantis; e organizações de professores. Estas organizações estão sediadas ou trabalham nas cinco regiões da CGE, mas são classificadas como círculos eleitorais separados.
- A nível nacional, as coligações educativas compreendem vários OSC que partilham os objectivos estratégicos da CGE de mobilizar as comunidades para apelar aos governos para que concretizem o direito à educação para todos. Estes incluem OSC nacionais e subnacionais, organizações de base comunitária, grupos de defesa especializados e instituições académicas.

Figura 1: Estrutura da CGE



## 2.3 Alcance Global

A filiação à CGE (a partir de Agosto de 2022) é composta por um total de 127 organizações com uma missão partilhada e objectivo de promover e defender a educação de qualidade como um base direito humano. O movimento é composto por 96 coligações nacionais, 11 coligações regionais, 16 Organizações Não Governamentais Internacionais (ONG), três organizações de jovens e estudantes e uma organização de professores (ver Anexo E uma lista da CGE membros).

Figura 2: Membros internacionais da CGE (fonte: Portal CGE, Julho 2022)



O Secretariado da CGE liderou um conjunto de abordagens e mecanismos para alcançar a alteração pretendida.

## 2.4 Plano Estratégico e áreas de foco da CGE 2019-2022

Com base no Plano Estratégico 2015-2018, o Secretariado da CGE conduziu consultas mundiais com seus membros e realizou uma análise detalhada dos desafios educativos para informar o Plano Estratégico 2019-2022. Com base nesta análise, as ambições e planos da CGE 2019-2022 focaram em:

- construir uma massa crítica em torno de questões prioritárias para a plena realização do direito humano à educação
- fortalecer o movimento global da sociedade civil para o direito humano à educação
- identificar, recolher e divulgar informações relevantes em apoio para afiliação à CGE
- definir agendas globais de advocacia e campanha.

Tendo em conta estes objectivos, o Secretariado da CGE liderou um conjunto de abordagens e mecanismos para alcançar a mudança pretendida, que incluía: advocacia, investigação, campanhas, comunicação e justiciabilidade<sup>1</sup>. Embora não definido no próprio documento de estratégia, durante a implementação da estratégia, dois mecanismos adicionais de intercâmbio de conhecimentos e de envolvimento dos jovens foram mais tarde identificados como críticos para os objectivos do movimento CGE. Através destes mecanismos, a CGE visou alcançar objectivos estratégicos em quatro áreas de foco:

<sup>1</sup> Justiciabilidade refere-se à resolução de litígios em torno do direito à educação, indo a tribunal ou foro quase judicial para um dos órgãos do tratado das Nações Unidas. Também pode ser utilizado como um meio estratégico para tornar as leis de caso aplicáveis em todos os países (CGE, 2019, p. 25).





## Área Estratégica 1

### ***Igualdade e não discriminação***

A CGE visou apoiar coligações locais e regionais para superar todas as formas de desigualdade, exclusão e discriminação na educação.

A primeira área de foco destacou as responsabilidades dos Estados em prosseguir e fornecer abordagens inclusivas à educação que vão além da igualdade de acesso. Os sistemas educativos devem proporcionar aos alunos um apoio personalizado e individualizado, contabilizando necessidades e circunstâncias especializadas e garantindo o sucesso educativo para todos. Isto incluiu a consideração de origens linguísticas, culturais e étnicas, capacidades físicas e mentais, sexo e outras características pessoais que podem influenciar a capacidade de acesso e utilizar recursos educativos disponíveis. Esta área de foco considerou as práticas jurídicas, sociais e culturais em diferentes contextos que aumentam o risco de discriminação contra e exclusão de determinadas pessoas e grupos (CGE, 2019).

## Área Estratégica 2

### ***Educação Transformadora***

A CGE visou defender e fazer campanha a todos níveis para a educação como motor da justiça social, do desenvolvimento sustentável, individual e liberdade colectiva e alegria de aprender juntos.

O conceito de "educação transformadora" reconhece os entendimentos alternativos e variados do objectivo da educação para além de reforçar o desenvolvimento humano para o crescimento económico. Refere-se principalmente a noções emancipatórias de mudança, em que a educação é um catalisador que desafia estruturas sociais injustas, promove o conhecimento para expandir as liberdades individuais e colectivas, proporciona oportunidades para desfrutar direitos humanos, e contribui para uma sociedade democrática e mais justa. Ao reconhecer o poder da educação, a CGE adoptou um quadro mais abrangente para identificar as prioridades da CGE, da advocacia e da campanha que não se concentra exclusivamente na qualidade da educação medida pela realização do capital humano ou por um conjunto restrito de resultados de aprendizagem (CGE, 2019).





### Área Estratégica 3

#### **Educação em situações de emergência**

A CGE visou apoiar o acesso a oportunidades de educação de qualidade para todas as pessoas afectadas por emergências e crises prolongadas.

Para garantir o direito humano à educação, todos os seres humanos em todos os contextos, incluindo em países afectados pela ocupação, conflitos, crises e emergências relacionadas com o clima, devem ter acesso a educação de qualidade. Nesta área estratégica, a CGE comprometeu-se a moldar as políticas de educação em contextos de emergência, nomeadamente ligando a meta 4.5 dos ODS4. A CGE visou incentivar os governos nacionais, locais, ou de países anfitriões em áreas recentemente afectadas por catástrofes e conflitos para desenvolver planos políticos que incluam uma resposta abrangente, de género e quadro inclusivo para avaliar e dar resposta às necessidades e direitos educativos das pessoas que vivem em áreas de risco, afectadas ou recuperação de emergências (CGE, 2019).

### Área Estratégica 4

#### **Financiamento da Educação**

A CGE fez campanha por uma educação de qualidade gratuita, financiada publicamente, equitativa e inclusiva, incluindo a necessidade de melhorar o financiamento doméstico e internacional.

A campanha da CGE apelou a sistemas educativos fortes financiados publicamente que cumprissem os referenciais de financiamento da educação acordados internacionalmente, promovendo a justiça fiscal como um instrumento crítico para financiar a educação pública, respondeu ao aumento da comercialização da educação, e desenvolveu mecanismos de financiamento inovadores. A implementação de políticas para eliminar obstáculos que impeçam milhões de pessoas em todo o mundo, especialmente crianças e jovens, de usufruir do direito humano à educação exigiu recursos financeiros suficientes e sustentáveis dos Estados e a comunidade internacional (CGE, 2019)



# 3 Contexto Político e Socioeconómico

A CGE age numa gama diversificada de contextos em todo o mundo, com cada membro a lutar realidades políticas, sociais e ambientais muito diferentes. Durante o período de estratégia, os membros da CGE passaram por uma vasta gama de alterações contextuais, nomeadamente o impacto sem precedentes da pandemia COVID-19.

Esta secção trata de alguns dos principais factores contextuais que influenciaram o trabalho e as prioridades da CGE durante o período de estratégia, incluindo os relatos por coligações nas entrevistas e inquéritos online. Não é uma análise exaustiva, mas uma síntese de alto nível ao contextualizar os sucessos da CGE inseridos na Secção 4.

## 3.1 Contexto Global

### O impacto da pandemia COVID-19

A pandemia COVID-19 foi um grande e inesperado desafio que afectou a implementação da estratégia 2019-2022. Em todo o mundo, mais de 1,6 mil milhões de alunos foram afectados pelo encerramento das escolas devido à pandemia. As escolas estiveram fechadas durante 8 a 9 meses, em média, e durante dois anos em muitos países de baixo e médio rendimento. Desigualdades socioeconómicas, educacionais e de género existentes foram agravadas com os impactos negativos do COVID-19 na educação a impactarem desproporcionalmente grupos já desfavorecidos, em particular mulheres e raparigas. A aprendizagem remota foi amplamente implementada, mas as lacunas no acesso a materiais educativos de qualidade foram perpetuadas em comunidades com acesso limitado ou sem acesso à electricidade e à conectividade da Internet. O impacto da pandemia não só levou à perda alarmante de aprendizagem, mas também teve impacto na saúde e bem-estar dos estudantes e das suas comunidades. Problemas de saúde mental e trauma psicológico foram particularmente acentuados, uma vez que os alunos perderam acesso regular a espaços seguros nas escolas, quando as raparigas enfrentaram um risco maior de violência baseada no género e gravidez precoce. Os resultados na saúde de cerca de 370 milhões de crianças foram ainda mais impactados pelos encerramentos escolares, uma vez que perderam o acesso às refeições escolares gratuitas, o que era muitas vezes uma única fonte fiável de nutrição diária (Banco Mundial, UNESCO e UNICEF, 2021).

Não só a COVID-19 levou à disrupção significativa dos sistemas educativos em todo o mundo, como também afectou as oportunidades e plataformas disponíveis para as coligações CGE para se empenharem no trabalho de advocacia. Isto constituiu uma grande ameaça para a

consecução dos objectivos da CGE e influenciou a advocacia política da CGE de várias formas. A mudança súbita e rápida no contexto forçou os governos nacionais a priorizarem novamente os objectivos políticos, concentrando-se frequentemente na prestação de serviços públicos de saúde de emergência e na não priorização das questões da política da educação. Manter a educação no topo da agenda política global e nacional foi ainda ameaçado pela redução das oportunidades para os membros da CGE participarem em eventos presenciais de advocacia, campanha e *lobbying* como leis de distanciamento social rigorosas foram implementadas. Os membros da CGE tiveram de responder a estes desafios repensando a sua abordagem à advocacia, gerando evidências em torno do impacto do COVID-19 na educação, e identificando métodos novos e inovadores para prosseguir com os objectivos do movimento. A secção 4 define algumas das estratégias adoptadas pela CGE para superar os desafios colocados pela pandemia.

### Transição do Fundo de Educação da Sociedade Civil (CSEF) para *Education Out Loud* (EOL)

A estratégia 2019-2022 coincidiu com um notável período de transição na CGE, no término do CSEF (2009-2019), e início do programa EOL. O CSEF foi fulcral no fornecimento dos recursos necessários para apoiar e melhorar a concretização das ambições da CGE para desenvolver uma rede de coligações credíveis, colaborativas e globais com uma comum agenda e um impulso de solidariedade de baixo para cima. As capacidades reforçadas das coligações CGE apoiadas pelo CSEF antes do período 2019-2022 aumentaram a capacidade de muitas coligações mais marginalizadas ao conduzir com sucesso campanhas de advocacia global, regional e nacional pelo direito a oportunidades de aprendizagem inclusivas, equitativas e de qualidade para todos (NFER, 2020).

A EOL iniciou suas operações em 2020 e decorrerá até 2024, financiada pela GPE e gerida pela OXFAM IBIS. Em grande parte, este fundo global de advocacia da educação baseia-se no legado do CSEF e na arquitectura da CGE para apoiar a sociedade civil na elaboração de sistemas educativos mais fortes que dêem às comunidades, em especial aos mais marginalizados e excluídos, uma voz e plataforma para participar em processos de política de educação. A EOL implementa iniciativas de aprendizagem e desenvolvimento de capacidades para os bolsiros apoiarem a sustentabilidade, a gestão adaptativa e o acompanhamento e avaliação para prestar eficazmente os resultados do fundo. O EOL tem três componentes operacionais (OCs).



Cada OC é um fluxo de financiamento que apoia a realização de um objectivo específico do programa. O Secretariado Global da CGE, as coligações regionais ACEA, ASPBAE e CLADE, e 53 coligações nacionais receberam subvenções do GPE no final de 2020 sob o OC1 e OC3 da EOL. Dez coligações inicialmente apoiadas pelo CSEF não foram elegíveis para financiamento da EOL, o que levou a lacunas significativas de financiamento e ao esgotamento do pessoal de algumas destas coligações.

A subvenção OC1 permite aos bolsheiros aprofundar o trabalho iniciado durante o CSEF para apoiar a realização do objectivo do OC1 de "reforçar o envolvimento da sociedade civil nacional no planeamento da educação, no diálogo político e no acompanhamento", em todos os países representados e em a nível global. Através do OC3, que visa "criar um ambiente mais forte global e transnacional de capacidade para a defesa da sociedade civil nacional e os esforços de transparência"<sup>2</sup>, a CGE formou uma aliança transnacional com as três coligações regionais, estreitando o elo entre as suas forças nacionais, regionais, e agendas globais de advocacia. Isto ajudou a influenciar as plataformas políticas chave para as áreas estratégicas do financiamento da educação e educação da CGE em situações de emergência.

A transição do CSEF para o EOL teve impactos positivos e negativos no movimento CGE. Os benefícios desta mudança incluem:

1. Foco reforçado na advocacia política e campanhas
2. Coordenação reforçada do movimento CGE
3. Reforço da advocacia e da capacidade temática do Secretariado em comparação com a capacidade de gestão do programa durante o CSEF
4. Melhor coordenação do movimento com a inclusão de todos os membros da CGE – e não apenas aqueles que recebem financiamento do CSEF

Embora a transição para o EOL tenha aberto novas oportunidades para reforçar o movimento, também houve desafios. Não menos importante, a transição conduziu à redução do financiamento disponível para o trabalho de advocacia conjunta, e à perda de uma abordagem comum e unificada da advocacia como coligações CGE financiadas através do relatório OC1 e são dirigidos pelo agente de subvenção EOL.

Figura 3: Principais desafios que as organizações/coligações enfrentaram para alcançar os objectivos estratégicos da CGE durante 2019-2022 (fonte: Relatório do Inquérito de Impacto da CGE, Julho 2022)



Fonte: Pesquisa do relatório de impacto da CGE, Julho 2022.

1 <https://educationoutloud.org/index.php/who-we-are/who-can-apply-grants-and-how>



## 3.2 Contexto Regional

Embora seja importante reconhecer que os contextos políticos, sociais e ambientais e as realidades das coligações nacionais variam consideravelmente tanto em todos os países como nos países, esta secção reflecte alguns dos amplos desafios contextuais que influenciam o trabalho do membro da CGE.

No âmbito do inquérito online, os inquiridos foram questionados sobre os principais desafios<sup>2</sup> que enfrentaram para alcançar os objectivos estratégicos da CGE durante o período (ver figura 3). Como salientado na Secção 3.1, a COVID-19 foi um desafio significativo, com a grande maioria (94 por cento<sup>3</sup>) dos inquiridos a identificar os efeitos da Covid-19 como um "grande desafio" para alcançar as metas estratégicas durante o período, reflectindo o impacto global da pandemia nos sistemas educativos e no activismo da sociedade civil. Os desafios mais relatados a seguir foram a capacidade e recursos organizacionais limitados, instabilidade política / mudanças no governo, e emergências prolongadas e conflitos.

---

Os inquiridos da Pesquisa da CGE na Região Africana informaram que o COVID-19 foi o desafio mais proeminente durante o período da estratégia, seguido por instabilidade política / mudanças no governo

---

### Região Africana

Nos últimos 20 anos, o número de crianças matriculadas na educação, professores qualificados e escolas bem equipadas tem aumentado constantemente em África. Apesar destes progressos, a região ainda enfrenta desafios com analfabetismo, baixa matrícula feminina e acesso limitado ao ensino secundário e superior (UIS, 2022).

À medida que o COVID-19 estressa dependência da educação remota, esta substituiu as abordagens tradicionais presenciais em muitos países. No entanto, poucos professores tiveram a formação necessária para aplicar métodos remotos. Por exemplo, as estimativas mostram que mais de 70 por cento dos professores na África Subsariana não receberam qualquer formação em questão de aprendizagem à distância e menos de 10 por cento receberam apoio em ferramentas de TIC e uso da internet (UNESCO, 2021). Estima-se que cerca de 4,3 milhões de alunos do ensino básico ao ensino superior tenham abandonado o ensino em todo o continente em 2021, menos de 15 por cento dos alunos tiveram acesso à internet e menos de 10 por cento teve acesso a um computador em 2019 (UNESCO, 2021). Estas questões são agravadas pela falta de financiamento, elevados níveis de corrupção e instabilidade política, emergências adicionais para a saúde (como a malária, o ébola) e desastres naturais. Os sectores sociais, incluindo a educação, são muito subfinanciados na maior parte do continente - uma questão agravada por níveis de dívida externa muito elevados e pelo conseqüente desvio de fundos para o serviço da dívida. Isto agravou-se durante a pandemia, à medida que novos empréstimos e taxas de juro elevadas são contraídos internacionalmente e os países da região procuraram paliar a recessão económica que acompanhou a COVID-19 (Pacutho Udongo, 2021).

Os inquiridos da pesquisa CGE na região africana informaram que o COVID-19 foi o desafio mais proeminente durante o período de estratégia, seguido pela instabilidade política/mudanças no governo. Isto viu-se nas entrevistas das coligações, como a coligação *Nigérienne des Associations, Syndicats et ONG de Campagne EPT au Niger* (ASO-EPT Níger) no Níger que descreveu os seus esforços para responsabilizar os novos líderes políticos pelas promessas de aumentar os orçamentos da educação uma vez no poder. Apesar dos esforços para encontrar candidatos presidenciais durante as eleições, estas promessas ainda estão por se cumprir. Outro desafio notável foi a disponibilidade de apoio ao financiamento externo. As lacunas de financiamento ou desembolsos tardios de subvenções a coligações estorvaram os planos, como visto pela Coligação Nacional de Educação da Zâmbia (ZANEC), que teve de cancelar/adiar actividades como a comemoração do Dia Mundial da Literacia devido à falta de financiamento em 2020.

---

1 Foi pedido aos inquiridos que classificassem cada desafio como "Não é um problema", "Um pouco de problema", ou "Questão Importante". Figura 1 apresenta os desafios que os inquiridos classificaram como "Grande Questão".

2 Inquiridos que identificaram os efeitos da COVID-19 como uma "Questão Importante" ou "Um pouco de problema".

---

## Região da Ásia e Pacífico (APAC)

A região da APAC abriga mais de um terço da população mundial e pelo menos um quarto dos jovens do mundo com mais de 580 milhões de crianças (UNICEF, 2020). Muitos países da região fizeram progressos significativos no sentido da igualdade de género, das matrículas, da retenção e das taxas de conclusão (ADB, 2022). No entanto, antes do surto de 2020 da pandemia COVID-19, 35 milhões de crianças na região estavam fora da escola e mais de 20 por cento das crianças na escola viviam numa aprendizagem de pobreza, situação que só se alargou desde então a pandemia (UNICEF, 2020). Estima-se que até 12 milhões de crianças em todos os níveis educativos, e em particular nas pré-primárias, tenham desistido no Sul e no Ocidente durante o período da pandemia. Cerca de 1,2 milhões de raparigas arriscaram-se a não voltar à educação na Ásia Oriental e no Pacífico (UNESCO e UNICEF, 2021). Para atingir as metas dos ODS 4 na sequência da pandemia, estima-se que os orçamentos nacionais de educação na região terão de aumentar até 10% mais do que se pensava entre 2020 e 2030. Isto é particularmente desafiante, dado que muitos países da região enfrentam um fraco crescimento económico e são obrigados a dar prioridade à despesa para outros sectores, como saúde e protecção social (UNESCO e UNICEF, 2021).

Os inquiridos na região da APAC foram mais propensos a classificar os efeitos da COVID-19 como um grande desafio, seguido do recuo dos direitos humanos, instabilidade política/mudanças no governo (Figura 1). Tais desafios são muitas vezes interligados, como se vê em Myanmar, onde a instabilidade política provocada pelo golpe de Estado em Fevereiro de 2021 resultou no recuo dos direitos humanos em toda a população, nomeadamente o direito à educação, com professores, líderes comunitários e escolas comunitárias a fornecerem cerca de seis milhões de crianças com escolaridade de emergência que está ameaçada pelas autoridades do país. No Afeganistão, as autoridades recuaram na promessa de reabrir escolas secundárias para estudantes do sexo feminino em Março de 2022, deixando centenas de milhares de raparigas incapazes de retomar os estudos após a tomada de posse do Talibã em 2021. Estas suspensões das aulas foram condenadas pelas Nações Unidas e organizações humanitárias como uma violação directa dos direitos humanos<sup>5</sup>.

---

## Região da Europa e América do Norte

Muitos dos países do eleitorado da Europa e da América do Norte alcançaram resultados educacionais alegadamente elevados em comparação com outras regiões, e a maioria dos estudantes tem acesso consistente a recursos educativos gratuitos, como manuais escolares, recursos online e outros esquemas de tutoria subsidiados pelo Estado (OCDE, 2021a). Apesar dos níveis comparativamente elevados de acesso e recursos nos países de elevado rendimento, os sistemas educativos nas regiões foram igualmente afectados pela pandemia COVID-19, uma vez que os recursos educativos, tanto humanos como financeiros, foram redistribuídos durante a crise sanitária (IBE UNESCO, 2021).

Os governos europeus e norte-americanos, para além de investirem nos seus próprios sistemas educativos, financiam frequentemente projectos de desenvolvimento em países de baixo e médio rendimento noutras regiões do mundo. No entanto, com a despesa global da ajuda a diminuir em 2 mil milhões de dólares entre 2018 e 2022 devido à recessão económica, a ajuda externa à educação deverá cair 12% em relação ao mesmo período (Pacutho Udongo, 2021). Este desafio reflecte-se nos resultados dos inquéritos, em que 45% das coligações na região afirmaram que a capacidade e os recursos limitados foram uma "questão importante". Em medidas iguais, outros desafios na região foram a falta de financiamento externo; emergências prolongadas ou conflitos; e instabilidade política/mudanças no governo. No entanto, nota-se que os desafios seleccionados foram igualmente relatados por coligações na região, o que provavelmente reflecte os contextos internacionais e diversos em que estas coligações operam. Esta foi a única região em que os impactos da COVID-19 não foram o desafio mais apurado nas respostas ao inquérito.

---

3 <https://campaignforeducation.org/en/press-centre/a-call-for-immediate-return-to-school-for-all-girls-and-women-in-afghanistan>

---

## Região da América Latina e Caraíbas (LAC)

A região LAC tem assistido igualmente a um aumento das taxas de matrícula e de frequência nas últimas duas décadas, especialmente para raparigas que frequentam a escola. No entanto, a região continua a enfrentar desafios de pobreza e desigualdade de género, que se expandiram ainda mais durante a COVID-19. Até Novembro de 2021, mais de 71 milhões de crianças e adolescentes foram ainda afectados pelo encerramento de escolas (UNICEF, 2022). A percentagem de crianças de 10 anos incapazes de ler e compreender um texto simples aumentou de 51 por cento para 62,5 por cento desde o início da pandemia (Banco Mundial, 2021).

Os inquiridos foram mais propensos a relatar que a COVID-19 foi um grande desafio durante o período de estratégia, para além da reversão dos direitos humanos. A instabilidade política/mudanças no governo, e emergências prolongadas e conflitos também foram relatados com frequência. Estes desafios reflectiram-se ainda mais em entrevistas e resultados de revisão de literatura. Por exemplo, a coligação *Haitian Education for All Coalition* (REPT) emitiu uma declaração pública no final de 2019 apelando ao povo haitiano para que persevere com as exigências por mudanças políticas em resposta às acusações contra o presidente do país ao lado de intensa agitação política. Durante uma entrevista, uma coligação na LAC informou que os decisores que operam em contextos de emergência na América Central lutam para imaginar como será a educação em situações de emergência prolongadas, por exemplo, onde é natural catástrofes frequentes (as Honduras tiveram dois furacões em larga escala em 2020, por exemplo) e onde questões sociais e políticas resultam numa migração regional crónica. Os decisores confrontam-se com reconstruções longas, contextos alteráveis e desafios específicos, tais como garantir ambientes inclusivos para estudantes migrantes que tenham experiências educativas altamente perturbadas e estejam em maior risco de abandono.

---

## Região do Médio Oriente

Quase metade da população do Médio Oriente tem menos de 24 anos, mas uma em cada cinco crianças não está na escola, situação agravada por conflitos em países como Líbia, Síria, Iémen e Palestina. Como resultado destes conflitos, pelo menos três milhões de crianças não estão a receber qualquer tipo de educação na região (UNICEF, 2020a). As raparigas correm um alto risco de abandonar a escola antes de completarem o secundário devido às altas taxas de casamento precoce. Mesmo quando os alunos terminam o ensino secundário, muitas vezes não estão suficientemente equipados com os conhecimentos necessários para continuar a educação ou ter acesso a um emprego seguro (Muslim Aid, 2022).

Tal como a maioria das regiões, os membros da CGE no Médio Oriente foram mais propensos a relatar a COVID-19 como um grande desafio durante o período de estratégia, seguido da falta de financiamento externo, instabilidade política/mudanças no governo, e limitada capacidade organizacional. Em entrevista à coligação regional, a ACEA destacou os desafios enfrentados pelas coligações que tentam envolver-se com governos em contextos de conflito, nomeadamente onde existe uma forte presença militar. Outra coligação nacional na região destacou ainda o desafio de incorporar agendas educativas inclusivas quando não têm capacidade técnica interna e experiência em questões como os direitos das pessoas com deficiência a educação, ou onde as normas sociais tornam difícil defender eficazmente grupos específicos como comunidades lésbicas, gays, bissexuais e transgéneras (LGBT).

# 4 Resumo das Realizações 2019–2022

Esta secção demonstra as principais realizações do movimento CGE durante o período de estratégia, tendo em conta os esforços feitos para continuar a fortalecer o movimento CGE, seguido de um panorama dos sucessos, das actividades e destaques a partir do Secretariado da CGE a nível global. Em seguida, os resultados e realizações em cada região geográfica são apresentados contra os quatro objectivos estratégicos da CGE. Estes exemplos são informados por respostas ao inquérito online, revisão de literatura e entrevistas com membros seleccionados da CGE.

## 4.1 Fortalecimento do Movimento CGE

### Construção do movimento: Reforço da advocacia global e das operações internas

Tal como descrito na Secção 3, o início do Plano Estratégico 2019-2022 coincidiu com o encerramento do programa CSEF e a transição para o seguinte programa EOL. O CSEF desempenhou um papel crucial no apoio a objectivos mais amplos da CGE durante sua vida de 2009-2019. Durante o período de estratégia 2019-2022, o Secretariado da CGE focou-se na construção e fortalecimento do movimento, com o foco primordial na revitalização da advocacia, força e visibilidade globais dos membros da CGE a nível nacional, regional e global. Isto envolveu membros da CGE em participarem em relatórios e eventos globais de alto nível e no fortalecimento dos sistemas e estratégias internas. Exemplos de esforços da CGE para reforçar a advocacia global estão detalhados abaixo.

### Caixa 1: Informação do relatório de Monitorização da Educação Global (GEM) de 2021

A CGE e a NFER trabalharam em parceria para desenvolver um documento de referência para o relatório GEM de 2021, que discutia as posições adoptadas pelas organizações da sociedade civil (OSCs) em torno de agentes não estatais (NSAs) na educação. Os resultados deste documento constam no relatório GEM 2021, publicado em Dezembro de 2021, que se centra na forma como as redes da sociedade civil tentam influenciar a política de educação através da advocacia, lobbying e investigação, independentemente das aspirações concorrentes e interesses. O caso da CGE foi destacado como um movimento coeso alicerçado na abordagem baseada nos direitos da educação, sublinhando a responsabilidade primária do Estado em garantir que a educação de qualidade seja livre e acessível para todos.

O relatório convidou os decisores políticos a questionarem as relações com intervenientes não estatais em termos de escolhas fundamentais entre:

- equidade e liberdade de escolha
- incentivar a iniciativa e definir normas
- grupos de variados meios e necessidades
- compromissos imediatos no âmbito do ODS4 e aqueles a ser progressivamente realizado
- educação e outros sectores sociais.



## Caixa 2: Partilha das vozes da OSC pela Cimeira Global de Educação

O secretariado global da CGE apoiou coligações nacionais para partilharem suas vozes e experiências no grande evento de financiamento da educação da GPE, realizado em Julho de 2021. Este momento-chave proporcionou à CGE a oportunidade de se envolver com a comunidade global e líderes mundiais de 90 países para apoiarem e financiarem uma educação de qualidade para todas crianças. A Cimeira Global de Educação do GPE foi co-organizada pelo Primeiro-Ministro do Reino Unido, Boris Johnson, e pelo Presidente queniano, Uhuru Kenyatta, e ofereceu sessões enriquecedoras estruturadas em quatro áreas temáticas: (i) Reconfiguração da educação: aprendizagem do COVID, (ii) Igualdade do género na educação e através da educação, (iii) Efeito cascata: impacto da educação na sustentabilidade, e (iv) Financiamento para impacto: volume, equidade, eficiência.

A CGE envolveu-se na cimeira através de vários canais, incluindo vídeos, materiais de advocacia e mensagens, e eventos. O vídeo da CGE "Vozes da base: porque é que o financiamento da educação realmente importa?" fazia parte da agenda oficial da Cimeira sobre o financiamento do impacto e foi apresentado pela primeira vez pouco antes das observações finais da sessão. Este vídeo mostra a sociedade civil, jovens, rapazes e raparigas das Honduras, Nigéria, Paquistão e Senegal a partilharem seus desafios no acesso a uma educação pública gratuita e de qualidade, e a fazerem um forte apelo aos líderes mundiais para mais e um melhor financiamento na educação. A CGE e os seus parceiros internacionais também organizaram dois eventos paralelos para gerar discussões estratégicas em torno da resolução da dívida e da austeridade, e sobre a importância do imposto sobre o financiamento da educação. Finalmente, as coligações nacionais em África foram apoiadas pelo secretariado global e pela ANCEFA para dar seguimento junto aos governos sobre seus compromissos com o reabastecimento do GPE.

Os esforços globais de advocacia da CGE foram apoiados por esforços contínuos para construir e fortalecer processos e estratégias internas. O encerramento do CSEF viu a CGE aumentar a ênfase na implementação efectiva de novos processos, sistemas e plataformas, em parte para substituir os sistemas que foram desenvolvidos no âmbito do apoio e desenho do CSEF sobre as lições aprendidas com a execução do programa. Algumas destas actividades se mantiveram, na sua maioria, apenas com o Secretariado. Por exemplo, o desenvolvimento de um novo sistema de Monitorização, Avaliação e Aprendizagem (MEL) em 2020 para substituir a plataforma online do CSEF. No entanto, muitas outras iniciativas beneficiaram de uma maior participação de membros da CGE em todo o mundo. Alguns exemplos-chave incluem:

- Desenvolvimento do portal da CGE: Como plataforma primária de comunicação e recursos que promove o trabalho e sucessos dos membros da CGE, o Secretariado apurou comentários e recomendações dos seus membros como parte do processo de desenvolvimento da website. Isto incluiu a comunicação com organizações membros via e-mail, e a divulgação de notícias da CGE em cinco línguas: árabe, inglês, francês, português e espanhol. Como resultado, o portal da CGE é um recurso vibrante que melhor se alinha com as áreas estratégicas e mecanismos operacionais da CGE, enquanto reflecte a diversidade e a natureza participativa do movimento.
- Criação do Centro de Aprendizagem: O Centro proporciona aos membros da CGE acesso a uma plataforma online gratuita para envolver, colaborar e partilhar conhecimento e experiência dos objectivos estratégicos da CGE, e é uma ferramenta crucial para uma grande rede de base ampla, como a CGE. Foi lançado no terceiro trimestre de 2021 para incentivar aprendizagem dentro do movimento CGE e facilitar impacto da advocacia

colectiva. As principais características do Centro incluem Comunidades de Aprendizagem, antes conhecidas como Comunidades de Prática (CoPs), que proporcionam oportunidades aos membros aprenderem directamente uns com os outros através de gravações partilhadas, vídeos e discussões abertas. O Centro complementa a Estratégia de Intercâmbio e Aprendizagem de Conhecimento (KEL) da CGE lançada em consulta com a adesão à CGE em 2021 para orientar as iniciativas de aprendizagem do movimento. Esta estratégia é uma característica crucial do intercâmbio de conhecimentos reforçado da CGE e da cultura de aprendizagem.

- Estratégia de género: A CGE envolveu-se num processo bem consultivo no desenvolvimento da nova Estratégia de Género, um testemunho da sua abordagem construtiva do movimento. Isto garantiu que a nova estratégia abordasse diferentes contextos socioculturais, entendimentos conceptuais e experiências práticas de questões de género que existem em todas as coligações CGE. Isto permitiu à CGE preparar uma estratégia amplamente apoiada pelas organizações membros, que podem então implementá-la com confiança no terreno.

Além dos três exemplos-chave acima fornecidos, a CGE reforçou o envolvimento da adesão em processos-chave, identificando e envolvendo peritos temáticos em todo o movimento para informar as comunidades de aprendizagem da CGE, bem como seus membros em exercícios de previsão no final de 2021, quando lançou diálogos de digitalização ambiental para fornecer o desenvolvimento da estratégia 2023-2026 da CGE. A participação das organizações membros nestes diálogos foi fundamental para reunir perspectivas sobre futuros ambientes operacionais externos nas regiões da CGE e mapear como essas perspectivas deveriam informar o pensamento estratégico da CGE no futuro.

Os esforços de construção do movimento da CGE também incluíram actividades mais direccionadas para a governação institucional, tais como a revisão da constituição, a actualização do regulamento e o protocolo de adesão e a realização da Assembleia Mundial virtual de 2021 (AM) focado na construção de um movimento resiliente e envolvente. O principal objectivo da AM virtual 2021 era permitir que a adesão à CGE aprovasse a resolução sobre duas propostas de emendas constitucionais aprovadas na AM 2018 através de um processo de votação; aumentar os lugares do conselho de jovens de um para dois; e mudar o nome oficial do círculo eleitoral juvenil de "organizações internacionais e regionais dos jovens" para "organizações internacionais e regionais de jovens e estudantes".

### Resposta ao COVID-19: Informação das respostas da política de educação e adaptação das estratégias de advocacia

A pandemia marcou um ponto de viragem para as iniciativas de construção do movimento do Secretariado. À medida que a pandemia do COVID-19 chegava, as prioridades globais e governamentais mudavam e as oportunidades presenciais para a advocacia diminuía. Os membros da CGE tiveram de repensar os seus planos, estratégias e actividades para responder à situação em mudança. Isto implicou a geração de provas para informar as respostas políticas de educação, aprofundar o envolvimento de membros, partilha de conhecimento e capacitação, implementar campanhas que levantaram as vozes dos cidadãos, e abordagens pivotantes para uma advocacia de métodos online e remotos.

Os membros da CGE reconheceram rapidamente os riscos inerentes a planos de resposta à educação rapidamente lançados. Vários salientaram o aumento das desigualdades, uma vez que a educação digital foi cada vez mais lançada durante os encerramentos escolares, limitando a acessibilidade da educação para quem estava em zonas remotas e rurais sem acesso consistente à electricidade e conectividade da internet em comparação com zonas urbanas (NFER, 2021, p. 32). Os membros da CGE responderam pela conscientização, informando os decisores e ampliando as vozes das comunidades marginalizadas. Em reconhecimento da crescente mudança para abordagens de aprendizagem remota e à distância, o Secretariado da CGE comissionou um estudo de detecção para entender como e se a EdTech poderia ser alavancada para apoiar a entrega de resultados de aprendizagem eficazes e relevantes na África Subsaariana (ver caixa 3 abaixo).

## Caixa 3: Aproveitar EdTech em África: Um estudo de escopo

Este estudo de investigação comissionado pelo Secretariado da CGE para entender como, se de todo, a EdTech estava a ser aproveitada nos seguintes sete países da África Subsaariana: Burundi, República Democrática do Congo (RDC), Madagáscar, Malavi, Namíbia, Ruanda e Zâmbia.

Compreender o potencial da EdTech não é só relevante durante o COVID-19, como pode informar respostas durante qualquer interrupção a longo prazo da educação em tempos de crise. As conclusões deste estudo demonstraram o impacto limitado da tecnologia nas escolas, no ensino e na aprendizagem nos países de estudo de caso, e como os governos lutaram para se orientar rapidamente em resposta aos desafios sem precedentes que surgiram durante a pandemia. O estudo destaca como o COVID-19 ampliou os desafios do acesso digital equitativo, a necessidade de garantir que as necessidades sócio emocionais e de segurança das crianças continuam a ser primordiais em tempos de crise, e a necessidade dos professores e pais também serem apoiados com formação e orientação, a fim de facilitar eficazmente a aprendizagem à distância.

Por último, o estudo apela uma recriação imediata e drástica da educação para garantir que nenhuma criança seja deixada para trás se os desafios futuros impactarem na frequência regular escolar. A EdTech talvez passe a fazer parte integrante do ecossistema educativo e de uma abordagem de continuidade educativa reconfigurada, mas deve ser alavancada de uma forma focada em equidade, integração e ideais feministas, e deve estar livre de pressões e influências neocoloniais que possam prejudicar os progressos locais relevantes no sector.

---

# 12

relatórios de  
investigação foram  
produzidos



Embora o COVID-19 fosse uma ameaça notável ao trabalho da CGE, seus membros compensaram as consequências da pandemia, expandindo a investigação e campanha sobre educação em emergências e financiamento da educação, que foram identificadas como prioridades na advocacia em tempos de crise. Sob coordenação do Secretariado, os membros da CGE informaram e forneceram grande parte da investigação e advocacia das políticas da CGE durante o período, reforçando o papel essencial das organizações membros, e reforçando e unificando a CGE como um movimento global de educação em tempos de crise (ver secção 4.2). Uma grande campanha durante este período foi a campanha Mil Milhões de Vozes, descrita na Caixa 4.



## Caixa 4: Campanha Mil Milhões De Vozes

A Campanha Mil Milhões de Vozes (MMV) colocou indivíduos no centro, pedindo medidas urgentes para apoiar os cerca de 1,5 mil milhões de alunos cuja educação foi parada ou interrompida durante o pico da pandemia COVID-19. Visava resolver urgentemente a falta de financiamento educativo, agravada pela pandemia COVID-19, que dificulta o progresso em direcção ao ODS4. Exortou os governos nacionais e as agências de ajuda interna a tomarem medidas para resolver urgentemente as lacunas críticas de financiamento na educação em tempos de crise. Salientou os efeitos devastadores da crise na educação e a crescente pressão sobre os recursos dos serviços públicos que resultam na não prioridade da educação.

A campanha MMV é um forte exemplo de como os membros da CGE trabalharam colectivamente para incentivar os decisores a priorizar a educação durante a crise COVID-19. O Secretariado da CGE facilitou o desenvolvimento de uma narrativa política e acompanha o apelo à acção sobre a crise global do financiamento da educação, que forneceu pormenores sobre o contexto político e a urgência da necessidade de agir. Este apelo à acção foi amplamente adaptado pelos membros da CGE a um conjunto de recomendações políticas para o movimento CGE, e para os actores e activistas da educação, para orientar uma advocacia mais coordenada e colaborativa e para os esforços de pressão no sentido de um financiamento adequado da educação em tempos de crise.

No cerne desta campanha estão os próprios cidadãos. Os materiais de campanha reflectiram as histórias pessoais, as narrativas e as realidades das pessoas directamente afectadas pela crise, elevando as suas vozes para mobilizarem a acção contra as desigualdades na educação e reforçarem a rede global de educação. Todos os membros da CGE foram consultados no apelo à acção da campanha e foram fornecidos com apoio e ferramentas para ampliar as mensagens acordadas. O envolvimento total dos membros da CGE garantiu que poderiam apropriar-se da campanha e adaptar os apelos políticos da campanha para os seus próprios contextos locais.

Para além da conscientização do impacto da COVID-19 na educação e de apelar aos decisores e aos governos nacionais para que respondam a estes impactos, os próprios membros da CGE tiveram de repensar as estratégias e abordagens para defender estas questões. As abordagens tradicionais, presenciais, eram cada vez mais inacessíveis, exigindo que os membros recaíssem nas plataformas digitais e online. Para apoiar neste esforço, a Campanha #COVID19 esteve em destaque nas plataformas e websites da CGE nas redes sociais. O Secretariado formou uma rede de aprendizagem para apoiar países, regiões e profissionais da educação em todo o mundo para partilhar os seus conhecimentos e experiência de respostas na educação durante a pandemia, incluindo um conjunto abrangente de recursos online dos membros da CGE, parceiros da sociedade civil, e instituições-chave. Isto incluiu kits de ferramentas globais, declarações e mensagens, bem como directrizes, comunicados de imprensa, documentos de posição, respostas e recursos desenvolvidos por toda a filiação. A campanha atingiu mais de 100.000 pessoas em todo o mundo.

Em alguns casos, as coligações descobriram que a mudança para métodos online inesperadamente criou novos espaços e oportunidades para formas ágeis de trabalhar (NFER, 2021). Um desses exemplos foi a Campanha Brasileira para o Direito à Educação (BCRE), que substituiu as campanhas presenciais com o contacto directo com os parlamentares através do WhatsApp e redes sociais durante a pandemia

(NFER, 2021, p. 33). Ao aumentar a conectividade digital, a CGE fez grandes progressos na mitigação dos efeitos de desaparecimento das interações presenciais no envolvimento, colaboração e partilha de conhecimento, como salienta a introdução do Centro de Aprendizagem, uma plataforma online disponível para membros e parceiros da CGE para aprendizado e interação.

### Envolvimento de jovens e estudantes: Ampliar as vozes das organizações lideradas por estudantes e jovens

O Plano Estratégico 2019-2022 abriu caminho para que a CGE reforce ainda mais o movimento, incorporando vozes juvenis nas suas estruturas. Destaca o potencial para as gerações mais novas transformarem e moldarem sociedades mais justas, equitativas e sustentáveis, e a importância de permitir que as organizações lideradas por jovens e estudantes contribuam para debates políticos a nível internacional e a nível nacional. Durante o período de estratégia, a CGE procurou trabalhar em parceria com uniões de estudantes e redes lideradas por jovens, estabelecendo estruturas globais e regionais para jovens e estudantes se envolverem directamente na advocacia e processos da campanha da CGE. Através da criação do Grupo de Acção dos Jovens (YAG), um grupo de jovens e estudantes democraticamente eleito foi seleccionado para representar perspectivas locais, nacionais e regionais em conversas e actividades mais amplas liderada pelo eleitorado juvenil e estudantil da CGE<sup>6</sup>.

## Caixa 5: Envolver grupos liderados por jovens e estudantes nos esforços de recuperação do COVID-19

Os jovens estiveram particularmente activos nos esforços de recuperação da pandemia e construção do movimento CGE. Em Julho de 2021, a CGE colaborou com 15 organizações de jovens e estudantes dentro do movimento CGE para envolverem-se em actividades de investigação, activismo, advocacia e capacitação, e crescente oportunidade para soluções deliberadas e autênticas lideradas por jovens para respostas da recuperação COVID-19.

Através desta iniciativa, a CGE estabeleceu pela primeira vez bolsas de investigação por jovens, que facilitaram a investigação liderada por jovens e estudantes sobre estratégias de resposta à recuperação da COVID-19, incluindo investigação participativa, reforço da capacidade, influência política, *lobbying*, formação de liderança política e iniciativas piloto. As 15 organizações de jovens e estudantes participantes produziram contexto de investigação específica sobre o impacto do COVID-19 na educação nos seus respectivos países. As conclusões desta investigação foram informadas pelas opiniões dos jovens e estudantes e contribuíram para o relatório global: "Definição de Espaços para a Juventude e Advocacia Liderada pelos Estudantes"<sup>7</sup>. Na sequência destas iniciativas, o Conselho Global de Estudantes e Jovens na Tanzânia, em Março de 2022, representou um ponto de viragem para o movimento juvenil da CGE, consolidando as estruturas representativa dos jovens e estudantes e pavimentou o caminho para um envolvimento mais profundo na CGE<sup>8</sup>.

1 Termos de referência do YAG, Abril 2022

2 <https://campaignforeducation.org/en/press-centre/setting-spaces-for-youth-and-student-led-advocacy>

3 <https://campaignforeducation.org/en/resources/gce-reports/gce-global-youth-student-caucus-2022-report>

## 4.2 Progresso a nível global rumo aos objectivos estratégicos da CGE

Para cumprir os quatro objectivos estratégicos estabelecidos na estratégia 2019-2022, as actividades do Secretariado da CGE focaram-se em actividades para apoiar membros da CGE e influenciar a elaboração de políticas globais, incluindo:

Pesquisa

Advocacia  
Política

Campanhas

Intercâmbio de  
Conhecimento  
e  
Aprendizagem



Destaques da conquista do Secretariado da CGE (fonte: CGE, Julho 2022)

A CGE tinha representação e envolveu-se em 148 diálogos políticos globais e liderou 41 fóruns políticos. Como resultado, 84 declarações, recomendações e posições políticas foram produzidas.

A CGE realizou um total de 6 campanhas globais sobre Financiamento da Educação e Educação em Emergências durante este período estratégico, alcançando uma audiência de mais de

**43000**

no Facebook

**300000**

no Twitter

**75 000**

na web da CGE.

**35**

Eventos de troca de conhecimentos e aprendizagem foram organizados durante este período e alcançaram uma audiência de mais de 900 participantes e espectadores em sessões gravadas

A audiência da CGE nas redes sociais teve um crescimento razoável entre 2019 e 2022 com uma taxa de crescimento

**4%**

no Facebook

**5.27%**

no Twitter

**466%**

no LinkedIn

**484%**

no Instagram



**12** 

Relatórios de investigação foram produzidos e informados

por **267**

partes interessadas na educação, incluindo coligações da OSC do movimento CGE, representantes do governo e parceiros internacionais de educação.

Com mais de **75000**

visualizações durante este período, o portal da CGE ligou o público para referir a estes relatórios como um ponto de referência em assuntos ligados a educação



## Pesquisa

A campanha global e os esforços de defesa da CGE são apoiados e informados pela investigação orientada pelas políticas, e como tal, esta foi um mecanismo fundamental para a concretização do plano estratégico durante o período. O Secretariado da CGE coordenou e implementou 12 estudos de investigação durante o período, que recolheram e apresentaram informações sobre as necessidades e desafios que os sistemas públicos de ensino enfrentam, e para propor soluções baseadas em evidências. Os resultados da investigação informam as recomendações políticas propostas através de ações e campanhas de advocacia da CGE, fornecendo provas para influenciar o planeamento, implementação e acompanhamento de políticas formais e informais de educação.

Ao longo dos anos, a CGE desenvolveu uma capacidade reconhecida no trabalho de investigação em colaboração com seus membros e parceiros, aprimorando uma série de trabalhos de investigação e relatórios em conformidade com as áreas estratégicas da CGE e diferentes contextos de coligações nacionais e regionais. Exemplos específicos de actividades de investigação realizadas durante o período de estratégia são fornecidos nas Caixas 8 e 9.

## Caixa 6: Investigação sobre redução da dívida e educação

Esta investigação orientada pela CGE, com o apoio das Fundações da Sociedade Aberta (OSF) e da *ActionAid Internacional* (AAI) explorou os factores-chave que influenciaram a relação entre o alívio da dívida e aumento do financiamento interno para a educação. Incluiu um documento de referência, uma análise comparativa de casos de 7 países (Nepal, Líbano, El Salvador, Geórgia, Mongólia, Zâmbia e Gâmbia), a disponibilização de documentos de posição e os correspondentes informados<sup>9</sup>. A investigação visou colmatar uma lacuna na evidência empírica que explora a correlação entre o alívio da dívida e o financiamento da educação, destacando as dinâmicas complexas em jogo, e desafiar o pressuposto de que menos pagamento da dívida traduz-se em mais recursos para a educação. O estudo foi divulgado sob o tema "Educação, Não Dívida! Financiamento da Educação com Redução da Dívida: Dos Pressupostos às Especificidades.

A CGE desenvolveu e publicou recentemente um kit de ferramentas informado por esta investigação "Os Mecanismos de Redução da Dívida podem aumentar o Financiamento Nacional da Educação?". Este conjunto de ferramentas fornece aos membros da CGE orientações detalhadas sobre o desenvolvimento da política e do trabalho de advocacia para aumentar os orçamentos nacionais da educação através de mecanismos de redução da dívida<sup>10</sup>.



1 GCE. (2021a). Global Launch! Research on Debt and Education Financing. Available at: <https://campaignforeducation.org/en/as-it-happens/education-tv/global-launch-research-on-debt-and-education-financings> (Acessado: August 2022).

2 <https://campaignforeducation.org/en/press-centre/can-debt-alleviation-mechanisms-increase-national-education-financing>

## Caixa 7: Observatório do Financiamento da Educação

Esta iniciativa de investigação da CGE foi lançada no início de 2021 com o objectivo de fornecer uma plataforma para vários interessados que apoie o Movimento CGE, gerando evidências e que oriente a utilização da evidência e conhecimento para informar a política e a advocacia sobre o financiamento da educação. O objectivo principal do EFO é concretizado através de três processos interrelacionados: (i) Monitorização e rastreio de dados (ii) Análise de dados e informações sobre o financiamento da educação através da troca de conhecimentos e (iii) Advocacia e reportagem.

Em Agosto de 2012, a adesão à CGE foi envolvida através de uma série de consultas regionais, que recolheram feedback sobre a abordagem proposta e a questão da investigação informada e áreas temáticas. Após consultas regionais, o Secretariado da CGE consultou secretarias regionais e coligações em África, Ásia e Pacífico, LAC e regiões árabes, que forneceram informações detalhadas sobre financiamentos da educação, monitorização do orçamento e estruturas de observação que variam de plataformas online, fóruns e grupos de trabalho. Na fase-piloto, foi implementado um país por região para testar os processos do observatório, ao incluir: (i) Monitorização e acompanhamento dos dados de financiamento da educação, (ii) Análise de dados do financiamento da educação (e partilha de conhecimento), e (iii) Produção de relatórios nacionais e acções de defesa.

A base de dados digital EFO foi personalizada pela CGE para fornecer coligações com uma plataforma para acompanhar e observar as tendências de financiamento da educação em diferentes países. A base de dados digital está estabelecida na plataforma *Salesforce* da CGE para recolher o conjunto de dados com base em indicadores 4S descritos no Protocolo de Investigação do EFO para monitorizar e rastrear orçamentos públicos, recursos da ajuda internacional e da cooperação para o desenvolvimento e recursos afectados pelos mecanismos de redução da dívida. Para analisar a distribuição dos recursos nacionais a partir destas três fontes (orçamentos nacionais públicos e de educação, mecanismos internacionais de ajuda e dívida), o formulário digital permite financiar as entradas de dados sobre a parte de orçamentos que os governos investem na educação; a dimensão dos orçamentos; a sensibilidade do investimento público na educação, considerando critérios de equidade e inclusão; e o escrutínio orçamental da educação.

## Advocacia Política

Um dos principais papéis do movimento CGE é envolver-se na advocacia política para promover e defender o direito humano à educação para todos, influenciar a política e a prática da educação, informar discussões e debates em torno de questões fundamentais dentro dos sistemas de ensino público, e influenciar a tomada de decisões processos a nível local, regional e internacional. Para o fazer eficazmente, o Secretariado da CGE deve assegurar que haja consulta, feedback e discussão permanentes e deliberadas com os membros, para apresentar posições e recomendações políticas unificadas e responsivas nos principais espaços políticos da CGE e momentos de advocacia relevantes para os diversos contextos políticos dos seus membros.

O papel estratégico da CGE é garantir que as vozes de organizações populares, locais e nacionais da sociedade civil sejam ouvidas em espaços políticos regionais e internacionais. A CGE tem representação e facilita activamente o envolvimento dos membros em doze espaços globais fundamentais onde o direito à educação e ao acompanhamento da implementação do quadro dos ODS 4 são temas principais de discussão (ver Caixa 9).

---

# 6

campanhas globais sobre financiamento da educação e Educação em Emergência realizadas



## Caixa 8: Coordenação da CGE de 13 espaços globais de advocacia

**Grupo de Coordenação CCNGO:** A CCNGO é o mecanismo formal e institucionalizado da UNESCO para a participação da OSC na agenda da Educação 2030. A CGE foi eleita para ter um lugar no seu Grupo de Coordenação pelas Organizações Internacionais da CCNGO da UNESCO durante a 10ª reunião global em Dezembro de 2021. A CGE é representada por Refat Sabbah, Presidente da CGE até Dezembro de 2023. Outros membros eleitos da CGE incluem CLADE (Nelsy Lizarazo), ASPBAE (Helen Dabu), ANCEFA (Solange AKPO), ACEA (Fatouh Mahmoud Younes,) e OMEP (Mercedes Mayol Lassille).

**Comité Director de Alto Nível:** A UNESCO convoca um Comité Director 2030 (Comité Director de Alto Nível) para coordenar os esforços globais de educação no âmbito da agenda 2030 para a arquitectura de desenvolvimento sustentável. O mandato do comité consiste em apoiar os Estados-Membros e os parceiros a atingirem os ODS4 e outros objectivos relacionados com a educação em todos os ODS. O Mecanismo de Coordenação Global (formalmente conhecido como Comité Director de Alto Nível) atribuiu dois lugares à sociedade civil, que são ocupados pelos representantes da CGE Refat Sabbah (Presidente da CGE) e Helen Dabu (Secretária-Geral da ASPBAE).

**O Grupo das Partes Interessadas da Educação e Académicos:** O EASG é um dos principais grupos e outras partes interessadas (MGoS) integrais à adopção, desenvolvimento, revisão da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A EASG foi criada em 2016 por quatro Parceiros Organizadores, nomeadamente a CGE, a *Education International*, o *International Council for Adult Education* (ICAE) e a União dos Estudantes Europeus (ESU). Existem dois pontos focais (Vernor Munoz da CGE e Katarina Popovic da ICAE). O trabalho da EASG inclui o desenvolvimento de relatórios e a garantia da participação e envolvimento intensos dos membros do CGE durante as reuniões do Fórum político de alto nível (HLPP).

**Parceria Global para a Educação:** A PGE é altamente influente no apoio aos governos para transformar sistemas educativos e fornece um espaço de política e advocacia crucial para a CGE em questões relacionadas com o financiamento da educação. Os membros da CGE ocupam organizações da sociedade civil (OSC) 1, 2 e 3 lugares, bem como em comités estratégicos. A CGE é representada da seguinte forma: OSC1 por Kira Boe (OXFAM IBIS) e Yona Nestel (*Plan International*); OSC2: Solange Akpo (ANCEFA) e Abeer Tamimi (ACEA), OSC3: Haldis Holst e Dennis Sinyolo (ambos da *Education International*). As questões políticas e organizativas da PGE são consideradas como parte do Conselho Administrativo da CGE e dos debates dos membros. O Secretariado da CGE é responsável pela coordenação dos debates e consultas políticas para o movimento CGE e supervisiona as eleições representativas do OSC (OSC1 e 2) para os lugares do Conselho Administrativo da PGE.

**Comité Consultivo do Relatório de Acompanhamento da Educação Global da UNESCO:** O GEMR tem um impacto significativo no enquadramento dos debates sobre educação, e o Comité Consultivo é um espaço importante para a interlocução em torno da monitorização do ODS4. A CGE tem um lugar no Comité Consultivo, normalmente detido pelo Presidente da CGE, actualmente delegado à Nafisa Baboo (*Light for the World*).

**Grupo de Trabalho de Advocacia da Rede Interagências para Educação em Emergências (INEE):** INEE é uma rede global aberta que trabalha em conjunto para garantir que todas as pessoas percebam o direito à educação de qualidade e segura em emergências e recuperação pós-crise. A CGE envolve-se com o INEE sobre educação em trabalhos de emergência, incluindo a campanha EIE lançada em Março de 2022. A CGE é representada por Elsy Wakil (Rede Árabe de Educação Popular) e Luis Eduardo Murcia (CGE).



Directoria da Educação Não Pode Esperar (ECW): Existem quatro vagas da OSC no Conselho Administrativo da ECW, que são actualmente ocupadas por duas organizações internacionais (*Plan International* e *Save the Children*), Rede Regional (ACEA) e actor não estatal local ou nacional (*Somalia Coalition for Education for All*) para um mandato de dois anos, mais um. Os representantes da CGE incluem Emma Wagner (*Save the Children*), Yona Nestel (*Plan*), Refat Sabbah (ACEA) e Adam Hussein (Coligação Somália).

Grupo de Cooperação Técnica dos Indicadores ODS4: O Grupo de Cooperação Técnica serve de plataforma para discutir e desenvolver os indicadores utilizados para monitorizar as metas E2030 de forma aberta, inclusiva e transparente". O representante da OSC é designado pelos membros do Grupo de Coordenação da CCNGO. Solange Akpo (ANCEFA) é a representante do OSC. Os representantes do Grupo de Coordenação da CCNGO no Grupo de Coordenação Técnica são encorajados a alternar.

Grupo de Trabalho Internacional dos Professores para a Educação 2030: A missão deste Grupo de Trabalho é promover professores e ensino de qualidade, mobilizando governos e outros intervenientes, actuando como um catalisador do esforço global, regional e nacional através da advocacia, criação de conhecimento e partilha e apoio e envolvimento do país. A CGE esteve no comité de direcção, representando conjuntamente a sociedade civil com a Organização de Serviços Voluntários (VSO). Actualmente, a CGE não figura na lista dos membros do Comité Director do Grupo de Trabalho, mas a *Education International* tem um lugar permanente. As duas Organizações Internacionais que integram formalmente o Comité de Direcção são a *VSO International* e a *VVOB-Education for Development*. *Education International*, UNESCO e PGE têm lugares permanentes também no Comité de Direcção.

Consórcio da Privatização na Educação e Direitos Humanos: Este Consórcio é uma aliança que trabalha na privatização da educação e nas suas implicações para o direito à educação. Actualmente não há representação do conselho administrativo, mas o Secretariado e as coligações regionais se envolvem regularmente com o Consórcio.

Coligação Global para Proteger a Educação Sob Ataque (GCPEA): O GCPEA é uma coligação interagências única formada em 2010 para resolver o problema dos ataques direccionados à educação durante conflitos armados. A CGE não está formalmente na directoria da GCPEA, mas os membros do círculo eleitoral das ONGs, incluindo o Plan International e o Save the Children, fazem parte do Comité de Direcção. A CGE reforçou a sua colaboração com a GCPEA durante este período de estratégia sobre as iniciativas de aprendizagem do EiE, e a coligação é uma aliança estratégica de defesa do trabalho continuado da CGE sobre educação em emergências.

Iniciativa de Educação para Meninas das Nações Unidas (UNGEI): A UNGEI é uma parceria global organizada pela UNICEF, unida por um compromisso partilhado de promover a igualdade de género dentro e através da educação. Fornece uma plataforma de advocacia coordenada e acção colectiva para quebrar barreiras à educação, colmatar a lacuna de género e desbloquear o seu poder transformador para todas as raparigas, em todo o lado. A CGE é uma das organizações da sociedade civil que fazem parte do Comité Consultivo Global das Nações Unidas, composto por mais de 30 organizações multilaterais, não governamentais e da sociedade civil, bem como por departamentos do governo, instituições académicas e redes lideradas por jovens. O envolvimento da CGE com a UNGEI durante este período de estratégia foi centrado em torno da implementação da estratégia de género e trabalho de envolvimento da juventude e do estudante.





Entre 2019 e 2022, o Secretariado da CGE e os seus membros prepararam quase 80 declarações políticas, posição escrita, informes políticos e documentos de recomendações. Estes estão disponíveis publicamente no site da CGE para garantir que as opiniões da CGE como um colectivo são claramente apresentadas e para mobilizar a acção política, a solidariedade e soluções partilhadas para a realização do direito à educação para todos. Durante este período, os membros da CGE participaram em mais de 140 eventos de diálogo político e de defesa para representar a sociedade civil e fomentar debates sobre política e práticas de educação a nível nacional, regional e global. O Secretariado organizou e liderou mais de 40 espaços de diálogo político, dando aos membros da CGE uma plataforma para transmitir mensagens de advocacia a nível nacional e regional para a advocacia a nível global, incluindo diálogos liderados por jovens e estudantes. Alguns exemplos específicos de actividades de advocacia política do período de estratégia são fornecidos nas Caixas 10 e 11.

## Caixa 9: Influenciar Consulta Colectiva das ONG sobre processos e tomada de decisão na Educação 2030 (CCNGO-ED 2030)

O CCNGO-ED 2030 é o mecanismo-chave da UNESCO para o diálogo, reflexão e parcerias com as ONG para a implementação do ODS 4– ED2030. Reconhece as ONG como parceiros no ODS4-ED 2030 e como fonte de inovação e conhecimento, especialmente para alcançar os marginalizados, facilitando a participação das ONG e fornecendo uma plataforma para a sua expressão colectiva, colaboração e aprendizagem sobre iniciativas para com o ODS4, incluindo reuniões e mecanismos, como estrutura de coordenação regional e global do ED 2030. A CGE fez parte do Grupo de Coordenação da CCNGO, juntamente com as suas coligações regionais ASPBAE, CLADE, ANCEFA e ACEA, representando os respectivos membros das OSC. A CCNGO é importante como mecanismo formal e institucionalizado da UNESCO para a participação da OSC. O papel do Secretariado da CGE é apoiar os representantes da CGE, incluindo a solicitação de contributos e comentários de membros da CCNGO sobre várias questões em que a UNESCO está a trabalhar relacionadas com a Agenda de Educação 2030.

Durante a 10ª reunião global da CCNGO, em Dezembro de 2021, a CGE foi eleita pelas organizações internacionais da CCNGO para ter um lugar no seu Grupo de Coordenação (CG). O objectivo e o mandato do Grupo de Coordenação é facilitar a coordenação dos trabalhos do CCNGO-ED 2030 e a comunicação e cooperação com o Secretariado da UNESCO. O presidente do Movimento CGE, Refat Sabbah, foi o candidato eleito com o mandato para durar até às próximas eleições gerais da CCNGO em Dezembro de 2023. Outros membros da CGE a nível regional que foram eleitos para o Grupo de Coordenação da CCNGO incluem Nelsy Lizarazo da CLADE, Helen Dabu da ASPBAE, Solange Akpo da ANCEFA, Fatouh Mahmoud Younes da ACEA e Mercedes Mayol Lassille do OMEP.





## Caixa 10: Informar e influenciar os debates sobre política de educação no Grupo de Coordenação da Educação e Partes Interessadas do Fórum Político de Alto Nível 2021

A Agenda 2030 e a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceram modalidades para o MGoS envolver várias partes interessadas no HLPF. O MGoS é crucial para a revisão, implementação e acompanhamento Agenda 2030. O EASG é um entre os outros ditos MGoS. Como organização co-fundadora da EASG, a CGE coordena as contribuições dos seus membros e de outras organizações da sociedade civil de educação baseadas em direitos humanos, bem como de organizações académicas, redes e organizações académicas que trabalham no direito à educação para o HLPF. Parte do trabalho para a EASG inclui o desenvolvimento de relatórios e a garantia de uma participação intensa e envolvimento dos membros da CGE durante as reuniões do HLPF. A CGE tem apoiado os trabalhos de comunicação entre os membros do HLPF, e o Secretariado renovou recentemente o portal da EASG como parte do seu mandato de comunicação.

A CGE continuou a empenhar-se e a facilitar o envolvimento dos seus membros, compilando e divulgando informações sobre os principais processos em que os membros da CGE devem fazer parte e partilhar as suas ideias enquanto sociedade civil sobre as realidades da educação nos seus países para metas do ODS4. Para o HLPF de 2021, o papel da CGE foi novamente crucial para coordenar a consolidação e apresentação de posições da EASG informadas por várias partes interessadas deste grupo, incluindo membros do movimento CGE, ao pesquisar, escrever e desenvolver um documento de referência sobre o tema da agenda do HLPF. Assim, o EASG apresentou um documento sectorial para reflectir na disrupção dos sistemas educativos globais devido à COVID-19 e a necessidade de mais financiamento para uma recuperação da pandemia. O documento da AESG que delineou posições da sociedade civil foi entregue ao Secretariado do HLPF, enviado aos Estados-Membros da ONU como documento oficial das Nações Unidas, e um elemento integrado dos documentos de fundo enviou todos os delegados para o 2021 Sessões HLPF.

## Campanhas

Durante o período de estratégia, o Secretariado da CGE coordenou e apresentou seis campanhas globais, conseguindo cada uma um elevado nível de alcance através das redes sociais. As campanhas centraram-se nos quatro objectivos estratégicos, mas colocaram uma ênfase especial no Financiamento da Educação e educação em Emergências em resposta à reorientação das prioridades orçamentais do Governo durante o surto global do COVID-19. O Secretariado apoiou coligações nacionais e regionais para mobilizar a sociedade civil e restabelecer a educação como uma prioridade, nomeadamente na sequência do encerramento global das escolas. As campanhas globais permitem aos membros da CGE dar uma voz unificada sobre questões de alta prioridade na educação, pressionando os governos a responder em conformidade. As Caixas 6 e 7 fornecem dois exemplos fundamentais de campanhas realizadas durante o período.



## Caixa 11: Semana Global de Acção Educativa (GAWE) 2021: Mobilizar as OSC para melhor financiamento

A campanha GAWE é um evento-chave no calendário da CGE, que proporciona as coligações e organizações da sociedade civil a oportunidade de exigir publicamente a acção do seu governo para galgar o direito à educação, e fazer um esforço direccionado em alcançar a mudança no terreno. O tema de financiamento da educação seleccionado para a GAWE 2021 exige uma melhoria e um aumento do financiamento para a educação, reflectindo o desafio cada vez mais urgente de uma orçamentação insuficiente e ineficiente no sector<sup>11</sup>.

A GAWE 2021 foi liderado por membros e parceiros da CGE em África, Ásia, América Latina e região árabe como um espaço de advocacia de alta intensidade e multicamadas, em que organizações da sociedade civil em diferentes regiões exigiam acções concretas para travar a privatização da educação e o endividamento dos Estados frágeis, bem como para alcançar os objectivos necessários para garantir previsivelmente os fundos de que os sistemas de ensino público precisam; o aumento progressivo do orçamento nacional para a educação infantil, o ensino básico, a educação para jovens e adultos e o ensino superior. A GAWE 2021 identificou um conjunto claro de exigências dos Estados e da comunidade internacional, que estava alinhado com a campanha Mil Milhões de Vozes.

O Secretariado apoiou os membros da CGE na implementação da campanha pela disponibilização de um pacote de campanha detalhado, incluindo declaração política, comunicado de imprensa, informações sobre eventos regionais e globais, kits de ferramentas de redes sociais, mensagens-chave e visuais. Embora o apoio à coordenação seja prestado a nível global, membros da CGE em diferentes regiões estão envolvidos no desenvolvimento da campanha, e têm a propriedade e o controlo dos conteúdos, mensagens, recomendações políticas e tarefas durante os dias de campanha regionais.

## Caixa 12: Campanha da Educação em Emergências: #ProtectEiENow

Em Março de 2022, a CGE lançou a campanha #ProtectEiENow<sup>12</sup> para exigir um melhor financiamento nacional e de doadores para uma educação de qualidade transformadora, inclusiva e equitativa em contextos de emergência.

As mensagens de campanha destacaram o impacto dos conflitos, alterações climáticas, catástrofes, emergências de saúde pública e dos deslocamentos forçados para o direito à educação, com milhões de crianças em idade escolar e jovens a viver em países afectados por crises, actualmente fora da escola. Para os mais marginalizados como, alunos com deficiência, raparigas e famílias de baixo rendimento, entre outros, o impacto é muito maior. Apesar desta situação terrível, a educação continua a ser uma das zonas de ajuda humanitária mais subfinanciadas, recebendo apenas 2,4% do financiamento humanitário global total. Uma geração de crianças e jovens que vivem em situações de emergência é privada não só do seu direito humano a uma educação de qualidade, mas da protecção que a educação proporciona nestes contextos. Em situações de emergência, a educação pode ser o único espaço seguro.

Os membros da CGE colaboraram na elaboração de um apelo político à acção para a campanha, estabelecendo um conjunto de recomendações para a implementação pelo governo. A campanha já alcançou mais de 75.000 pessoas nas plataformas das redes sociais.



**PROTECT  
EDUCATION IN  
EMERGENCIES  
NOW!**

3 <https://campaignforeducation.org/en/take-action/take-part-in-gawe/global-action-week-for-education-2021>

4 <https://campaignforeducation.org/en/take-action/respond-to-education-in-emergencies>.

## Partilha de Conhecimento e Aprendizagem

A fim de ampliar o impacto e reforçar a capacidade do movimento CGE, o intercâmbio de conhecimentos e a aprendizagem são um mecanismo de conexão dos membros entre regiões e fluxos de trabalho, facilitando discussões e colaborações em áreas-chave de foco, e aprendendo com as experiências de outros membros da CGE. Esta abordagem sublinhou a utilização de novos conhecimentos e experiências existentes para melhorar e fornecer eficazmente o trabalho da CGE e alcançar maiores resultados. Gerar e partilhar lições aprendidas de ambas boas e más abordagens para planear e prestar advocacia e campanhas foi necessário para desenvolver novas tácticas de advocacia inovadoras.

Durante o período de estratégia, o Secretariado implementou um vasto leque de novas iniciativas inovadoras para transformar a CGE num movimento orientado para a aprendizagem. Entre elas, a criação e lançamento da metodologia do novo Centro de Aprendizagem e Comunidades de Aprendizagem, duas revisões e avaliações (Avaliação CSEF em 2019, e Plano Estratégico MTR em 2020), eventos de partilha de conhecimento, 17 webinários dentro das comunidades de educação em emergências e financiamento da educação. Além disso, o Secretariado da CGE reforçou a capacidade filiação da CGE a áreas temáticas e técnicas para envolver e influenciar eficazmente as mudanças de política nos diferentes espaços de advocacia. Isto foi realizado pelo lançamento da plataforma de e-learning com dois cursos online autodidáticos sobre Financiamento da Educação e Advocacia através de 8 workshops e 10 eventos de formação técnica para adopção efectiva de sistemas CGE. Estas iniciativas foram parte integrante do lançamento da estratégia de Partilha de Aprendizagem de Conhecimento (KEL) da CGE em 2021 (Caixa 12), desenvolvida para orientar as iniciativas de aprendizagem da CGE no reforço do movimento.

---

**O Secretariado implementou uma vasta gama de novas iniciativas inovadoras para transformar a CGE para se tornar num movimento orientado para a aprendizagem**

## Caixa 13: Desenvolvimento da estratégia KEL da CGE

Desde o surto da COVID-19 em 2020, membros da CGE em mais de 90 países foram confrontados com seus efeitos devastadores na educação. As mudanças no contexto externo incentivaram a CGE a reforçar a cultura de documentar e partilhar conhecimentos e provas para alavancar e basear-se em abordagens bem sucedidas de membros e parceiros na influência das mudanças políticas para o direito à educação de qualidade para todos. As acções iniciais de 2021 focaram no estabelecimento de processos de intercâmbio de conhecimento e aprendizagem, ao incluir a estratégia operacional. A CGE desenvolveu a Estratégia de Partilha e Aprendizagem de Conhecimento (KEL) em consulta com os seus membros para orientar as iniciativas de aprendizagem do movimento. A estratégia define os objectivos de intercâmbio e aprendizagem de conhecimento da CGE, pilares de aprendizagem e iniciativas de aprendizagem e agendas.

O desenvolvimento da estratégia KEL foi informado pela necessidade de estruturar sistemas e práticas de intercâmbio de conhecimentos com base em sucessos e desafios na promoção de uma cultura de aprendizagem no seio do movimento. Esta óptica ao intercâmbio e aprendizagem de conhecimento baseia-se no entendimento de que os membros e parceiros da CGE possuem uma riqueza de conhecimento e experiência que devem informar a aprendizagem em todo o movimento. Embora a implementação da estratégia KEL tenha sido iniciada em 2021, o plano KEL para 2022 foi centrado na aplicação e apoio aos membros da CGE para o envolvimento com as iniciativas de aprendizagem da CGE. O Secretariado apoia e coordena as contribuições dos seus membros e parceiros para aumentar o impacto colectivo da CGE, aproveitando o conhecimento dos seus membros e parceiros, documentando as melhores práticas e abordagens de sucesso, e no apoio a replicação de abordagens de sucesso baseadas em evidências para influenciar mudanças de política da educação e implementação a todos os níveis. A implementação bem sucedida da estratégia KEL será efectuada nos planos de implementação e acciona o envolvimento dos membros da CGE e parceiros com os processos de aprendizagem da CGE. Durante as consultas de adesão sobre a estratégia KEL, os membros da CGE partilharam seu compromisso de colaborar com o Secretariado para implementar a estratégia KEL do movimento.



## 4.3 Realizações regionais

### Informações regionais do inquérito online

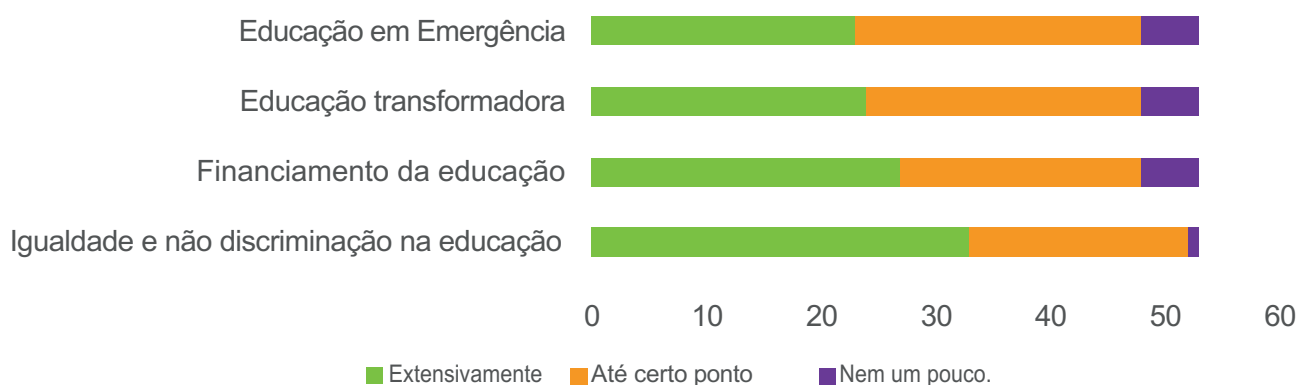
Um total de 53 respostas completas foram obtidas a partir do inquérito online distribuído à adesão à CGE, atingindo uma taxa de resposta de 39% no total. As respostas foram recebidas em todas as cinco regiões da CGE, incluindo 16 em 35 (46%) de coligações africanas, 8 em cada 18 (44%) de coligações APAC, 11 em 20 (55%) das coligações Europa e América do Norte, 14 em 15 (93%) de coligações LAC, e 4 em 13 (31%) de coligações do Médio Oriente.

O inquérito online demonstrou que os membros da CGE consideram o seu trabalho alinhado em todas as quatro áreas estratégicas definidas e adoptadas pelos membros da CGE durante a 6ª Assembleia Mundial, em Novembro de 2018. Apenas uma coligação informou que não estavam a trabalhar em nenhuma das áreas estratégicas, enquanto as restantes relataram trabalhar ou "extensivamente" ou "em

certa medida" em duas ou mais áreas estratégicas. Da mesma forma, a maioria dos inquiridos considerou ter tido um impacto "significativo" ou "alguns" nas quatro áreas estratégicas.

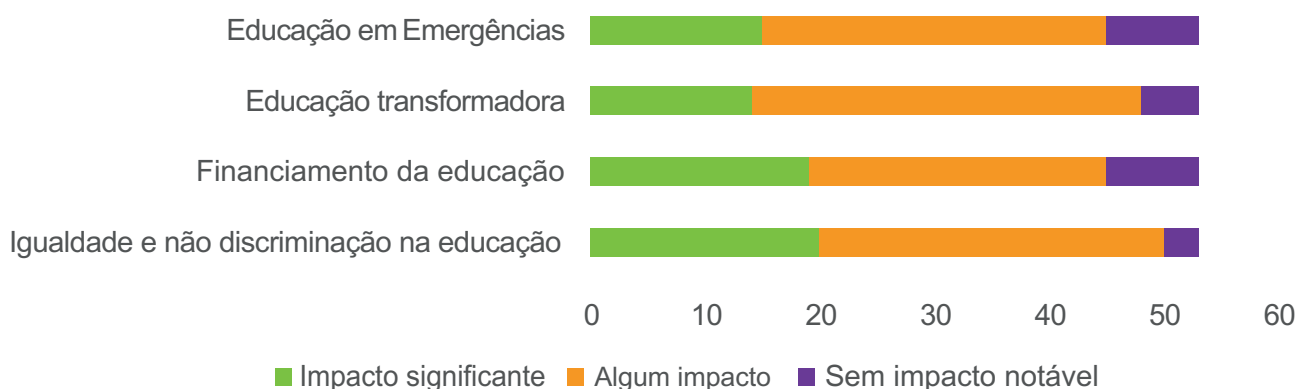
A maioria dos inquiridos relatou com frequência que trabalhar na área estratégica para a igualdade e não discriminação na área estratégica da educação, eram mais propensos a reportar o trabalho "extensivamente" nesta área e eram mais propensos a sentir que teve um impacto "significativo" nos progressos para este objectivo em comparação com as restantes três áreas. Da mesma forma, quando solicitado para dar um exemplo do impacto mais significativo alcançado durante o período de estratégia, a maioria dos inquiridos (39/53) considerou que o sucesso esteve ligado a esta área estratégica, e geralmente pelo menos uma outra área de foco estratégico. O financiamento da educação foi a segunda área de foco mais comum que os inquiridos relataram trabalhar "extensivamente", mas menos propensos a reportar ter um impacto "significativo" nesta área.

Figura 4: A medida em que os membros da CGE relatam trabalhar em todas as áreas estratégicas da CGE



Fonte: Pesquisa do relatório de impacto da CGE realizado em Julho 2022.

Figura 5: Organizações que sentem que tiveram um "impacto significativo" nas áreas estratégicas da CGE durante o período 2019-2022.



Fonte: Inquérito ao relatório de impacto da CGE realizado em Julho 2022.

Figura 6: "Mecanismos" utilizados pelas organizações membros da CGE para alcançar progresso.



Comparado com outras áreas de foco, os inquiridos foram mais propensos a reportar não ter qualquer impacto nas áreas do financiamento da educação e educação em situações de emergência.

Quando questionados sobre os mecanismos utilizados pelos membros da CGE para alcançar suas realizações mais significativas durante o período de estratégia, a "advocacia" e as "comunicações" (45/53) foram as mais relatadas, seguidas pela "troca de conhecimento" (37/53). Todos os inquiridos utilizaram múltiplos instrumentos para atingir seus objectivos, embora a justibilidade fosse a menos invocada no mecanismo, com seis membros da CGE a destacarem-no como um mecanismo de alcance do mecanismo significativo durante o período (Figura 4).

#### 4.4 Destaque na região da África

A afiliação CGE é composta por 35 coligações regionais e nacionais que operam na África Subsariana, das quais 16 membros responderam ao inquérito online. As respostas ao inquérito sugerem que a maioria dos membros na região trabalhou "extensivamente" em todas áreas da igualdade e não discriminação e financiamento da educação. Das quatro áreas estratégicas, foram menos propensos a identificar seu trabalho como enquadrado nas emergências.

Em grande parte, o trabalho das coligações africanas durante o período de estratégia procurou responder ao impacto do COVID-19 na educação, focando-se na partilha de conhecimentos e lições aprendidas a apoiar os governos a reconstruir e reposicionar a educação em toda a África.

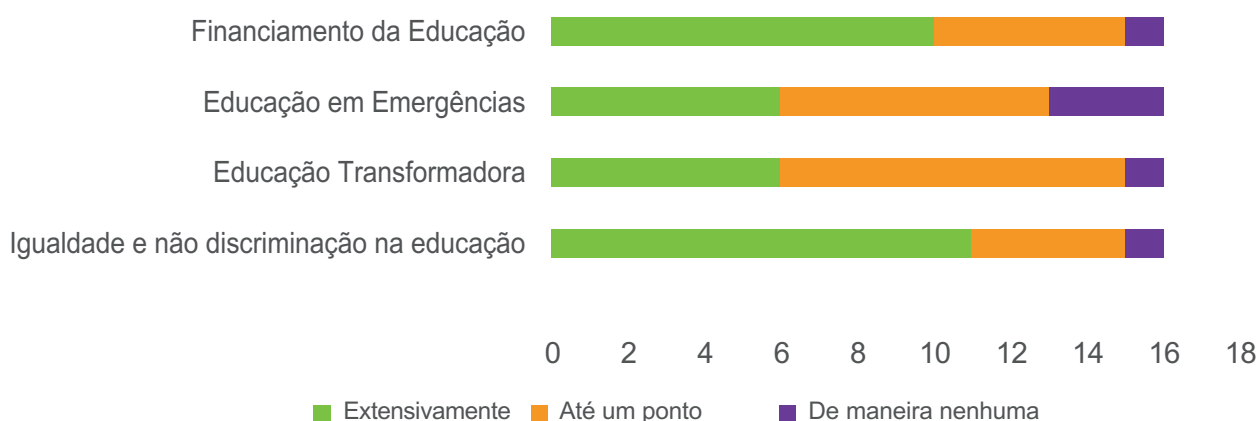
ANCEFA, a coligação em África, esteve envolvida em várias actividades e plataformas regionais para contribuir

ao objectivo da igualdade e não discriminação na educação, reforçando as capacidades da coligação. A posição da ANCEFA em plataformas regionais influentes aumentou a visibilidade das coligações africanas, construiu a sua capacidade de defender a igualdade e a não discriminação na educação e reforçou as operações internas de coligações que trabalham nesta área. A ANCEFA é líder no comité directivo da UNGEI e no comité consultivo global e é parceira do consórcio OSC sobre na Iniciativa Género no Centro (GCI) coordenado pela UNGEI, em parceria com a *Plan International* e a FAWE.

Pela filiação da CGE, ANCEFA facilitou um workshop Francófono de Planeamento do Sector da Educação Responsiva ao Género (GRESF) em parceria com a FAWE, que foi representado por 11 países, que incluiu activistas feministas e representantes da FAWE, *Plan International*, UNICEF, GIZ, e Representantes da UNGEI. O workshop de 5 dias foi acompanhado por um workshop regional de 2 dias do GCI para reforçar a capacidade dos participantes para se envolverem no planeamento do sector responsável pelo género, e colaborar para impulsionar uma programação mais sensível ao género dentro das suas próprias organizações.

Para além das actividades de capacitação, o GCI permitiu à ANCEFA apoiar coligações em Moçambique, Chade e Mauritânia para realizar actividades de promoção da educação de meninas e igualdade de género durante a pandemia, incluindo uma análise de género da Estratégia de Preparação da COVID-19 do Sector da Educação, Resposta e Recuperação (2020-2029) e Plano de Resposta da COVID-19; campanhas na mídia, um debate televisivo sobre a reabertura de escolas, para promover o direito das meninas à educação durante a pandemia; e a produção de um livro

Figura 7: Grau em que membros da CGE na região de África reportam trabalhar em todas as áreas estratégicas da CGE



sobre as melhores práticas de iniciativas para manter as meninas nas escolas no contexto do COVID-19. No Chade, membros do consórcio fizeram uma campanha de sensibilização para a educação das meninas durante o COVID-19 em Ndjamena, e campanhas de rádio em três línguas (francês, árabe e sara) que foi transmitido em várias estações de rádio.

Durante as entrevistas, representantes da ANCEFA reflectiram sobre a sua parceria de investigação com a *Humanity and Inclusion International*, que gerou evidências da África Ocidental e Central sobre o grau em que as crianças com deficiência são incluídas nos processos de planeamento da educação e como implementar agendas educativas inclusivas. Pesquisas realizadas no Níger, Burkina Faso e Mali informaram os contributos da ANCEFA no grupo de parceiros UNESCO ODS4 na África Ocidental e África Central, informando as discussões e permitindo à UNESCO trabalhar com os governos durante o processo de planeamento da educação.

A nível de coligação nacional, quando questionados sobre as suas conquistas mais importantes durante o período de estratégia, vários inquiridos deram exemplos de conquistas nesta área estratégica. No caso do Lesoto, a coligação defendeu uma Lei de Inclusão de Deficientes que dá às pessoas com deficiência melhor acesso à educação e responsabiliza as escolas por garantirem que são bem acessíveis aos alunos com deficiências. Na Somália, a coligação EFASOM influenciou os decisores políticos da educação à introdução de mudanças nas políticas aceleradas de educação básica e de readmissão escolar, a fim de permitir que as meninas voltassem à educação após o casamento precoce. A coligação no Burundi descreveu melhorias importantes nos seus próprios processos internos, políticas e estratégias, que incluíam implementação de um documento sobre procedimentos de gestão de recursos humanos, que incluiu a igualdade de oportunidades e uma nova política de género e diversidade.

### Educação Transformadora

Dentro da área estratégica de educação transformadora, a ANCEFA trabalhou em parceria com a EDUCO para realizar um estudo de educação emancipatória em África. O relatório considerou a conceptualização da educação emancipatória, incluiu experiências práticas de coligações no Senegal e Ruanda, e formularam recomendações para promover sistemas educativos que são emancipatórios. O relatório foi lançado em Maio de 2021 em Dakar durante um workshop com a presença da Directoria da ANCEFA, Secretariado da CGE e coligações do Burkina Faso, Senegal e Benim, bem como parceiros sediados em Dakar. O workshop foi uma oportunidade para apresentar as conclusões do relatório sobre educação emancipatória, partilhar experiências e identificar possibilidades de intervenções a favor da educação emancipatória em África.

A nível da coligação nacional, a coligação de Madagáscar, CONAMEPT, informou no inquérito que durante o período estratégico trabalharam para influenciar a consideração e operacionalização da educação civil e boa cidadania na educação. Na Tanzânia, a coligação da Rede de Educação da Tanzânia (RTE/MET) facilitou as discussões com uma série de partes interessadas envolvidas na secção de educação para discutir, desafiar e redireccionar uma educação de qualidade para a transformação social. Este exemplo é descrito em maior detalhe abaixo:



## 1ª Conferência Internacional de Educação de Qualidade(IQEC)

País:	Tanzânia
Organização:	Rede de Educação da Tanzânia (TEN/MET)
Contexto:	Existe uma sensação de urgência entre as partes interessadas da educação para identificar novos caminhos para a qualidade da educação, financiamento e responsabilização do financiamento público em África que são adaptados ao século XXI e o rescaldo da pandemia COVID-19. Ambientes de ensino e aprendizagem, digitalização da educação, educação em emergências, modelos de financiamento e funções das partes interessadas, para citar apenas alguns, exigem novas evidências e insights.
Ação:	É por isso que a TEN/MET se comprometeu em oferecer às partes interessadas da educação a oportunidade de discutir os roteiros no sentido de melhorar a qualidade da educação. A coligação organizou a 1ª Conferência Internacional de Educação de Qualidade (IQEC), em Dar es Salam, em Maio de 2021, sob o tema "Responsabilidade Colectiva para Financiar a Educação de Qualidade – Restruir a Educação de Qualidade". Coincidiu com a 12ª versão da Conferência Anual de Educação de Qualidade (QEC) da coligação. Para elevar o estatuto da QEC para uma campanha de advocacia, a TEN/MET assegurou que a conferência alcançasse participantes internacionais suficientes, permitindo que mais de 200 participantes de toda a África e além-fronteiras participassem no caso, presencial ou virtualmente. Os participantes vieram do governo, da sociedade civil, do Desenvolvimento Internacional, de empresas, universidades e outros sectores da educação. Discutiram temas como a resiliência da educação e a preparação para a crise à luz da pandemia; apoio a raparigas fora da escola e mães adolescentes; os papéis da sociedade civil, dos parceiros de desenvolvimento e do sector privado na prestação de contas e qualidade do sector da educação; educação inclusiva; empregabilidade dos licenciados; desenvolvimento profissional de professores; e telecomunicações na educação (TENMET, 2021).
Progresso:	Os oradores convidados sublinharam os desafios e oportunidades que uma educação do século XXI traz e a necessidade de esforços conjuntos para apoiar o governo em questões que não pode abordar sozinho. A declaração de resultados do IQEC enumerava várias recomendações, incluindo a adopção de mecanismos inovadores e sustentáveis de financiamento da educação que incluam o financiamento de doadores e do sector privado; responder às necessidades dos professores e grupos marginalizados de alunos; desenvolvimento do currículo baseado em competências; melhoria da inovação, criatividade e conectividade nas escolas; reforçar a preparação de emergência das escolas, a resiliência e as infra-estruturas WASH; e reforçar o diálogo sectorial e a elaboração de políticas colaborativas e baseadas em evidências. Em resposta, o Governo da Tanzânia comprometeu-se a trabalhar nas questões levantadas e instou a TEN/MET a continuar a agir como um fórum nacional de debates sobre educação.





## Educação em Emergências

Embora a área estratégica de educação em situações de emergência tenha sido menos relatada como um foco do trabalho dos membros da CGE pelos inquiridos na região, é provável que nem todas as coligações estivessem a operar em contextos de emergência. Para aqueles que foram, esta foi uma área estratégica crucial, particularmente as da região do Sahel. Para a maioria das coligações, pelo menos parte dos seus esforços durante o período de estratégia centrou-se em responder à crise COVID-19.

A nível regional, a ANCEFA trabalhou em parceria com a CGE para identificar países para se juntarem ao grupo consultivo da campanha para liderar a campanha *Education in Emergency*. A ANCEFA participou em diversos eventos organizados pela CGE para exigir a protecção dos orçamentos da educação durante a pandemia. Isto inclui a elaboração de um relatório regional sobre os efeitos do COVID-19 na educação em África, com base em informações recolhidas das Coligações Nacionais de Educação.

As coligações nacionais que trabalham nesta área temática estavam envolvidas em actividades de advocacia para fortalecer e alterar estratégias nacionais para responder à crise do COVID-19, incluindo abordagens de aprendizagem à distância reforçadas, desenvolvimento de materiais de aprendizagem à distância para reduzir a perda de aprendizagem durante o encerramento em escala das escolas, aproveitando as soluções EdTech, ao mesmo tempo que considera a igualdade de acesso, e formando professores e pais em abordagens de aprendizagem digital. Na Zâmbia, a coligação ZANEC conseguiu angariar fundos do Ministério da Educação e apoio técnico da UNICEF para liderar o Governo zambiano em pesquisas conjuntas sobre o impacto do COVID 19 na educação. Esta investigação forneceu provas essenciais para informar a resposta do sector da educação à pandemia. Como resultado, a PGE reconheceu a Zâmbia como um dos poucos países que efectivamente geriu o impacto do COVID-19 no sector da educação, com a perda de aprendizagem reduzida à medida que as escolas eram em grande parte capazes de permanecerem abertas mantendo ambientes de aprendizagem seguros, reduzindo assim o risco de dependência excessiva em abordagens de aprendizagem remota fracas.

No Níger, a coligação ASO-EPT centrou seus esforços na resposta aos desafios educativos nas áreas afectadas pelos conflitos na região do Sahel. Alguns dos seus trabalhos nesta área são descritos no estudo de caso abaixo.



## Campanha de Advocacia para a Educação em Emergência

País:	Níger
Organização:	<i>Coalition Nigérienne des Associations, Syndicats et ONG de Campagne EPT au Niger (ASO-EPT Niger)</i>
Contexto:	<p>A educação tem vindo a ser vítima de um aumento da actividade terrorista em todo o Sahel, incluindo no Níger. Muitos professores e estudantes foram mortos ou deslocados internamente, enquanto cada vez mais escolas foram encerradas devido à violência crescente. À medida que os governos priorizam as dotações orçamentais para abordar questões de segurança, os sectores sociais como a educação são deixados para trás nas agendas nacionais. Os países da região carecem de abordagens robustas e generalizadas para a educação em situações de emergência, com estruturas de países que apoiam a educação nestes contextos muitas vezes enquadrando-se em estruturas de resposta e recuperação de desastres em vez de ministérios de educação. A nível local, as comunidades lutam por fazer face às despesas e podem priorizar outras despesas, como a alimentação em detrimento da educação durante os tempos de crise. Os países do Sahel recebem subvenções da PGE, que podem contribuir para aliviar, em certa medida, os constrangimentos orçamentais da educação, e as recentes investigações conjuntas do <i>Save the Children's Pan Africa Office</i> e da União Africana estão a abrir caminho para o desenvolvimento de políticas continentais e nacionais que abordam a educação para a paz e a protecção da educação contra o ataque em África.</p>
Acção:	<p>Coligações regionais e nacionais como a ASO-EPT do Níger têm portanto se empenhado em defender a educação em situações de emergência para garantir a continuidade do direito à educação dos alunos afectados. Com estas actividades, as coligações enfatizaram o apelo aos governos para que financiem a educação em situações de emergência. O objectivo é que os países sahelianos estejam habilitados a assumir o comando do EiE. Esta é uma agenda de advocacia difícil, dado que o EiE é tipicamente visto como um empreendimento humanitário com pouca margem para a sociedade civil e para as ONG.</p>
Progresso:	<p>O trabalho das coligações nesta área centrou-se no reforço das capacidades de defesa da educação em estratégias de emergência para estar em vigor como situação de segurança de emergência. continua. O ASO-EPT do Níger é representativo destes esforços, que assumiram muitas formas. Em 2022, a ASO-EPT fez parte de uma missão conjunta com a <i>Save the Children</i> para desenvolver materiais de educação à distância a serem utilizados na região tillabéri afectada pelos conflitos que faz fronteira com o Burkina Faso e Mali. No mesmo ano, a ASO-EPT também conseguiu trazer um ministro nigeriano para assistir ao Webinar global da CGE no EiE. Estes exemplos complementam outras iniciativas levadas a cabo pela ASO-EPT, por exemplo, comerciais nos meios de comunicação social para informar os cidadãos sobre o estado da educação em situações de emergência, ao enviar declarações de advocacia a candidatos presidenciais e legislativos com tema das escolas inseguras ao longo das fronteiras do país, sentados no Grupo de Educação do Níger e inserindo comentários de estratégia para o ano lectivo de 2022.</p>

## Financiamento da Educação

Financiamento da Educação foi uma área de grande prioridade para muitas coligações em toda a região. As actividades durante o período estratégico incluíram a ANCEFA e as coligações nacionais que participaram no lançamento da Campanha OBV e organizaram um diálogo político para ampliar a GAWÉ 2021. Durante a GAWÉ, a ANCEFA lançou o relatório "Mil Milhões de Vozes: Como África Pode Liderar na Educação num Mundo Pós Covid"<sup>13</sup> que estabeleceu conclusões de uma análise de documentos políticos governamentais, orçamentos nacionais, discursos orçamentais, documentos do plano orçamental dos cidadãos sobre o serviço da dívida, as receitas internas e a tributação em 35 países africanos. Esta análise reflecte as implicações da COVID-19 para a educação identificar o impacto da pandemia no financiamento da educação. O relatório conclui com um conjunto de recomendações políticas aos governos em África, os doadores e a comunidade internacional.

A ANCEFA facilitou a participação de vários indivíduos de alto perfil e influentes durante o GAWÉ 2021, incluindo Sua Excelência Madame Sarah Mbi Enow Anyang Agbor, a Comissária para a Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação da Comissão da União Africana; Manos Antoninis, Director de Relatório da GEM; e representantes ministeriais e parlamentares de Cabo Verde, Burkina Faso, Níger e Senegal para partilharem perspectivas e diálogo com as OSC. O evento alcançou a maior taxa de participação durante a semana GAWÉ coordenada pela CGE.

Com base na campanha OBV, a CGE trabalhou em parceria com a ANCEFA e a *Action Aid International* para construir as capacidades das coligações nacionais de educação e fornecer-lhes informações e ferramentas de diálogo a nível nacional para obter compromissos por parte dos governos antes da Cimeira da PGE em Londres. As coligações africanas prepararam e partilharam os seus Planos Nacionais de Campanha de Financiamento da Educação, que incluíram acções que levaram ao aval dos Chefes de Estado da Declaração Política do Presidente. Quénia, e o envolvimento da sociedade civil na elaboração de compromissos de financiamento da educação que foram partilhados na Cimeira Global de Educação do PGE realizada em Londres em Julho de 2021.

A ANCEFA defendeu a cimeira do GPE de várias formas, incluindo o lobbying para a carta de recomendação dos Chefes de Estado, da autoria do Presidente do Quénia, S.E. Uhuru Kenyatta, e apoiada por pelo menos 10 países de África, o que pressionou os governos a comprometerem-se a atribuir 20% dos orçamentos do governo nacional à educação. Em parceria com a *Action Aid*, a ANCEFA organizou também o evento paralelo "Não deixe ninguém para trás: Financiamento de educação inclusiva para meninas e crianças com deficiência" que contou com a presença de parceiros da Federação da África Ocidental de

Pessoas com Deficiência, jovens, e coligações nacionais da educação.

Em Novembro de 2021, a ANCEFA associou-se à *Action Aid International* e à *Tax Ed Alliance* para facilitar o apoio à capacitação das coligações nacionais através de um Webinar sobre desenvolvimento de políticas fiscais, liderado por especialistas em desenvolvimento fiscal. Membros do NEC do Malavi, Zâmbia, Burquina Faso, Moçambique e República Democrática do Congo participaram no evento virtual.

As coligações nacionais da região concentraram seus esforços na pressão aos governos para que cumprissem as atribuições de uma parte suficiente do orçamento nacional à educação. A coligação no Burquina Faso descreveu a importância do papel da sociedade civil no acompanhamento das despesas de educação para melhorar a transparência e contribuir para uma distribuição mais eficaz dos fundos. A *Coalition Nationale pour l'Education Pour Tous du Burkina Fas* realizou um inventário da implementação da Estratégia Nacional para a Educação em Situações de Emergência e realizou advocacia para reposição da campanha da PGE para influenciar o compromisso do Chefe de Estado em aumentar o financiamento para a educação. Este estudo não só ajudou a pressionar o governo a atribuir orçamento suficiente à educação em geral, como também identificou a necessidade de considerar as crianças deslocadas internamente e as crianças com deficiência no seio planos de acção e orçamentos anuais do Ministério da Educação.

## 4.5 Destaque na região da Ásia e Pacífico

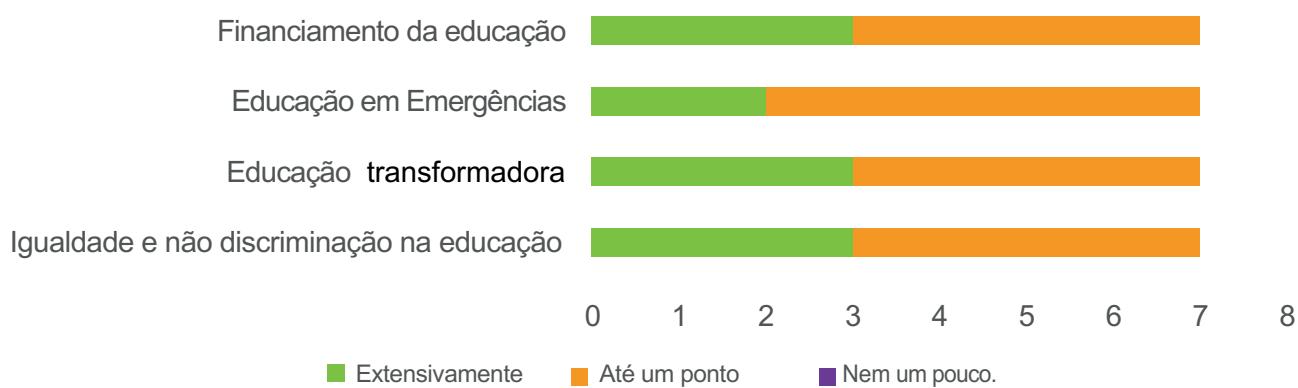
A região APAC é composta de 18 coligações nacionais e uma coligação regional que trabalham nas 4 áreas estratégicas. 8 coligações na região responderam a pesquisa online, e todos os inquiridos relataram trabalhar pelo menos "até certo ponto" nas quatro áreas estratégicas, com uma distribuição uniforme nas 4 áreas (ver figura 8).

As coligações nacionais e regionais contribuíram para o reforço do movimento global exigindo o direito à educação, e defendendo a educação e o desenvolvimento a partir de uma abordagem baseada nos direitos. A coligação regional, ASPBAE, desempenhou um papel crucial ao trabalhar e apoiar activamente seus membros, incluindo todas as 18 coligações nacionais de educação (NECs) na região. Em particular, a partir de 2020, a ASPBAE tem prestado apoio sustentado de orientação às coligações nacionais, reforçando sua capacidade na defesa a protecção e inclusão da educação nas respostas a COVID-19 do seu país, os seus compromissos com o sector de desenvolvimento mais vasto e dentro dos mecanismos de coordenação do ODS4 existentes e dos grupos de educação locais (LEGs) ou mecanismos equivalentes.

1 <https://campaignforeducation.org/en/resources/gce-reports/how-africa-can-lead-on-education-in-a-post-covid-19-world-report>



Figura 8: Grau em que os membros da CGE na região da Ásia e Pacífico reporta que trabalha em todas as áreas estratégicas da CGE







## Igualdade e Não Discriminação na Educação

A igualdade na educação é uma área central e transversal para a ASPBAE e as coligações nacionais que trabalham em toda a região, especialmente na resposta a novos desafios associados à pandemia COVID-19. Durante o período de estratégia, os membros regionais dedicaram-se a numerosas actividades de apoio às realizações da CGE nesta área.

A nível regional, a ASPBAE foi determinante para facilitar o trabalho de seus membros para recomendar proactivamente formas de melhorar a prestação da educação e acelerar a implementação dos ODS4 no meio da pandemia, prestando muita atenção à equidade, inclusão e género, e garantindo que os interesses, vozes e perspectivas dos sectores marginalizados não foram deixados atrás na resposta educativa da COVID-19. A estratégia de liderança e apoio à capacidade da ASPBAE inclui uma componente específica no reforço das capacidades para a educação, focada na raça, deficiências e género na educação, que abrange: a) Reforçar as capacidades dos defensores da educação para desafiar a violência baseada no género na educação; b) Capacidades reforçadas na defesa da educação inclusiva dos deficientes e aprendizagem ao longo da vida; c) Desafiar o racismo, a discriminação e a xenofobia através da educação.

Exemplos de actividades regionais da CGE nesta área estratégica incluem o envolvimento activo da ASPBAE nos processos dos ODS4 a nível regional e global. Coordenou 13 relatórios sobre os ODS4 que abrangem Myanmar, Japão, Filipinas, Indonésia, Índia, Nepal, Afeganistão, Paquistão, Sri Lanka, Tajiquistão, Quirguistão, Mongólia e Camboja, que contribuíram significativamente para os "5 anos de Revisão do ODS4-Educação 2030 na Ásia Pacífico da UNESCO-UNICEF", com foco nos jovens, aprendizagem de adultos e equidade na educação. A ASPBAE também coordenou com coligações nacionais para aprofundar a advocacia em torno da educação inclusiva para a deficiência, melhor compreensão e informação das diversas exigências dos estudantes, ao garantir que se reflectem em políticas, financiamento e programas. Coligações que têm um eleitorado de grupos de deficientes, como o Vietnã, Filipinas, Sri Lanka, Mongólia, trabalharam com a ASPBAE na definição de suas posições no que diz respeito à educação inclusiva para a deficiência e em ligação com parceiros a nível regional. A ASPBAE elaborou um documento de estratégia sobre educação inclusiva para deficientes na preparação da Assembleia Geral para 2020, que informará o seu trabalho para o período 2022-2023.

A iniciativa de Investigação (YAR) liderada por Jovens tem sido uma grande actividade na alimentação da área estratégica durante o período, envolvendo as vozes de jovens marginalizados durante o COVID-19. O YAR forneceu dados urgentes e concretos para informar os planos de continuidade da educação e aprendizagem dos governos e foi seguido pelo YAR sobre Saúde Mental e Educação do Jovem Marginalizada em 2021. Mais detalhes sobre a iniciativa YAR são apresentados no estudo de caso abaixo.



## Iniciativa de Investigação de Acção (YAR) liderada por jovens

**País:** Bangladesh, Índia, Indonésia, Mongólia, Nepal, Filipinas, Sri Lanka, Timor-Leste e Vanuatu

**Organização:** ASPBAE

**Contexto:** A pandemia COVID-19 tem pressionado excessivamente os jovens de comunidades marginalizadas da região Ásia-Pacífico, reduzindo o acesso à educação, ao rendimento, à alimentação, ao abrigo, à saúde e à segurança. Enquanto trabalhadores jovens, trabalhadores migrantes, mulheres de baixos rendimentos, os sem-tecto e minorias raciais, étnicas e sociais já enfrentavam desafios antes da COVID-19, as suas lutas tornaram-se ainda mais agudas como suas vozes permaneceram em grande parte indocumentados na chegada da crise da saúde.

A ASPBAE está empenhada em mobilizar jovens da Ásia-Pacífico e apoiar sua educação. Com o sucesso do COVID-19, propôs-se trazer perspectivas dos jovens marginalizados sobre seus contextos locais para fóruns de política nacional, regional e global sobre educação ao longo da vida. Esperava informar estes fóruns com provas contextuais que ligassem as agendas dos jovens de casa, da comunidade e do nível nacional de vários países da região. Superando as clivagens socioeconómicas e digitais que excluem as populações marginalizadas da participação efectiva nos debates, a ASPBAE criou uma oportunidade para os jovens proporem acções para os ajudar a lidar com a emergência sanitária e garantir o seu regresso à educação.

**Acção:** A iniciativa de Pesquisa de Acção liderada por Jovens (YAR), tem estado no centro destes esforços. Este veio dos esforços de construção de círculos eleitorais juvenis da ASPBAE e foi lançado em 2020-2021 para capturar os efeitos imediatos da pandemia sobre os jovens em nove países: Bangladesh, Índia, Indonésia, Mongólia, Nepal, Filipinas, Sri Lanka, Timor-Leste e Vanuatu. O YAR formou jovens investigadores num quadro de investigação de campo participativo e baseado na comunidade, permitindo-lhes capturar experiências e narrativas de jovens. Isto ajudou-os a examinar as barreiras e a propor acções correctivas para a educação, meios de subsistência, saúde e bem-estar. O YAR também envolveu formação comunitária, workshops e consultas, a nível nacional, juntamente com um estudo adicional sobre saúde mental e educação de jovens marginalizados. Por último, o YAR documentou os trabalhos iniciados pelos jovens investigadores para apoiar suas comunidades durante a pandemia.

**Progresso:** Graças ao seu modelo participativo e de investigação de acção, a YAR trouxe à tona uma série de opiniões privilegiadas sobre a crise COVID-19 em nove países, numa altura em que os bloqueios e outras medidas restritivas perturbaram o trabalho de campo. A ASPBAE consolidou as conclusões, preocupações e recomendações dos diferentes grupos de YAR sobre as lacunas entre a política e a prática exacerbadas pela pandemia no relatório de 2021 "O impacto da pandemia COVID-19 sobre os jovens marginalizados em 2021". O relatório foi enviado ao governo, à sociedade civil e a outras partes interessadas. A coligação também criou o manual digital de pesquisa de acção (YAR) liderado pelos Jovens - um recurso on-line abrangente e fácil de utilizar acessível a jovens investigadores, educadores, facilitadores, praticantes de educação e defensores.

## Educação Transformadora

O foco na educação transformadora na região APAC tem sido um forte foco do trabalho de coligação na região, nomeadamente através do seu foco no envolvimento dos jovens e na Educação de Adultos (ALE). Para muitos alunos marginalizados que nunca foram à escola ou que desistiram da escola, fornecer ALE relevante e de qualidade é a chave para transformar a vida daqueles que anteriormente foram deixados para trás. Muitos adultos marginalizados ficam de fora da economia e da tomada de decisões políticas, tanto a nível comunitário como nacional, devido à falta de educação e de capacitação. Por isso, garantir que a qualidade do ALE seja acessível e proporcione aos alunos oportunidades significativas de participar e de tomar decisões, tem sido uma área estratégica importante para a ASPBAE e membros.

A ASPBAE, juntamente com as coligações nacionais da região, tem trabalhado extensivamente para sensibilizar acerca da importância da educação de adultos, sendo 2022 um ano estratégico para a coligação continuar a proteger e avançar a agenda ALE, como a Sétima Conferência Internacional em matéria de Educação de Adultos (CONFINTEA VII) que foi realizada para moldar um novo Quadro de Acção. Isto culminou na conferência em Marraquexe, Marrocos, de 15 a 17 de Junho de 2022. A CONFINTEA VII proporcionou oportunidades para moldar as direcções políticas para a ALE numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, no âmbito da Agenda Educativa 2030 e não só. A ASPBAE, juntamente com o Conselho Internacional de Educação de Adultos (ICAE) e a *DVV International*, como representante da OSC no Comité Consultivo CONFINTEA VII, foram convidados para a conferência principal do CONFINTEA VII, onde lideraram um workshop sobre ALE transformador para inclusão, participação e sustentabilidade.

A ASPBAE avançou ainda com a construção e envolvimento dos jovens marginalizados na Ásia Pacífico ao longo de 2021, através da disponibilização de recursos programados significativos para apoiar o trabalho a nível nacional dos seus membros. A ASPBAE divulgou ainda vários produtos de informação e materiais de aprendizagem sobre o trabalho da juventude, eventos regionais organizados de jovens, sessões orientadas para jovens, formações regionais facilitadas e coligações de educação nacional orientadas em fortalecer os esforços de seu eleitorado juvenil na construção e participação. Os esforços nesta área visam expandir o envolvimento dos jovens e a formação de lideranças juvenis na região, criar ambientes nutritivos jovens, permitir-lhes reconhecer o seu potencial, e construir um clima em que os líderes jovens tenham voz e capacidade dentro das organizações membros, e em plataformas de tomada de decisão.

## Educação em Emergências

Várias coligações na região APAC operam em contextos de catástrofes ou conflitos e conectam-se e colaboraram com outras em contextos semelhantes para partilhar experiências sobre temas relacionados com a educação em desastres, nomeadamente a preparação e gestão de desastres. A ASPBAE tem facilitado estes intercâmbios, por exemplo entre a NCE-Nepal e a E-Net Filipinas, que incluiu visitas ao local aos governos locais em zonas de catástrofe e forneceu recursos para a educação em situações de emergência. Os membros da CGE apresentaram as questões da "educação sob ataque" em áreas de conflito como Myanmar, Afeganistão e Filipinas, e os desafios educativos que os refugiados enfrentam no Bangladesh nas reuniões intergovernamentais.

No Afeganistão, a coligação ANEC participou em trabalhos do ODS 4.7 centrados na educação em áreas de conflito e na educação para a construção da paz. Este facto foi severamente afectado pela rápida deterioração da situação política no país, mas a ASPBAE continuou a apoiar a ANEC através da iniciativa YAR sobre saúde mental e continua a monitorizar e apoiar a coligação através da sua participação no EOL.



## Apoio na prestação de currículos de qualidade através de estratégias eficazes de ensino e aprendizagem

País: Myanmar

Organização: Fundação Pensando Sala de Aula (TCF)

**Contexto:** A pandemia e a ascensão ao poder dos militares desde Fevereiro de 2021 deram um golpe na educação em Myanmar. Mais de 12 milhões de crianças tiveram sua educação interrompida, apenas metade das quais regressaram às escolas estatais desde a sua reabertura em Junho de 2022. Da mesma forma, menos de 50 por cento dos professores do ensino básico e superior regressaram as suas posições habituais. Muitos dos que não regressaram ao sistema escolar militar estão ameaçados pelas autoridades e aderiram ao Movimento de Desobediência Civil (MDL). No entanto, continuam a frequentar escolas comunitárias em todo o país, que rapidamente cresceram em número para responder à crise de emergência educativa, apesar da instrução militar dificultar sua operação.

**Ação:** A Fundação Pensando Sala de Aula (TCF) defende que o direito à educação deve ser respeitado em qualquer circunstância. Por conseguinte, têm apoiado a rede de escolas comunitárias que implementam a educação de emergência em Myanmar. A abordagem da TCF é transformadora, procurando garantir a entrega de um currículo de qualidade através de estratégias eficazes de ensino e aprendizagem.

A TCF presta apoio técnico aos professores de escolas de base comunitária que fornecem educação de emergência. O seu foco é garantir a eficácia da entrega de aulas, que consegue mobilizar recursos e minimizar os currículos. As abordagens utilizadas incluem Leitura e Escrita para Pensamento Crítico (RWCT), educação multilíngue e educação na língua materna, educação da paz e estudos de política de educação. Isto tem sido possível graças à forte parceria da TCF com várias instituições como organizações de educação étnicas e religiosas, escolas físicas e virtuais e instituições de ensino superior, organizações não governamentais e escolas migrantes.

**Progresso:** Como resultado dos esforços da TCF e parceiros, milhares de professores receberam formação adequada de professores para escolas comunitárias, incluindo estudantes universitários de CDM. As matrículas também aumentaram, com milhares de crianças a receberem uma educação transformadora de qualidade durante a emergência sanitária e política de Myanmar. Estas experiências demonstraram que a educação em situações de emergência pode prosperar onde os recursos e as comunidades resistem e podem ser mobilizados para garantir o direito à educação.



## Financiamento da Educação

Ao longo de 2021, a ASPBAE trabalhou activamente e apoiou seus membros, incluindo as 18 coligações nacionais da CGE na região APAC, na advocacia da protecção e inclusão da educação nas respostas ao COVID-19 do seu país, nomeadamente nas várias discussões a nível nacional em torno dos planos de reabertura escolar, abordando a as perdas de aprendizagem, entrega da educação em modalidades mistas, proporcionando uma voz crítica e alertando contra o aumento da clivagem digital, e na análise do impacto do COVID-19 no financiamento da educação.

Para aprofundar a análise de impacto do COVID-19 no financiamento da educação, a ASPBAE prosseguiu a advocacia baseada em evidências para o financiamento da educação a nível nacional, em conjunto com seus membros, apoiando 10 estudos de caso realizados por coligações nacionais, e implementou a capacitação do trabalho interno em matéria de justiça fiscal, dívida e austeridade no que diz respeito ao financiamento. As coligações regionais e nacionais também participaram na formação em advocacia orçamental a partir de uma perspectiva de igualdade de género e do financiamento (no Sri Lanka, Nepal e Timor-Leste), projectos de investigação sobre financiamento de capitais próprios na educação, projectos de investigação sobre financiamento da saúde mental na educação, e continuação da advocacia da privatização na educação, especialmente ao se considerar a educação digital.

## 4.6 Destaque na região da América Latina e Caraíbas

Quinze coligações regionais e nacionais que operam na América Latina e nas Caraíbas compõem os membros da CGE na região, das quais 14 responderam ao inquérito online. As coligações reportam visando todas as áreas

estratégicas definidas no Plano Estratégico 2019-2022, com forte enfoque na Igualdade e não discriminação na educação. Das quatro áreas estratégicas, as coligações foram marginalmente menos propensas a destacar o financiamento da educação como uma área prioritária forte.

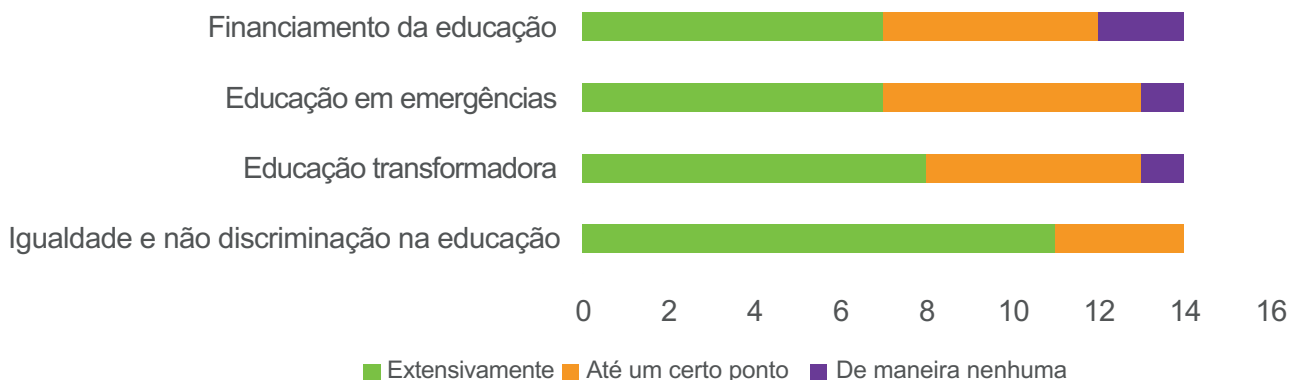
A coligação regional, CLADE, foi uma ligação instrumental entre os movimentos globais, regionais e locais. Ajudou organizações nacionais e regionais na adaptação de campanhas internacionais e na transposição de iniciativas internacionais para contextos locais. A Assembleia Regional da região fez esforços substanciais para melhorar as comunicações entre as coligações, incluindo a disponibilização de recursos relevantes em espanhol. Durante os últimos quatro anos, materiais, relatórios, eventos e plataformas de partilha de conhecimentos foram traduzidos para espanhol para que todos os membros pudessem usar os recursos.

## Igualdade e não discriminação

A CLADE e as coligações nacionais na região LAC focaram nas actividades relacionadas com o reconhecimento e promoção da educação para pessoas com deficiência como temas destes e de outros direitos, e a inclusão de vozes e organizações de jovens no seio do movimento CGE na América Latina e Caraíbas.

Durante o período estratégico, a CLADE, a Coligação Colombiana para o Direito à Educação, a Campanha Boliviana pelo Direito à Educação, o Fórum Socioeducativo da República Dominicana, a Associação Latino-Americana para Educação e Comunicação Popular (ALER), a Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP) e a CGE participaram no "Fórum Internacional para a Inclusão e Equidade na Educação", realizado pela UNESCO em Setembro de 2019 em parceria com o Ministério da Educação da Colômbia e o Gabinete do Prefeito de Cali, Colômbia. Cada organização contribuiu nos

Figura 9: Grau em que os membros da CGE na região latino-americana e caribenha reportam trabalhar em todas as áreas estratégicas da CGE



1 Foro Internacional sobre Inclusión y Equidad en la Educación (redclade.org)

debates sobre políticas públicas educativas, quadros jurídicos, primeira infância, barreiras e oportunidades de inclusão, e avaliação educacional, entre outros tópicos.

Um acontecimento marcante foi o lançamento do relatório "O direito à educação das pessoas com deficiência. Como estamos na América Latina e nas Caraíbas?"<sup>15</sup>, num diálogo virtual realizado em Abril de 2020. A CLADE preparou o estudo com o apoio do Gabinete Regional da UNESCO para a América Latina e Caraíbas, e *Light for the World International*. O relatório foi informado através de consultas virtuais com 216 organizações da sociedade civil, universidades, professores, estudantes e famílias de pessoas com deficiência de 19 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A CLADE divulgou o relatório através de uma página web dedicada com recursos de acessibilidade, promovendo uma maior acessibilidade e uma mudança na forma como a informação é publicada online.

O Webinar "Desigualdades, inclusão e educação: interseccionalidades" realizou-se em Novembro de 2020, no âmbito da XI Assembleia Regional do CLADE, em Outubro e Novembro de 2020. O encontro foi realizado em parceria com a Campanha Boliviana para o Direito à Educação (CBDE), a OXFAM IBIS e a Rede de Educação Popular entre As Mulheres da América Latina e Caraíbas (REPEM). O encontro abordou as desigualdades como uma questão central na educação na América Latina e nas Caraíbas. Foram discutidas uma grande variedade de desigualdades presentes na educação, incluindo factores económicos, educacionais, culturais, raciais, género, indígenas, afrodescendentes e migrantes.

O projecto "Estratégias para prevenção da violência sexual e baseada no género e promoção da equidade nas escolas rurais"<sup>16</sup> começou em 2021, uma iniciativa coordenada pela CLADE em aliança com *Alternatives* (Canadá) e coligações na Nicarágua, Honduras e Haiti. Foi implementado pelo *Dakar Forum* nas Honduras, pelo Reagrupamento para Todos no Haiti e pela Iniciativa do Fórum de Educação e Desenvolvimento Humano na Nicarágua. O projecto foi financiado através do Intercâmbio de Conhecimento e Inovação da PGE (KIX) e do Centro de Investigação do Desenvolvimento Internacional (IDRC), Otava, Canadá.

## Educação Transformadora

No âmbito da área estratégica da Educação Transformadora, houve um enfoque regional em questões relacionadas com a aprendizagem ao longo da vida desde a primeira infância até à idade adulta, e o desenvolvimento sustentável.

Para além da educação juvenil e adulta, houve também uma forte aposta na educação e cuidados na primeira infância, demonstrados por várias acções do CLADE, especialmente no contexto do 30º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC), que foi celebrado em Novembro de 2019, com debates e acções de sensibilização. Em 2019, a CLADE associou-se à Organização Mundial da Educação Pré-Escolar (OMEP) e à Fundação para a Educação e Cooperação (EDUCO) para desenhar uma estratégia de advocacia política para a promoção de maior reconhecimento do direito humano à educação na primeira infância na América Latina e nas Caraíbas. Procurou promover a importância de alargar a presença e priorização da educação na primeira infância, abordada numa perspectiva de direitos, na agenda regional e internacional, com legislação e políticas relacionadas com esta fase educativa alinhadas com a premissa da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Outro marco nesta área foi a inclusão da educação e dos cuidados na primeira infância na Rede Conjunta de Deputados e Sociedade Civil pelo Direito Educação na América Latina e Caraíbas. A declaração final da 3ª Reunião da Rede Mista de Deputados e da Sociedade Civil pelo Direito à Educação na América Latina e Caraíbas<sup>17</sup> foi apoiado por deputados, senadores e membros da assembleia, assinada por 65 parlamentares da América Latina e Caraíbas.

A CLADE realizou uma série de debates sobre educação e cuidados na primeira infância em parceria com a OMEP e a EDUCO que incluiu:

- Um painel virtual na conferência<sup>18</sup> do CIES 2020 analisando até que ponto as leis, políticas e práticas de educação e cuidados na primeira infância estão alinhadas com os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança, particularmente na região latino-americana e caribenha. A sessão alertou para a tendência de dar prioridade às narrativas instrumentais e económicas na educação na primeira infância, sem ter devidamente em conta a falta de cobertura nesta fase para as crianças de famílias de baixo rendimento e a falta de coordenação intersectorial das políticas públicas para crianças na região.

2 [https://redclade.org/wp-content/uploads/CLADE\\_InformeDiscapacidad\\_v9-1.pdf](https://redclade.org/wp-content/uploads/CLADE_InformeDiscapacidad_v9-1.pdf)

3 <https://redclade.org/contra-violencia-de-genero/>

4 <https://redclade.org/especiais/red-mixta/>

5 <https://redclade.org/noticias/faltan-indicaciones-especificas-sobre-como-lograr-el-derecho-humano-a-la-educacion-en-la-primera-infancia/>

- Realizou-se um diálogo para comemorar os 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança<sup>19</sup>, que focou nos desafios e propostas para garantir o direito humano à educação e cuidados na primeira infância e destacou as políticas de educação e cuidados desiguais e fragmentados para esta fase da vida no LAC.
- Um encontro virtual<sup>20</sup> abordou os desafios da educação e dos cuidados na primeira infância durante os tempos de pandemia com o objectivo de promover diálogos e reflexões sobre as oportunidades e desafios actuais para a realização da educação e dos cuidados da primeira infância como um direito humano. A reunião abordou as conclusões do estudo "O direito à educação e cuidados na primeira infância: perspectivas da América Latina e das Caraíbas" preparadas pelo CLADE e OMEP, com o apoio da EDUCO.
- Um diálogo foi realizado durante o quadro da XI Assembleia Regional do CLADE: "Direitos desde o início: Novos desafios da Educação Inicial numa perspectiva abrangente",<sup>21</sup> abordando a educação na primeira infância como uma fase fundamental e parte integrante do Direito Humano à Educação.

Em Dezembro de 2021, o CLADE divulgou o documento "A situação da Educação de Jovens e Adultos na América Latina e nas Caraíbas no contexto da pandemia"<sup>22</sup> com o objectivo de contribuir para a CONFINTEA VII realizada em Marrocos em 2022, do ponto de vista da América Latina e das Caraíbas. No âmbito do evento, o CLADE co-liderou uma consulta participativa sub-regional com o Gabinete Regional de Educação da UNESCO na América Latina e Caraíbas (OREALC) sobre a educação para jovens e adultos<sup>23</sup>. Isto forneceu uma plataforma importante para que um conjunto diversificado de actores contribuisse para o reposicionamento da educação de jovens e adultos nas agendas de políticas públicas dos países região.

A CLADE e seus membros participaram no Encontro da Sociedade Civil Latino-Americana e Caraíbas, convocado pelo Mecanismo de Participação da Sociedade Civil no ECLAC em Março de 2022. Os participantes trocaram ideias, experiências e propostas para a implementação da Agenda 2030 e dos ODS na região<sup>24</sup>. As propostas foram partilhadas

com o ECLAC como contributo para as negociações intergovernamentais. A reunião das OSC foi um preâmbulo do Fórum Intergovernamental (7-9 de Março), onde autoridades, membros das OSC e peritos reflectiram sobre a situação dos ODS face a Pandemia. Como resultado, os países lançaram uma declaração intergovernamental<sup>25</sup>, que infelizmente não incorpora muitas das preocupações da sociedade civil.

## Educação em situações de emergência

A COVID-19 esteve na vanguarda da educação em situações de emergência na região. O CLADE produziu o documento "Diagnóstico do Direito à Educação em Tempos de Pandemia"<sup>26</sup> que identifica uma série de desafios, prioridades e estratégias. Além disso, o CLADE produziu dois documentos com questões cruciais relacionadas com a resposta à COVID-19: uma política intitulada "Educação, Privacidade e Transparência: Uma Encruzilhada de Direitos"<sup>27</sup> focada em direitos digitais, e outro olhar para as tendências da privatização educacional no contexto da pandemia.

O CLADE organizou o Encontro Virtual sobre Educação em Emergências na América Latina e Caraíbas: Género, Endividamento e Digitalização em Abril de 2022, com o objectivo de explorar as três áreas – género, endividamento e processo de digitalização – que a educação latino-americana e caribenha tem enfrentado durante a emergência da COVID-19. O Webinário debateu emergências educativas associadas ao género, emergências educativas e financiamento, e emergências educativas e inclusão tecnológica.

Outro tema comum do trabalho no âmbito da educação em situações temáticas de emergência foi o apoio às crianças migrantes para acederem à educação após deslocamentos internos ou externos. Na Venezuela, o CLADE e o OMEP coordenaram a participação da coligação nacional num estudo sobre o acesso à educação para crianças migrantes. Nas Honduras, Nicarágua e El Salvador, coligações juntaram-se para influenciar as autoridades públicas e o foco das políticas da educação nas crianças deslocadas na América Central nos níveis nacionais e regionais (ver estudo de caso abaixo).

6 <https://redclade.org/noticias/el-reconocimiento-de-derechos-de-la-primera-infancia-vive-una-disputa-ideologica-metodologica-e-institucional/>

7 <https://redclade.org/noticias/dialogo-virtual-abordara-la-educacion-y-el-cuidado-en-la-primera-infancia-ante-tiempos-de-pandemia/>

8 <https://www.youtube.com/watch?v=aKdl3myJm6Y&feature=youtu.be>

9 [https://redclade.org/wp-content/uploads/epja\\_completo\\_FINAL\\_baixa.pdf](https://redclade.org/wp-content/uploads/epja_completo_FINAL_baixa.pdf)

10 <https://es.unesco.org/node/339521>

11 <https://redclade.org/wp-content/uploads/Documento-del-Mecanismo-de-Sociedad-Civil-CEPAL-V-Foro-version-final.pdf>

12 <https://foroalc2030.cepal.org/2022/en/documents/intergovernmentally-agreed-conclusions-and-recommendations-fifth-meeting-forum-countries>

13 <https://redclade.org/wp-content/uploads/Análisis-del-REGISTRO-INICIAL-DE-ACTIVIDADES-VIRTUALES-DE-CLADE-Producto-2.pdf>

14 [https://redclade.org/wp-content/uploads/Espanhol\\_-\\_PolicyCLADE\\_privacidad\\_educacion\\_version\\_ajustada\\_Fernanda\\_11nov\\_consolidada.pdf](https://redclade.org/wp-content/uploads/Espanhol_-_PolicyCLADE_privacidad_educacion_version_ajustada_Fernanda_11nov_consolidada.pdf)



## Agenda Tri-nacional

<b>País:</b>	Honduras, Nicarágua e El Salvador
<b>Organização:</b>	CLADE e as Coligações Nacionais de Educação da Nicarágua, Honduras e El Salvador
<b>Contexto:</b>	<p>Milhares de crianças e jovens da América Central foram deslocados devido a dificuldades políticas, económicas e sociais. A situação está em curso desde pelo menos 2018 e foi agravada pelo aparecimento da pandemia COVID-19. Alguns destes migrantes infantis e jovens conseguem chegar a um lugar mais seguro no estrangeiro. Em contrapartida, cerca de metade deles são capturados pelas autoridades e enviados de volta para seus países de origem. Em ambos os casos, seu direito à educação está longe de ser garantido dada a falta de protocolos para integrar - ou reintegrar - estas crianças nos sistemas de educação pública. O mesmo se aplica às crianças em trânsito.</p> <p>Garantir o direito à educação destes grupos vulneráveis de alunos neste contexto de emergência exige propostas inovadoras. Uma delas é manter as crianças migrantes integradas nos sistemas educativos de seus países de origem. Isto poderia ser feito enviando crianças migrantes para centros tecnológicos nos seus locais de acolhimento, onde poderiam ligar-se a centros educativos nos seus países de origem. Isto tem o benefício adicional de que os certificados educativos para crianças poderiam ser mais facilmente validados no seu país de destino, garantindo uma continuação mais suave dos seus estudos. Para as crianças em trânsito, a continuidade educativa poderia ser promovida através da disponibilização de salas de aula nas regiões fronteiriças.</p>
<b>Ação:</b>	<p>Estas propostas implicam diferentes países da América Central e exigem uma resposta coordenada. Em 2019, as coligações das Honduras e da Nicarágua, mais tarde acompanhadas pela Guatemala e, recentemente, El Salvador, juntaram-se para influenciar as autoridades públicas e as políticas de educação a nível nacional e regional. Propuseram um protocolo conjunto sobre educação em mobilidade para garantir o direito à educação das crianças e jovens migrantes. Denominada "Agenda Tri-nacional", apela aos países para que articulem políticas nacionais e regionais que garantam o acesso e a retenção de crianças migrantes nos sistemas de educação pública dos países. A agenda também incluía um vasto conjunto de considerações de equidade para que grupos de alunos desfavorecidos sejam adequadamente contabilizados, como mulheres e meninas, crianças com deficiência, pessoas indígenas e membros da comunidade LGBTIQ. A proposta pretende também tornar a educação mais inclusiva, cobrindo a relevância do currículo e da formação de professores para melhor abordar a diversidade dos alunos.</p>
<b>Progresso:</b>	<p>A Agenda Tri-nacional foi formalmente apresentada e saudada por membros do Parlamento Centro-Americano (PARLACEN) e pelo Congresso Nacional das Honduras, alguns parlamentares da Guatemala e Ministérios da Educação da Guatemala e Honduras. Para procurar compromisso ao mais alto nível, os chefes de Estado dos países também receberam a estratégia das coligações. As coligações irão advogar sua agenda até que seja aprovada, e os protocolos sejam desenvolvidos. Quando isso acontecer, a Agenda Tri-nacional tomar-se-á uma referência para outros países da região.</p>



---

## A aprovação desta alteração é um marco na história do direito à educação no Brasil sob Bolsonaro

Em Junho de 2019, a CLADE, seus membros nacionais e aliados regionais e internacionais, nomeadamente a CGE e a ASPBAE, puderam ter influência na Cimeira dos Líderes do G20, em Osaka, no Japão. Com a Campanha Argentina pelo Direito à Educação, a CLADE participou numa plataforma virtual de diálogos, duas reuniões presenciais e na própria Cimeira, exigindo que os países garantam recursos para a educação pública e gratuita, promovendo reformas fiscais para sistemas fiscais justos, equitativos e progressivos; e que o financiamento educativo seja expandido através da cooperação bilateral e multilateral.

Em Novembro de 2019, para reforçar a discussão pública sobre os orçamentos da educação, foi elaborado o "Protocolo Parlamentar de Análise das Proformas Orçamentais do Sector da Educação"<sup>28</sup>. Foi o resultado de um acordo de cooperação entre a CLADE e a Coordenação Educativa e Cultural da América Central. O Protocolo, que apresenta orientações para a preparação e análise dos orçamentos da educação, foi apresentado na Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Comunicação da América Latina e Caraíbas em Lima, Peru.

Na edição de 2020 do Encontro Global da Educação, a CLADE, com o grupo da Consulta Colectiva das ONG sobre Educação (CCONG), um mecanismo da UNESCO, contribuiu para a declaração da reunião, de modo a que os Estados se comprometam a "aumentar ou manter a proporção de despesa pública na educação de acordo com os critérios de referência internacional, nomeadamente, de pelo menos 4% a 6% do PIB e/ou de 15% a 20% do orçamento público"; e "aumentar o volume, previsibilidade e eficácia da ajuda internacional à educação".

A CLADE realizou um webinar em Novembro de 2020 focado na "Educação Pública em Risco: Privatização, Financiamento, Professores"<sup>29</sup>. A reunião abordou os actuais litígios da educação e a chamada "neo privatização" que tem vindo a afligir todos os diferentes aspectos da educação, bem como as pesadas condições de trabalho dos professores, testes padronizados, e o compromisso com um movimento pedagógico alternativo. Os mecanismos de justiça fiscal e a luta contra o endividamento foram sugeridos como formas de reforçar o financiamento da educação pública.

No Brasil, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) tem desempenhado um papel importante na defesa do aumento do financiamento educativo em toda a região. O estudo de caso abaixo lança luz sobre as conquistas nesta área através da formulação do Fundo para a Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.



---

15 <https://redmixta.redclade.org/index.php/159-parlatino-apoya-protocolo-para-analisis-de-los-presupuestos-educativos-desarrollado-por-clade-y-cecc-sica>

16 <https://www.youtube.com/watch?t=3393&v=6CWeizXuF50&feature=youtu.be>



## Fundo para a Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e o Custo da Educação de Qualidade por Aluno(CAQ)

País:	Brasil
Organização:	Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE)
Contexto:	<p>No Brasil, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) tem desempenhado um papel importante na mobilização e defesa da mudança constitucional e financiamento garantido para educação pública no país. Estes esforços foram recompensados ao longo de 2020, à medida que as Legislativas de Brasília aprovaram e implementaram vários mecanismos políticos formulados pelo CNDE ao longo dos anos.</p>
Ação:	<p>O parlamento aprovou a Emenda Constitucional 108/2020 em lei, que criou e incluiu o novo Fundo para a Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) na constituição federal do Brasil. O enquadramento do Fundeb consagra o Custo da Educação de Qualidade por Estudante (CAQ) (mecanismo de financiamento da educação) e o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (Sinaeb), ambos formulados pelo CNDE.</p> <p>Ao ver o Fundeb como chave para garantir o direito à educação no Brasil, o CNDE tem procurado constantemente fazê-lo durar e virou-se exclusivamente para o sistema de ensino público, contrário do que aconteceu em outras partes interessadas que procuraram suprimir o CAQ e permitir financiamento da educação por doadores privados.</p> <p>O CNDE tem sido um protagonista fundamental durante muitos anos na formulação dos argumentos técnicos e políticos que apoiam a proposta, ao mesmo tempo que defende e faz campanha por ela através de numerosas audições públicas, reuniões com actores políticos, notas técnicas e posições de tomada de posição. Por exemplo, a CNDE tomou uma posição pública sobre o assunto e emitiu uma carta aberta defendendo o CAQ quando, em Março de 2019, o governo brasileiro convocou uma reunião extraordinária onde planeava discutir a revogação do CAQ, e outros mecanismos apoiados pelo CNDE. Além disso, a coligação publicou uma nota técnica três meses depois para alimentar os processos de votação parlamentar do Fundeb.</p>
Progresso:	<p>A aprovação desta alteração é um marco na história do direito à educação no Brasil. Foi relatado em publicações especializadas com alcance global como o Relatório Global de Monitorização da Educação (GEM) da UNESCO 2020/2021 sobre actores não estatais na educação. O Relatório GEM refere que esta foi o primeiro caso quando o órgão legislativo do país aprovou em lei um mecanismo de financiamento da educação apresentado por uma organização da sociedade civil brasileira. A Alteração Constitucional 108/2020 é considerada por educadores, activistas, professores, organizações e movimentos sociais como uma das mais importantes vitórias recentes na garantia dos direitos humanos do país.</p>

## 4.7 Destaque na região do Médio Oriente

Há 13 coligações nacionais a funcionar na região do Médio Oriente, que são apoiadas pela coligação regional ACEA. Apenas 5 coligações responderam ao inquérito online, quais reportaram trabalhar em todas as 4 áreas estratégicas, nomeadamente a Educação em Emergências e Igualdade e a não discriminação nas áreas de foco da educação.

A ACEA é uma aliança educativa cívica independente, sem fins lucrativos, constituída por um grupo de redes, coligações, ONG, organizações comunitárias, sindicatos de professores e sindicatos interessados em questões de educação. A ACEA, com as coligações nacionais, trabalhou incansavelmente nos últimos 4 anos para garantir que a educação fosse prioridade nos governos durante a pandemia.

## Igualdade e não discriminação

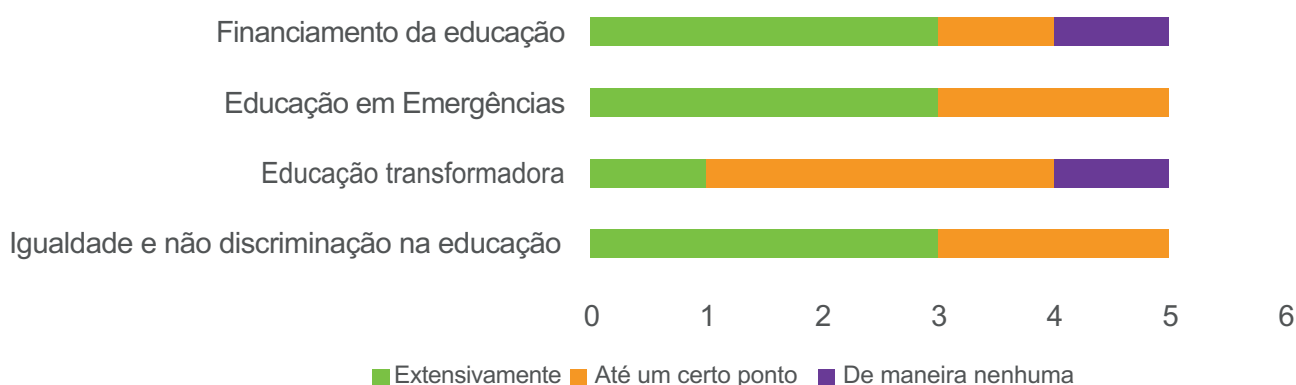
A coligação regional ACEA liderou e coordenou projectos e actividades relacionadas com a área estratégica da igualdade e não discriminação, ao trabalhar em colaboração com as coligações nacionais e o Secretariado da CGE. As coligações nacionais foram fornecidas com cursos de formação regional, fóruns e conferências, campanhas internacionais de advocacia, trabalhos de investigação e workshops virtuais.

A Rede Árabe para a Educação Cívica e a Coligação Jordana para a Educação realizaram um painel de discussão sobre “O Papel do Jornalismo de Investigação na feitura do Direito à Educação Geral, Inclusiva, Equitativa, Qualitativa e Livre uma Realidade” com educadores, profissionais da comunicação social, académicos, representantes da sociedade civil e interessados na educação. A actividade decorreu durante a Semana Global de Acção para a Educação 2019.

Na vanguarda da luta pela igualdade e pela não discriminação na educação está o papel das mulheres e das raparigas. Há mais de 80 milhões de pessoas analfabetas no mundo e 2/3 delas são mulheres. No Marrocos rural, mais de 70% das mulheres e raparigas são analfabetas principalmente por não poderem aceder a escolas em locais remotos. *Education for All Marrocos* trabalhou em estreita colaboração com a ACEA para matricular as raparigas nas escolas, fornecendo acesso através de quartos e pensões, e para espaços seguros em áreas rurais para permitir que elas aproveitem ao máximo a sua educação.

A ACEA também pesquisou acerca dos obstáculos e determinantes dos processos educativos em vigor em determinados países árabes, e a sua resposta aos estudantes masculinos e femininos. Para destacar o papel das mulheres e meninas na educação, a ACEA acolheu o Fórum Feminista de Educação Árabe em Dezembro de 2020, descrito em mais detalhes abaixo.

Figura 10: Grau em que membros da CGE na região do Médio Oriente reportam trabalhar em todas as áreas estratégicas da CGE





## Movimentos Feministas Árabes e Seu Papeis no Movimento Educativo: Apostar na Igualdade e Fórum da Igualdade de Oportunidade

País: Regional

Organização: ACEA

**Contexto:** Mulheres e raparigas ainda enfrentam muitos desafios nas regiões árabes devido a normas socio-religiosas desfavoráveis e à legislação. Isto acontece apesar de muitos ganhos nas últimas décadas nas leis de igualdade de género, educação das raparigas, casamento infantil feminino e representação das mulheres em papéis de liderança.

Alcançar a igualdade de género e capacitar mulheres e raparigas é um princípio fundamental da ACEA. Assim, a coligação regional procura integrar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Educação e igualdade de género - ODS 4 e 5, respectivamente - como parte das suas actividades. Para tal, a ACEA tem preparado o caminho para um mecanismo de funcionamento que reforce o papel dos movimentos feministas árabes na ACEA e promova a representação das mulheres em cargos de liderança educativa, comunitária e política.

**Ação:** É por isso que a ACEA propôs um fórum em Dezembro de 2020 para ajudar a unificar os movimentos feministas em toda a região em apoio do seu objectivo. O fórum virtual chamou-se "Movimentos Feministas Árabes e Seu Papel no Movimento Educativo: Apostar na Igualdade e Oportunidades Análogas". Os participantes (mais de 130) vieram de todas partes do mundo, incluindo activistas, especialistas, académicos e investigadores nas áreas da educação e dos direitos das mulheres. As coligações nacionais de educação e as organizações membros da ACEA também estiveram presentes ao lado de organizações feministas. Discutiram os contextos históricos, actuais e prospectivos dos movimentos feministas, os seus contributos para a Agenda da Educação 2030 e o avanço do estatuto das mulheres e da educação na região árabe. Foi dada especial ênfase aos efeitos da pandemia COVID-19 sobre as mulheres.

**Progresso:** Este foi o primeiro fórum do género para a ACEA. Além de reunir amplos conhecimentos e feedback, reforçou a ACEA e o compromisso de seus membros em melhorar a representação feminina dentro das suas estruturas, enquanto trabalha para os ODS 4 e 5. Os movimentos feministas participam cada vez mais nos eventos e iniciativas regionais de aprendizagem da ACEA. A partir de 2022, espera-se que se unam à ACEA no terreno para desenvolver mecanismos de trabalho que os ajudarão a unificar seu trabalho. O fórum da ACEA para 2020 também inspirou outras coligações na região a fazer avançar a causa feminista. Ao longo de 2021 e 2022, as coligações libanesa, palestina, somaliana e sudanesa organizaram um fórum feminista nacional.



## Educação em Emergências

A ACEA e as coligações nacionais realizaram advocacia e investigação para destacar os desafios que os países e comunidades enfrentam com a ameaça constante de conflitos armados no Médio Oriente. O COVID-19 agravou ainda mais estes desafios, levando a um aumento da violência contra as mulheres, às clivagens digitais e à desigualdade no acesso e fornecimento educativos.

A ACEA, através de diversas intervenções e actividades durante a pandemia, levantou as vozes da sociedade civil educativa a nível nacional, regional e global, e trabalhou para reforçar o papel das organizações da sociedade civil e coligações num esforço para responder à crise. A campanha tem provocado debates na região árabe, levantando questões a serem exploradas através da investigação, e incentivando uma mentalidade colectiva e uma verdadeira parceria entre todos os partidos do sistema educativo. Os esforços de campanha realizados pela ACEA durante o período centraram-se em três áreas de foco: o impacto da crise no sistema educativo, as futuras direcções para o avanço da educação, e a forma de educação pós-pandemia.

A ACEA realizou um trabalho de investigação regional relacionado com a COVID-19 na região "Estudando o impacto da educação integrada na educação obrigatória e gratuita à luz da pandemia COVID-19". Também apoiou coligações nacionais no desenvolvimento de trabalhos nacionais de investigação no Iraque, Líbia, Palestina, Síria, Iémen, Sudão e Somália.

## Financiamento da educação

A ACEA focou-se na construção das capacidades das coligações, lançando a Academia Árabe de Educação e no envolvimento das coligações na formação para construir conhecimentos em torno de políticas de educação, políticas financeiras e políticas de género, e na análise de orçamentos educativos e despesas.

No âmbito de um esforço regional para resolver a questão do serviço de empréstimos e dívidas, a ACEA lançou a campanha "Anulação de Dívidas para o Futuro da Educação na Região Árabe" em parceria com a CGE, descrito em mais detalhes abaixo:





## Campanha de Cancelamento de Dívidas

País:	Regional
Organização:	ACEA
Contexto:	<p>Em toda a região árabe, os termos de concessão de empréstimos e de serviços de dívida dos países conduziram a: redução da protecção social; uma tendência para a prestação de serviços privados; o aumento do conflito social, da pobreza, da militarização e da repressão; e os impactos particularmente negativos sobre as mulheres, os povos indígenas, os mais pobres e as comunidades mais vulneráveis. No que diz respeito à educação, as coligações da CGE declamam a limitação dos gastos do Estado no ensino público, acompanhadas de um aumento da oferta de educação privada, apontando para um enfraquecimento do compromisso dos Estados em financiar educação para todos. Estas questões agravaram-se durante a pandemia COVID-19, quando os défices dos países aumentaram, e são especialmente graves nas zonas afectadas pelos conflitos.</p>
Ação:	<p>Neste contexto, o cancelamento incondicional das dívidas externas dos países árabes pobres e afectados pelos conflitos poderia liberar fundos públicos para a educação e outras áreas sociais, um objectivo que as coligações da CGE no Médio Oriente têm prosseguido.</p> <p>Foram realizados diversos esforços por parte das coligações a este respeito. Estas começaram com diferentes iniciativas de acompanhamento orçamental e de acompanhamento de promessas que sustentam as narrativas de financiamento orçamental e de financiamento da educação da CGE na região árabe. Entre estas iniciativas estão a formação e a utilização do instrumento de acompanhamento orçamental recentemente introduzido pela CGE. A ferramenta facilita a análise de dados e a elaboração de relatórios de países que as coligações usam para propor soluções políticas de financiamento educacional adequadas ao seu contexto. Em Janeiro de 2021, a ACEA, com a CGE e parceiros, lançou a campanha de advocacia regional "Anulação de Dívidas para o Futuro da Educação na Região Árabe". Através dos seus diversos acontecimentos, a campanha tem motivado debates, sugeriu intervenções políticas tangíveis que poderiam durar entre um e três anos, e consciencializou o tema para influenciar a opinião pública.</p>
Progresso:	<p>Através das suas reivindicações e exigências fundamentais, a campanha de 2021 serviu de porta de entrada para organizações da sociedade civil e cidadãos apresentarem suas propostas aos chefes dos governos nacionais e da comunidade financeira internacional. Por estes meios, a campanha da ACEA posicionou-se ao lado de movimentos e campanhas regionais e internacionais semelhantes, como a Campanha do Jubileu e a Rede da Acção Global para o Cancelamento da Dívida.</p>

## 4.8 Destaque na região da Europa e América do Norte

O círculo eleitoral da Europa e da América do Norte é constituído por 20 coligações. Os membros da CGE nesta região visaram as 4 áreas estratégicas definidas no Plano Estratégico 2019-2022. As 11 coligações na região responderam ao inquérito e reportaram um trabalho mais alargado sobre igualdade e a não discriminação, seguido do Financiamento da Educação e Educação em Emergências. As actividades regionais incluíram comunicação, intercâmbio de conhecimentos e aprendizagem, construção de alianças e redes, investigação e advocacia. O principal mecanismo utilizado pelas coligações regionais e nacionais foram as comunicações, a advocacia, a aliança e a construção de redes, e a partilha de conhecimentos.

Ao contrário de outros círculos eleitorais, as organizações da CGE sediadas na Europa e na América do Norte trabalham em vários locais geográficos a nível global, muitas vezes financiando e implementando projectos, programas e actividades em todas as regiões da CGE. Assim, as coligações europeias e norte-americanas têm alta interacção com outras coligações, governos e organizações para fortalecer as ligações e acções da CGE em todo o mundo.

### Igualdade e não discriminação

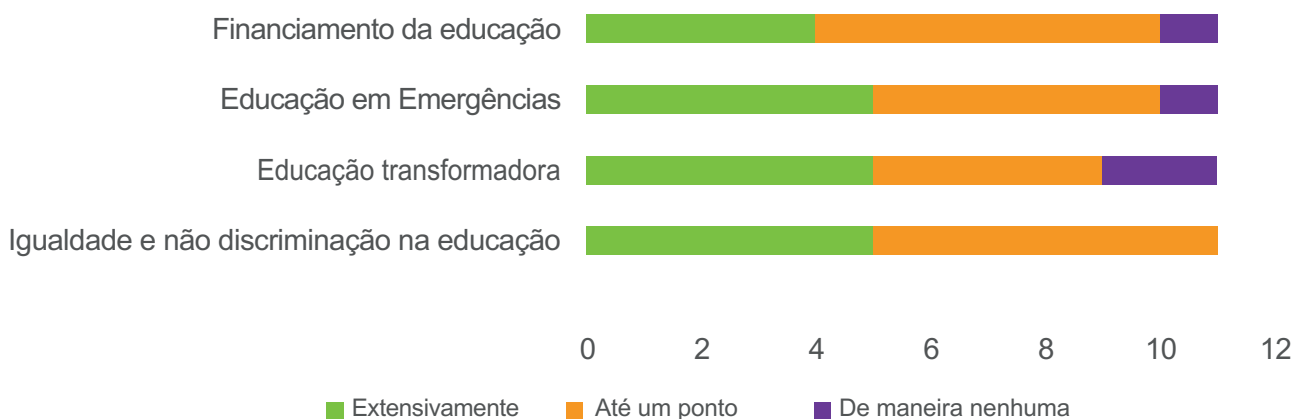
As coligações focaram-se no envolvimento dos jovens e no apoio aos defensores da juventude local e regional na promoção da educação global nas suas comunidades. Foram organizadas reuniões nacionais e regionais para garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, incluindo educação inclusiva e desenvolvimento da primeira infância, igualdade de género, educação feminina e feminina, educação em emergências, alfabetização, numeracia, habilidades de pensamento crítico, habilidades de vida e partilha de conhecimento de educação global.

Em 2020, a Educaid.be organizou a Conferência Digital Educaid.be 2020 que visava contribuir para a compreensão do que realmente significa a educação inclusiva; quais barreiras impedem sua execução; quais são as perspectivas, estratégias e abordagens para alcançá-lo; e que boas e inspiradoras práticas estão em vigor. Através de apresentações de um painel de peritos e através do Zoom em situações concretas, a conferência Educaid.be visou melhorar a compreensão dos membros e de outras partes interessadas sobre estas questões complexas.

A Coligação Educação em França mobilizou-se em torno da lei de programação e orientação sobre o desenvolvimento da solidariedade e o combate às desigualdades globais para promover a educação transformadora, fortalecer a abordagem dos direitos humanos e fazer da educação em situações de crise uma prioridade a lei. Em 2021-2022, a Coligação Educativa da França conduziu o projecto “OSC de última geração e boas práticas na educação nos países em desenvolvimento”. Este projecto visou identificar boas práticas educativas levadas a cabo por OSC em países em desenvolvimento em torno de 8 temas prioritários, e elaborar um inventário conciso para cada tema contribuir ao reforço das práticas e políticas de cooperação educativa. Os temas incluíram factores de qualidade da educação inclusiva na educação (impactos, avaliação, formação de professores), clima/ambiente, formação profissional (empreendedorismo e igualdade de género), educação como sector transversal, educação em situações de crise/resiliência sistemas, primeira infância/pré-escolar, educação e o mundo digital.

Educação na primeira infância, inclusão de deficiência, educação em emergências, financiamento da educação das mulheres também estiveram na vanguarda da advocacia política na região, como salienta o exemplo abaixo.

Figura 11: Grau em que os membros da CGE na região europeia e norte-americana reportaram trabalhar em todas as áreas estratégicas da CGE







## Educação Feminina e Educação Inclusiva de Pessoas com Deficiência

País:	Estados Unidos
Organização:	Campanha Global para a Educação-EUA (CGE-US)
Contexto:	<p>A Campanha Global para a Educação-EUA (CGE-EUA) tem-se empenhado continuamente na promoção da educação como um direito humano básico e na criação de vontade política nos Estados Unidos e internacionalmente para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos.</p> <p>Entre 2019 e 2022, a coligação deu passos significativos na promoção da igualdade e não discriminação na educação, educação em emergências e financiamento da educação.</p>
Ação:	<p>Em 2021, a CGE-EUA co-organizou vários eventos sobre educação feminina e educação para deficientes, incluindo o Dia Internacional da Advocacia Feminina, um evento paralelo sobre Educação Inclusiva de Género e Deficientes para Todos na Cimeira Global de Deficientes, e vários outros eventos destacando os desafios das identidades interseccionais de género e deficiência no acesso à educação de qualidade e inclusiva. Adicionalmente, a CGE-EUA acolheu, facilitou e organizou reuniões bimestrais de Educação Inclusiva e Comunidade de Práticas na Primeira Infância, reuniões mensais e bissemanais de coordenação de advocacia de educação dos EUA. A advocacia legislativa actual inclui: a Lei <i>Global Learning Loss Assessment</i>, o Reforço da Responsabilidade Educativa na Lei de Reautorização do Desenvolvimento de 2022, a Lei de Manutenção de Meninas na Escola e A Lei LEAD das Raparigas. Não menos importante, a CGE-EUA e os parceiros aumentaram significativamente o Financiamento do governo dos EUA para a educação global durante este período, protegendo com sucesso contra cortes de financiamento propostos.</p>
Progresso:	<p>Através da advocacia política, da construção de parcerias, da convocação, do envolvimento e organização dos jovens, a CGE-EUA reconheceu a importância da colaboração. Expandiu o seu impacto colectivo e facilitou o reforço de capacidades em questões como os direitos à educação, a educação inclusiva para as pessoas com deficiência, a educação das raparigas e a educação transformadora de género, a educação em situações de emergência e o financiamento da educação através da coligação de mais de 80 membros e parceiros da CGE-EUA.</p>

## Educação em Emergências e Financiamento da Educação

As coligações nacionais e regionais advogaram por fundos adicionais para a educação, o que resultou num aumento dos orçamentos a nível nacional e em mais fundos destinados à ajuda ao desenvolvimento relacionado com a educação. Na Europa e na América do Norte estes dois tópicos estão muitas vezes interligados, tanto porque muitas organizações, OSC e ONGs estão sediadas nestes países, mas implementam projectos no Sul Global, e porque alguns países europeus e norte-americanos aumentaram a ajuda externa na educação nos últimos dois anos para superar algumas das perdas da COVID-19.

Em França, a *Coalition de la Éducation* tem levado a cabo uma forte advocacia para reforçar o financiamento francês para a educação em países parceiros. Desde então, a França aumentou a sua ajuda para a educação, ao incluir a

nível multilateral, através de um forte compromisso com a Parceria Global para a Educação<sup>30</sup>. A *Globale Bildungskampagne Deutschland* foi capaz de impulsionar um aumento significativo da ajuda alemã à educação, em particular, um aumento da contribuição da PGE e foco na educação (transformadora) das meninas e um especial foco na recuperação da COVID-19, bem como contribuições plurianuais para a educação em emergências via *Education Cannot Wait*. A Alemanha é hoje um dos maiores doadores bilaterais para a educação em situações de emergência (via ECW) e um parceiro importante na PGE, o que é muito importante dado os actuais cortes de ajuda por muitas organizações. A resposta global a múltiplas crises (Covid, Ucrânia, fome) aproveitou o apoio político à educação, mostrando o impacto devasso na educação, na pobreza e no desenvolvimento.



1 [http://www.coalition-education.fr/depotWeb/rapport\\_EN-double-pdf.pdf](http://www.coalition-education.fr/depotWeb/rapport_EN-double-pdf.pdf)



## Campanha Online #LaMejorLección ('A Melhor Lição')

---

País: Espanha

---

Organização: *Campaña Mundial por la Educación (CME)*

**Contexto:** A educação de mais de 1,5 mil milhões de alunos foi severamente afectada pelo encerramento das escolas após o surto da COVID-19. Só em Espanha, 10 milhões de estudantes não puderam ir à escola em algum momento devido às interrupções da COVID-19. A pandemia exacerbou a equidade, a inclusão e as lacunas de qualidade na educação em todo o lado e atingiu particularmente os alunos desfavorecidos. À medida que a educação à distância aumentou, diferentes questões tornaram-se evidentes como a divisão digital, a má nutrição infantil devido à falta de acesso às refeições escolares, e as dificuldades dos pais e dos cuidadores no apoio à aprendizagem das crianças.

No entanto, a crise COVID-19 foi também uma oportunidade para repensar vidas e extrair lições para a construção de melhores sociedades no período pós-pandémico. Isto incluiu o apelo a uma atenção renovada às lacunas educativas e ao papel fundamental da educação na recuperação de crises. A *Campaña Mundial por la Educación (CME)* da Espanha contribuiu, assim, para tornar a educação uma prioridade política e social ao longo da pandemia e das suas consequências. A sua abordagem tinha duas frentes. Uma delas era defender a educação que promove o pensamento crítico, a solidariedade, a empatia e a cidadania global para nos ajudar a sair da crise da pandemia. O outro consistia em exigir mais financiamento por parte dos representantes políticos para colmatar as lacunas na educação, nomeadamente para as zonas mais vulneráveis com maior risco de travar a oferta de educação durante a crise.

---

**Ação:** A CME lançou a campanha online #LaMejorLección ('A Melhor Lição') para permitir que todos partilhem as suas reflexões e lições aprendidas em torno da educação no contexto da pandemia. Os participantes da campanha partilharam nas redes sociais, usando uma fotografia de si mesmos, um vídeo ou um texto para explicar como se sentiam sobre a educação durante a COVID-19 e como acreditavam que a educação poderia ajudar a fortalecer as sociedades uma vez que a pandemia acabasse. Posteriormente, a CME compilou as lições aprendidas como forma de reflexão colectiva e apresentou-as aos representantes do governo.

---

**Progresso:** Ao longo da sua campanha, a CME tem ajudado a fazer ouvir as vozes das pessoas, apesar de não poderem sair à rua durante a pandemia. A coligação demonstrou como abordou com sucesso a mobilização e a advocacia participativas online após o surto da COVID-19. A campanha foi bem recebida pelas comunidades educativas, pelos meios de comunicação social, pelo serviço público e pelos representantes políticos, abrindo novos espaços de advocacia e alianças. Com base na #LaMejorLección, a CME publicou um relatório intitulado "Proteger o Direito à Educação no meio da crise coronavírus". Não menos importante, #LaMejorLección estabeleceu um diálogo directo com os intervenientes relevantes, incluindo no domínio político, e levou a um maior reconhecimento da CME como um actor na educação e cooperação. No total, a CME acredita que o seu esforço contribuiu para a vontade do Estado espanhol de aumentar o apoio a educação. As reflexões da #LaMejorLección também alimentaram a campanha #OneMillionVoices da CGE para o financiamento da educação.

---



# 5 Ao Avançar

O Secretariado da CGE e as organizações membros em todo o mundo têm dado grandes passos no sentido de promover e consolidar a presença da sociedade civil a nível global, regional e nacional durante 2019-2022. Isto é ainda mais notável tendo em conta a pandemia não-imprevisível, que levou ao encerramento de escolas em todo o mundo e aos bloqueios em todo o país durante 2020 e 2021. À medida que a rede se prepara para o período estratégico 2023-2026, vale a pena considerar os aprendizados e recomendações abaixo que emergiram deste relatório:

- **Investir na advocacia coordenada:** A advocacia e a investigação têm sido uma componente integrante das coligações na rede CGE durante os últimos 4 anos: fazer parte de uma respeitável rede regional e global reforça a voz da organização a nível nacional. O movimento tem feito grandes progressos em termos de colaboração entre níveis e membros, algo que deve ser mantido durante os próximos 4 anos. É importante que os membros da CGE colaborem para reformular, localizar e adaptar campanhas para responder a desafios contextualizados, e não depender exclusivamente de uma única mensagem global. Se isso não for realizado, as campanhas podem ser vistas como genéricas e sem relevância contextual.
- **Priorizar as áreas de formação:** A CGE, tanto centralmente como pelo representantes regionais, ofereceu um vasto leque de sessões de formação no período 2019-2022. Infelizmente, em alguns casos, os membros ficaram sobrecarregados com a oferta de formação. Assim, seria aconselhável dar prioridade a certos tópicos de formação durante um período, deixando as coligações nacionais com tempo para se dedicarem às próprias actividades e permitir um apoio contínuo. O Secretariado da CGE tem estado mais estável e activo neste último período, apesar do impacto da COVID-19, com uma presença online mais proeminente, e proporcionar grande variedade de webinários para seus membros. Membros regionais e nacionais destacam a importância da partilha de conhecimento e mentoria.
- **Aumentar envolvimento inclusivo dos jovens:** As coligações regionais e nacionais, bem como o Secretariado, focaram-se em aumentar a investigação de acção liderada pelos jovens nos países como uma estratégia de empoderamento para envolver os jovens na advocacia da educação. Esta abordagem permite que os jovens de comunidades marginalizadas construam a sua agenda e a sua confiança na advocacia. Apesar dos progressos feitos em envolver os jovens, a CGE deveria continuar a investir na captação de jovens marginalizados

em reuniões e plataformas globais, virtuais e presenciais, prestando apoio (ex.: interpretação, acompanhamento, etc.). Esta abordagem deve ser alargada em todos os círculos eleitorais da CGE.

- **Considerar a digitalização da educação e o uso da tecnologia no próximo Plano Estratégico:** As coligações nacionais e regionais constataram que as 4 áreas estratégicas estabelecidas no Plano Estratégico 2019-2022 englobavam muitos temas diferentes, relevantes nos seus contextos nacionais. Além disso, um tema que foi constantemente mencionado durante o inquérito e entrevistas foi a Digitalização da Educação, como uma área potencial de interesse nos próximos 4 anos. A digitalização é vista como parte integrante da educação transformadora no contexto actual e futuro, ao justificar discussões em múltiplas frentes. A nível conceptual, a CGE pode contribuir para alargar discursos baseados no acesso e nas lacunas de conectividade que prejudicam os mais pobres, rurais, migrantes e mulheres para outras narrativas centradas em bens públicos, direitos digitais e sua ligação à educação. A nível político, a CGE pode desempenhar um papel decisivo na defesa das infra-estruturas TICs para a educação; formação digital de professores e pais; qualidade da educação digital; formas e actores envolvidos na prestação de serviços educativos.
- **Investir numa estratégia compreensiva de financiamento:** A CGE terá de duplicar seus esforços para ultrapassar os constrangimentos financeiros decorrentes de uma diminuição do financiamento global para a educação. A transição do CSEF para EOL, as consequências do COVID-19, junto com as dificuldades macroeconómicas globais, têm tido um impacto recente nos fluxos de financiamento. Prosseguindo, o exercício de digitalização ambiental da CGE identificou outras ameaças ao financiamento da educação, como a redução da abertura à participação da sociedade civil na elaboração de políticas, mudanças na governação global que afecta o doador internacional ao financiar a arquitectura e fluxos, concorrência com outros serviços públicos e agendas políticas (crescimento económico, sustentabilidade, etc.), entre outros. Este contexto exige que a CGE pense na sua estratégia de financiamento e beneficie de uma exploração de novas formas de trabalho. Durante 2019-2022 várias estratégias foram sugeridas, por exemplo, alavancamento da tecnologia para angariação de fundos (redes sociais, financiamento colectivo); identificação de oportunidades de financiamento colaborativo entre países transfronteiriços; parceria com outros da sociedade civil; formar alianças com actores em áreas concorrentes de

interesses que recebam financiamento dos doadores (alterações climáticas, jovens, saúde mental, segurança e fragilidade, etc.); e aumentar a inteligência organizacional através de ferramentas de análise modernas.

- **Usar o ímpeto dos eventos e publicações relacionados com os ODS4:** A próxima estratégia da CGE coincide com um período crítico para o ODS4, que entra na segunda metade ao mesmo tempo que os sistemas educativos tentam recuperar da longa sombra da COVID-19. Graças à sua presença geográfica inigualável, os membros da CGE poderiam tornar esta oportunidade de se posicionarem mais visivelmente nos debates globais, regionais e nacionais em torno da situação pós-pandemia da Agenda de Educação 2030. O histórico da CGE na investigação e advocacia em torno da COVID-19 e do ODS4 construído durante o período estratégico 2019-2022 pode funcionar como um trampolim. Várias áreas de foco poderiam ser previstas: acompanhar o progresso em direcção aos ODS4 através das lentes de equidade e da clivagem digital; defender um financiamento educativo mais equitativo; propor uma agenda transformadora e sustentável para a educação pós-covid; etc.

Os próximos anos trarão, sem dúvida, novos membros, actividades, desafios e oportunidades da CGE para continuar a fortalecer o movimento global e o trabalho da CGE para garantir uma educação inclusiva e de alta qualidade para todos, em conformidade com as agendas da Educação 2030 e do ODS4.



## 5.1 Considerações do Relatório Estratégico de Digitalização

- A sobrevivência de qualquer organização depende geralmente da sua capacidade de responder a mudanças externas, planear e conceber cursos de acção que possam moldar o futuro da organização. A mesma noção é aplicável à CGE, embora seja um movimento da sociedade civil.
- A missão e visão da CGE como plataforma que une seus mais de 120 membros que defendem uma educação de qualidade como um direito humano básico em todas as 5 regiões mundiais não é um compromisso simples. É urgente que fortes capacidades organizacionais e de inteligência cumpram eficazmente estes objectivos para acompanhar e demonstrar o progresso da CGE em direcção aos seus objectivos estratégicos.
- As realidades divergentes nas várias regiões e as ramificações sociais da pandemia global de saúde, COVID-19, exacerbaram ambientes já desafiantes. Navegar nestes ambientes complexos requer uma consideração muito cuidadosa destes contextos e, em alguns casos, realidades frágeis se o objectivo for progredir continuamente para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, daqui a 8 anos.
- É lógico que a existência da CGE como movimento da sociedade civil se baseia na noção de que existem desigualdades na educação e ambientes frágeis. No entanto, a CGE funciona num ecossistema global de política, economia, demografia, tecnologia e elementos naturais. Ao focar-se nos diferentes ambientes regionais, a CGE pode aumentar sua influência através de múltiplas colaborações para garantir educação para todos e progredir na realização dos ODS 4 e outros ODS relacionados com a educação.
- O poder dos movimentos transnacionais da sociedade civil reside na forma como estes estão estruturados, a sua visão partilhada e as vias transformacionais nacionais coerentes criadas em contextos muito diferentes; neste caso, para criar melhores futuros para todos, garantindo uma educação inclusiva e equitativa como um direito humano básico em todo o mundo.
- OSC bem estruturadas não implica apenas espelhar os ODS em planos estratégicos; uma deficiência organizacional crítica de muitos OSC. Trata-se de impulsionar o planeamento integrado baseado numa compreensão profunda das diferentes prioridades e pontos de pressão, aproveitando oportunidades, criando sinergias e explorar acções mais propícias para se aproximar dos futuros estados que se pretenda.

# 6 Referências

ADB. (2022, Julho 20). *Education in Ásia Pacífico*. <https://www.adb.org/what-we-do/sectors/education/main> (Acessado: Outubro 2022).

CGE. (2019). *Plano Estratégico 2019-2022*. Joanesburgo: CGE.

CGE. (2022). *Setting Spaces for Youth and Student-led Advocacy*. Johannesburg: GCE.

GCE. (2022a). *GCE Global Youth & Student Caucus 2022 Report*. Johannesburg: GCE. <https://campaignforeducation.org/en/resources/gce-reports/gce-global-youth-student-caucus-2022-report> (Acessado: Outubro 2022).

IBE UNESCO. (2021). *Education and Covid-19: Recovering from the shock created by the pandemic and building back better*. Geneva: IBE UNESCO.

Muslim Aid. (2022, Julho 28). *Muslim Aid Media Centre*. What is Education Like in the Middle East?: <https://www.muslimaid.org/media-centre/blog/what-is-education-like-in-the-middle-east/> (Acessado: Outubro 2022).

NFER. (2020). *Final evaluation of the Civil Society Education Fund, 2016-2019 (CSEF III). Final evaluation report*. Slough: National Foundation for Educational Research [NFER].

NFER. (2021). *NFER's background paper for the 2021 GEM Report*. Slough: NFER.

OECD. (2021a). *PISA 21st-Century Readers: Developing literacy skills in a digital world*. Paris: OECD.

Pacutho Udongo, B. (2021). *One Billion Voices: How Africa Can Lead on Education in a Post COVID-19 World*. Available at <https://campaignforeducation.org/en/resources/gce-reports/how-africa-can-lead-on-education-in-a-post-covid-19-world-report> (Acessado: Outubro 2022).

UIS. (2022, Julho 10). *UNESCO Institute for Statistics*. Education in Africa: <http://uis.unesco.org/en/topic/education-africa> (Acessado: Outubro 2022).

UNESCO. (2021). *A snapshot of educational challenges and opportunities for recovery in Africa*. Available at [https://fr.unesco.org/sites/default/files/20210527a\\_snapshot.pdf](https://fr.unesco.org/sites/default/files/20210527a_snapshot.pdf) (Acessado: Outubro 2022).

UNESCO and UNICEF. (2021). *Situation Analysis on the Effects of and Responses to COVID-19 on the Education Sector in Asia. Regional Synthesis Report*. Disponível <https://www.unicef.org/eap/media/9301/file/Regional%20Situation%20Analysis%20of%20the%20mpacts%20of%20COVID-19%20on%20Education.pdf> (Acessado: Outubro 2022).

UNICEF. (2020, Julho 20). *Education*. East Asia Pacific <https://www.unicef.org/eap/what-we-do/education> (Acessado: Outubro 2022).

UNICEF. (2020a, Julho 20). *Education in the MENA Region*. <https://www.unicef.org/mena/education> (Acessado: Outubro 2022).

UNICEF. (2022, Julho 20). *Reimagining education in Latin America and the Caribbean*. <https://www.unicef.org/lac/en/reimagining-education-latin-america-and-caribbean> (Acessado: Outubro 2022).

World Bank. (2021). *Acting Now to Protect the Human Capital of Our Children: The Costs of and Response to COVID-19 Pandemic's Impact on the Education Sector in Latin America and the Caribbean*. Washington, DC: World Bank.

World Bank, UNESCO and UNICEF. (2021b). *The State of the Global Education Crisis: A Path to Recovery*. Washington, Paris, New York: The World Bank, UNESCO, and UNICEF.

# Anexo A: Documentos Revisados

#	Nome do Arquivo	Tipo de Documento
1	GCE Final Strategic Plan 2019 - 2022 (Long Version) 1	Documentos estratégicos e de planeamento operacional da CGE
2	GCE Strategic Plan 2019-2022 (Long Version) 2	Documentos estratégicos e de planeamento operacional da CGE
3	GCE Advocacy Framework 2019-2022 FINAL 3	Documentos estratégicos e de planeamento operacional da CGE
4	Mid Term Review Report of GCE strategic plan 2019-2022 9	Relatórios de implementação estratégica e análise da CGE
5	GCE 2020 Annual Implementation Report_2020 10	Relatórios de implementação estratégica e análise da CGE
6	GCE 2021 Annual Implementation Report_Final 28Feb2022 11	Relatórios de implementação estratégica e análise da CGE
7	GCE Environmental Scanning Report_Final_01052022 12	Relatórios de implementação estratégica e análise da CGE
8	GCE-spotlight-report-07-07-19 16	Relatórios de investigação liderados pelo Secretariado da CGE
9	Global Education Monitoring (GEM) Report 2021/2: non-state actors in education: who chooses? who loses?	Relatórios de investigação liderados pelo Secretariado da CGE
10	ASPBAE_Milestone_Report_2017_2021 21	Relatórios e documentos regionais e dos eleitorados: Ásia Pacífico
11	ASPBAE Constituency Report for GCE Board Meeting_3 May 2022 23	Relatórios e documentos regionais e dos eleitorados: Ásia Pacífico
12	Youth Informing Futures of Education Report_2021.pdf 25	Relatórios e documentos regionais e dos eleitorados: Ásia Pacífico
13	Youth-Led Action Research Impact COVID-19_MarginalisedYouth_2020 26	Relatórios e documentos regionais e dos eleitorados: Ásia Pacífico
14	CLADE Annual Report_2019-2020_Spanish_v7 28	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: América Latina e Caraíbas
15	Civil society advocacy for the human right to education: stories and lessons learned from Latin America and the Caribbean (Volume 3)_ENG_FINAL 29	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: América Latina e Caraíbas



#	Nome do Arquivo	Tipo de Documento
16	The Right to Education of Persons with Disabilities_ Executive-Summary_v2 31	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: América Latina e Caraíbas
17	Latin America and Caribbean Constituency Report 35	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: América Latina e Caraíbas
18	BRASIL_Campanha_RelatorioAtividades _2022.1_PORTUGUES_INGLES_Final[1]	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: América Latina e Caraíbas
19	Agenda_trinacional	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: América Latina e Caraíbas
20	ACEA Summary of the Annual Report 2020-2021 36	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: Médio Oriente e Europa Oriental
21	Education for All_Morocco Newsletter_ 2020 37	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: Médio Oriente e Europa Oriental
22	Education for All_Morocco Newsletter_December 2019 38	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: Médio Oriente e Europa Oriental
23	Debt_Cancellation_for_Future_of _Education_in_the_Arab_Region	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: Médio Oriente e Europa Oriental
24	English Agenda	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: Médio Oriente e Europa Oriental
25	Forum press release	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: Médio Oriente e Europa Oriental
26	Forum ToR	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: Médio Oriente e Europa Oriental
27	ANCEFA_Africa Constituency Report 2021 39	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: África
28	Tanzânia-TENMET 2020-2021-Annual-Report 40	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: África
29	Zambia-ZANEC-Annual Report-2020 41	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: África
30	Moçambique-MEPT_ Annual Report_2020 43	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: África
31	ANCEFA Annual Report for 2019 -FINAL	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: África
32	ANCEFA Annual Report for 2020 -Eng	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: África
33	IQEC REPORT	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: África

#	Nome do Arquivo	Tipo de Documento
34	Final Report of the Mapping Study	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: África
35	Final Full report SSD and PE_SEP_EDIT1 SF edited clean	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: África
36	GCE-US.Highlights.2020 52	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: Europa e América do Norte
37	Posicionamiento-final	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: Europa e América do Norte
38	Constituency Report Education International May2022 62	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: sindicato dos professores
39	GCE Youth Engagement Project 2021 Report 68	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: círculo eleitoral juvenil
40	GCE Youth Engagement Project Feb 2022 Report 69	Relatórios e documentos regionais e eleitorais: círculo eleitoral juvenil
41	TCF's role during the education crisis in Myanmar (06 Julho 2022) ( <a href="#">link</a> )	Notícias e sítios Web
42	ACEA: Regional Open Wave (28 January 2021) ( <a href="#">link</a> )	Notícias e sítios Web
43	#LaMejorLección: proteger el derecho a la educación durante la crisis del coronavirus (no date) ( <a href="#">link</a> )	Notícias e sítios Web
44	El Movimiento por la Educación Transformadora y la Ciudadanía Global se suma a #LaMejorLección (no date) ( <a href="#">link</a> )	Notícias e sítios Web
45	Este abril no tenemos #SAME2020, pero os invitamos a reflexionar sobre cuál es #LaMejorLección (no date) ( <a href="#">link</a> )	Notícias e sítios Web
46	Tras los aprendizajes de #LaMejorLección seguimos protegiendo el derecho a la educación con #MilMillonesdeVoces (no date) ( <a href="#">link</a> )	Notícias e sítios Web
47	La Campaña Mundial por la Educación invita a compartir #LaMejorLección de la crisis del Covid-19 (08 April 2021) ( <a href="#">link</a> )	Notícias e sítios Web
48	Message de Plaidoyer à l'intention des candidats aux élections présidentielles et législatives 2020-2021 pour l'atteinte de l'Objectif de Développement Durable (ODD4) ( <a href="#">link</a> )	Notícias e sítios Web

# Anexo B: Inquiridos

#	Região	Local	Organização
1	África	Benim	Pamoja Afrique de l'Ouest
2		Burquina Faso	Coalition Nationale pour l'Éducation Pour Tous du Burkina Faso (CN-EPT/BF)
3		Burundi	Coalition EPT BAFASHEBIGE
4		Lesoto	Campaign for Education Forum (CEF)
5		Madagascar	Coalition Nationale Malgache pour l'Éducation pour Tous (CONAMEPT)
6		Mauritânia	Association pour le Développement Économique Social Culturel Quartier Las-Pa
7		Maurícias	Halley Movement
8		Moçambique	Movimento de Educação para Todos (MEPT)
9		Namíbia	Namibia Education Coalition for Civil Society Organisations (NECCSO)
10		Nigéria	Civil Society Action Coalition on Education for All (CSACEFA)
11		Senegal	Africa Network Campaign on Education for All (ANCEFA)
12		Somália	Education for All Somalia Coalition (EFASOM)
13		Sudão	عيمجال ميلعتل ينادوسلا فالتتالا
14		Togo	Coalition Nationale Togolaise pour l'Éducation pour Tous (CNT/EPT)
15		Zâmbia	Zambia National Education Coalition (ZANEC)
16	Ásia Pacífico	Camboja	NGO Education Partnership (NEP)
17		Mianmar	Thinking Classroom Foundation (TCF)
18		Papua-Nova Guiné	PNG Education Advocacy Network (PEAN)
19		Filipinas	Asia South Pacific Association for Basic and Adult Education (ASPBAE)
20		Tajiquistão	Alliance of CSOs in Tajikistan for Education (ACTE)
21		Timor-Leste	Civil Society Education Partnership (CSEP)
22		Vietnã	Vietnam Association for Education for All (VAEFA)

#	Região	Local	Organização
23	Europa e América do Norte	Albânia	Albanian Coalition for Education (ACE)
24		Bélgica	Educaid.be
25		França	Solidarité Laïque - Coalition Éducation
26		Georgia	Georgian Coalition for Education for All (GCEFA)
27		Alemanha	Globale Bildungskampagne Deutschland (GBK)
28		Irlanda	Irish Forum for Global Education (IFGE)
29		Espanha	Coalición Española de la Campaña Mundial por la Educación (CECME)
30		Estados Unidos	Global Campaign for Education - US (GCE-US)
31	América Latina e Caraíbas	Argentina	CADE y Fundación Otras Voces
32		Bolívia	Campaña Boliviana por el Derecho a la Educación (CBDE)
33		Brasil	Campanha Latinoamericana pelo Direito à Educação (CLADE)
34		Colômbia	Coalición Colombiana por el Derecho a la Educación (CCDE)
35		Costa Rica	Agenda Ciudadana por la Educación y Derechos Humanos (ACED)
36		República Dominicana	Foro Socioeducativo (FSE)
37		Guatemala	Colectivo de Educación para Todas y Todos de Guatemala
38		Honduras	Foro Dakar Honduras (FDH)
39		Nicarágua	Foro de Educación y Desarrollo Humano de la Iniciativa por Nicaragua (FEDH-IPN)
40		Peru	Marcha Global contra el Trabajo Infantil de Sudamérica
41	Médio Oriente	Egipto	رابكلا ميلعتو قيمالا وحمل قيبير علا فكيشلا
42		Jordão	ميلعتل يندرألا فالنتالا
43		Paquistão	Pakistan Coalition for Education (PCE)
44		Palestina	Palestinian Education Coalition



# Anexo C: Participantes da Entrevista

Região	Local	Organização	Papel/Título do Entrevistado
África	Quênia	Africa Network Campaign on Education for All (ANCEFA)	Gestor de Programas
	Níger	Coalition Nigérienne des Associations, Syndicats et ONG de Campagne EPT au Niger (ASO-EPT Niger)	Vice-presidente
Ásia Pacífico	Austrália Filipinas	Asia South Pacific Association for Basic and Adult Education (ASPBAE)	Coordenador regional da Education Out Loud  Coordenador de Programas e Operações
	Nepal	National Campaign for Education Nepal (NCE Nepal)	Coordenador Nacional
	Equador Brasil	Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación (CLADE)	Coordenador Geral  Coordenador de Desenvolvimento Institucional
América Latina e Caraíbas	Honduras	Foro Dakar Honduras (FDH)	Coordenador Nacional
	Peru	Campaña Peruana por el Derecho a la Educación (CPDE)	Coordenador Nacional
	Jordão	Arab Campaign for Education for All (ACEA)	Coordenador de Capacitação e Aprendizagem
Médio Oriente	Líbano	Lebanese Coalition of the Global Campaign for Education (Arab Network for Popular Education)	Fundador
	África do Sul	Global Campaign for Education (GCE)	Coordenador Global  Gestor de Acompanhamento, Avaliações, Relatórios e Aprendizagem
Secretariado			

# Anexo D: Consultas por E-mail

Região	Local	Organização	Papel/Título do Entrevistado
Europa e América do Norte	Espanha	Fundación Educación y Cooperación (Educo)	Coordenador da Mobilização Social
América Latina e Caraíbas	Brasil	Campanha Latinoamericana por el Derecho a la Educación (CLADE)	Coordenador de Desenvolvimento Institucional
Médio Oriente	Jordão	Campanha árabe para a Educação para Todos (ACEA)	Coordenador de Capacitação e Aprendizagem
Secretariado	África do Sul	Campanha Global para Educação (CGE)	Gestor de Acompanhamento, Avaliações, Relatórios e Aprendizagem

# Anexo E: Filiação da Campanha Global para Educação

Membros	Tipo	Eleitorado	País
"All for Education!" National Civil Society Coalition of Mongolia	Nacional	Ásia Pacífico	Mongólia
ActionAid International	Internacional	ONGs Internacionais	Internacional
Africa Network Campaign for Education for All (ANCEFA)	Regional	África	Senegal
Agenda Ciudadana por la Educacion	Nacional	América Latina	Costa Rica
Albanian Coalition for Children's Education	Nacional	Europa e América do Norte	Albânia
Angola EFA ( Rede AAEA)	Nacional	África	Angola
Arab Campaign for Education For All (ACEA)	Regional	Médio Oriente	Palestina
Arab Network for Civic Education	Regional	Médio Oriente	Jordão
Arab Network for Literacy and Adult Education (ANLAE)	Regional	Médio Oriente	Egipto
Arab Network for Popular Education	Nacional	Médio Oriente	Líbano
Armenian Constitutional Right-Protective Centre (ACRPC)	Nacional	Europa e América do Norte	Arménia
Asia South Pacific Association for Basic and Adult Education (ASPBAE)	Regional	Ásia Pacífico	Filipinas
Australian Coalition for Education and Development (ACED)	Nacional	Ásia Pacífico	Austrália
Basic Education Network in Ethiopia	Nacional	África	Etiópia
Cameroun Education for All (CEFAN)	Nacional	África	Camarões
Campaign for Popular Education (CAMPE)	Nacional	Ásia Pacífico	Bangladexe

Membros	Tipo	Eleitorado	País
Campaña Argentina por el Derecho a la Educación	Nacional	América Latina	Argentina
Campaña Boliviana por el Derecho a la Educación (CBDE)	Nacional	América Latina	Bolivia
Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación (CLADE)	Regional	América Latina	Brasil
Campaña Mundial a la Educación España	Nacional	Europa e América do Norte	Espanha
Campaña Peruana por el Derecho a la Educación (CPDE)	Nacional	América Latina	Peru
Campanha Nacional pelo Direito á Educação	Nacional	América Latina	Brasil
Canadian International Education Policy Working Group (CIEPWG)	Nacional	Europa e América do Norte	Canadá
Cape Verde Network Campaign on Education for All	Nacional	África	Cabo Verde
CBM	Internacional	ONGs Internacionais	Alemanha
Civil Society Action Coalition for Education for All (CSACEFA)	Nacional	África	Nigeria
Civil Society Education Coalition (CSEC)	Nacional	África	Malawi
Civil Society Education Partnership Association (CSEP)	Nacional	Ásia Pacífico	Timor-Leste
Coalitia Globala pentru Educatie - GCE Romania	Nacional	Europa e América do Norte	Romania
Coalition Beninoise des Organisations pour l'EPT (CBO-EPT)	Nacional	África	Benim
Coalition des Organisations de la Société Civile pour l'Éducation Pour Tous (COSCEPT)	Nacional	África	Mali
Coalition des Organisations Mauritanienes pour l'Education (COMEDUC)	Nacional	África	Mauritânia
Coalition for Education Solomon Islands (COESI)	Nacional	Ásia Pacífico	Ilhas Salomão
Coalition for Educational Development (CED)	Nacional	Ásia Pacífico	Sri Lanka
Coalition Nationale de l'Education Pour Tous en DRC - CONEPT/RDC	Nacional	África	RDC
Coalition Nationale EPT	Nacional	África	Togo



Membros	Tipo	Eleitorado	País
Coalition Nationale EPT du Burkina Faso (CNEPT/BF)	Nacional	África	Burquina Faso
Coalition Nationale Malgache pour l'Education pour Tous (CONAMEPT)	Nacional	África	Madagascar
Coalition Pour L'Education Pour Tous - BAFASHEBIGE	Nacional	África	Burundi
Coalizione Italiana delle Campagna Globale per l'Educazione (CGE) - CIFA ONLUS	Nacional	Europa e América do Norte	Itália
Colectivo de Educación para Todas y Todos	Nacional	América Latina	Guatemala
Coordination des ONG et Syndicats pour la defense d'une Education publique de Qualite (COSYDEP)	Nacional	África	Senegal
Coordination Nationale des Associations, Syndicats et ONGS pour la campagne EPT (ASO EPT)	Nacional	África	Níger
DCI Mauritius Network	Nacional	África	Maurícias
Educaid.be - Belgian Platform for education and Development	Nacional	Europa e América do Norte	Bélgica
Education Coalition of Zimbabwe (ECOZI)	Nacional	África	Zimbabué
Education for All Sierre Leone (EFASL)	Nacional	África	Serra Leoa
Education for All Somalia (EFASOM)	Nacional	Médio Oriente	Somália
Education InterNacional	Internacional	Professores	Bélgica
EFA Campaign Network (EFANET)	Nacional	África	Gâmbia
Egyptian Coalition for EFA	Nacional	Médio Oriente	Egipto
Elimu Yetu Coalition	Nacional	África	Quénia
E-Net Filipinas (Civil Society Network for Education Reforms)	Nacional	Ásia Pacífico	Filipinas
European Students' Union (ESU)	Nacional	Jovens	Bélgica
Fe y Alegria	Regional	América Latina	Espanha
Foro Dakar Honduras	Nacional	América Latina	Honduras

Membros	Tipo	Eleitorado	País
Foro de Educacion y Desarrollo Humano De La Iniciativa Por Nicaragua	Nacional	América Latina	Nicarágua
Foro Socioeducativo (FSE)	Nacional	América Latina	República Dominicana
Forum for African Women Educationalists (FAWE)	Regional	África	Quênia
Forum for Education NGOs Uganda (FENU)	Nacional	África	Uganda
Fundacion Ayuda en Accion	Regional	Europa e América do Norte	Espanha
Georgian Coalition for Education for All	Nacional	Europa e América do Norte	Georgia
Ghana National Education Campaign Coalition (GNECC)	Nacional	África	Gana
Global Alliance for LGBT Education (GALE)	Membro Associado	Internacional	Amsterdão
Global Campaign for Education Alemanha	Nacional	Europa e América do Norte	Alemanha
Global Campaign for Education Netherlands	Nacional	Europa e América do Norte	Países Baixos
Global Campaign for Education United States	Nacional	Europa e América do Norte	Estados Unidos
Global Students Forum (GSF)	Internacional	Jovens	Bélgica
Humanity & Inclusion	Internacional	ONGs Internacionais	Internacional
InterNacional Council for Education of People with Visual Impairment (ICEVI)	Internacional	ONGs Internacionais	Índia
Iraqi Coalition for Education	Nacional	Médio Oriente	Iraque
Irish Forum for Global Education	Nacional	Europa e América do Norte	Irlanda
Japan NGO Network for Education (JNNE)	Nacional	Ásia Pacífico	Japão
Jordanian Nacional Coalition for EFA	Nacional	Médio Oriente	Jordão
Kolisen Blong Leftemap Edukesen (KoBLE)	Nacional	Ásia Pacífico	Vanuatu
Lesotho Council of Non-Governmental Organizations	Nacional	África	Lesoto
Light for the World	Internacional	ONGs Internacionais	Áustria

Membros	Tipo	Eleitorado	País
Moroccan Coalition for EFA	Nacional	Médio Oriente	Marrocos
Movement for Support of Quality Education in Afghanistan (MSQEA)	Nacional	Ásia Pacífico	Afeganistão
Movimento de Educação Para Todos (MEPT)	Nacional	África	Moçambique
National Campaign for Education (NCE) Nepal	Nacional	Ásia Pacífico	Nepal
National Coalition for Education NCE	Nacional	Ásia Pacífico	Índia
Network for Education Watch Indonesia (NEW Indonesia)	Nacional	Ásia Pacífico	Indonésia
NGO Education Partnership (NEP)	Nacional	Ásia Pacífico	Camboja
Organisation Mondiale pour l'Éducation Préscolaire (OMEP)	Internacional	ONGs Internacionais	Argentina
Oxfam IBIS	Internacional	ONGs Internacionais	Estados Unidos
Pakistan Coalition for Education (PCE)	Nacional	Ásia Pacífico	Paquistão
Palestinian Education Coalition	Nacional	Médio Oriente	Palestina
PAMOJA West Africa Network	Regional	África	Benim
Plan International	Internacional	Alianças Internacionais para direitos das crianças, direitos dos Jovens e trabalho infantil	Internacional
PNG Education Advocacy Network (PEAN)	Nacional	Ásia Pacífico	Papua-Nova Guiné
Puntland Network on Education for All (PUNTNEFA)	Nacional	África	Somália
Red Salvadorena Por El Derecho A La educacion-RESALDE	Nacional	América Latina	El Salvador
Rede de Campanha de Educação Para Todos Guiné-Bissau (RECEPT GB)	Nacional	África	Guiné-Bissau
Réseau Ivoirien pour la Promotion de l'Éducation Pour Tous (RIPEPT)	Nacional	África	Costa do Marfim
Réseau Suisse Education et Coopération Internationale	Nacional	Europa e América do Norte	Suíça
Results Educational Fund	Internacional	ONGs Internacionais	Estados Unidos

Membros	Tipo	Constituinte	País
Save the Children	Internacional	ONGs Internacionais	Internacional
Save the Children Norway	Nacional	Europa e América do Norte	Noruega
Send My Friend to School	Nacional	Europa e América do Norte	UK
SightSavers InterNacional	Internacional	ONGs Internacionais	Internacional
Solidarité Laïque	Nacional	Europa e América do Norte	França
Somaliland Network on EFA (SOLNEFA)	Nacional	África	Somália
Sudanese Network for EFA	Nacional	Médio Oriente	Sudão
Swaziland Network Campaign for Education For All (SWANCEFA)	Nacional	África	Essuatíni
Swedish EFA Forum	Nacional	Europa e América do Norte	Suécia
Tanzania Education Network (TEN/MET)	Nacional	África	Tanzânia
The Alliance of Active NGOs in the field of Child and Family Social Protection (APSCF)	Nacional	Europa e América do Norte	Moldávia
The Danish NGO Education Network	Nacional	Europa e América do Norte	Dinamarca
Tunisian Coalition for the Right to Education	Nacional	Médio Oriente	Tunísia
Vietnamese Coalition for Education for All (VCEFA)	Nacional	Ásia Pacífico	Vietnã
VSO Internacional	Internacional	ONGs Internacionais	Internacional
World Vision International (WVI)	Internacional	ONGs Internacionais	Estados Unidos
Yemen Network for EFA	Nacional	Médio Oriente	Iémen
Zambia Nacional Education Coalition (ZANEC)	Nacional	África	Zâmbia



Advogamos a nível internacional, regional e nacional a promoção e defesa da educação como um direito humano básico, pressionando os governos e a comunidade internacional para fornecerem educação pública gratuita de qualidade.